

Outubro de 2014

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**Dw CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigração](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Helga Silveira

### Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago  
Massomba Dominique e  
Venancio Dombele

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>1</b>
1.1 Angola ultrapassa meta de redução da fome	1
1.2 ONU considera Angola caso de sucesso	1
1.3 Há menos angolanos com fome	2
1.4 GPU defende salário mínimo justo	2
1.5 ONU diz que o país regista avanços	3
1.6 Redução não deve criar admiração	3
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>5</b>
2.1 Crédito concedido aumenta em 14% em 2013, Segundo estudo da Deloitte	5
2.2 Expansão do portfólio	6
2.3 A importância da liderança financeira na cultura empreendedora.	6
2.4 Acesso a créditos agora é mais fácil	7
2.5 BPC forja novo banco para operações de micro credito	8
2.6 Jovens são incapazes de gerir o dinheiro	8
2.7 Jovens residentes na periferia têm dificuldades de gerir as finanças pessoais	9
2.8 Sector Bancário eleva níveis de liquidez	10
2.9 Programa Angola Investe financiou novos projectos	11
2.10 Crédito malparado dos bancos regista desaceleração em 2013	11
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>13</b>
3.1 Fórum aborda informalidade económica	13
3.2 Fórum de abordagem informalidade económica	13
3.3 Novos mercados informais apresentados aos feirantes	14
3.4 A banheira e a bacia	14
3.5 Armazenistas do São Paulo apontados para um destino “ocupado”	15
3.6 A berrida das Kabombas as znungueiras	16
<b>4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>18</b>
4.1 Deputados querem consenso sobre OGE	18
4.2 O novo modelo de governação em Luanda e o OGE de 2015	18
4.3 Queda do preço do petróleo não compromete o OGE 2014	20
4.4 Governa gasta mais com os subsídios aos combustíveis do que com a educação ou saúde	21
4.5 Novo modelo de governação de Luanda e o OGE de 2015	24
<b>5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>26</b>
5.1 Autarquias Locais vão aquecer novo ano legislativo	26
5.2 O novo modelo de governação em Luanda e o OGE de 2015	27
5.3 Autarquias regressam à mesa	28
5.4 Luanda tira sono ao executivo	29
5.5 Novo modelo de governação de Luanda e o OGE de 2015	30
5.6 Ainda sobre as inconstitucionalidades do novo modelo de governacao de Luanda	32
5.7 O lema político-administrativo: autarquias! Autarquias! Autarquias!	33
5.8 Esperadas Autarquias	34

5.9	Missão angolana em fórum sobre descentralização local	35
5.10	Autarquias: Sete argumentos condicionam eleições	35
5.11	Emanuela Vunge sobre a descentralização em Angola	36
5.12	Maioria da população angolana vive em zona urbana	38
5.13	PR recomenda boa preparação das autarquias	39
5.14	Eleições autárquicas para 2017	40
5.15	Várias dúvidas ficaram no ar	41
5.16	CASA-CE convida a sociedade para um debate aberto para que as eleições autárquicas se realizem em 2016	42
5.17	Crescimento populacional supera previsões	43
5.18	População angolana registou um crescimento médio anual de 3,3%	44
5.19	Administração sem transparência	45
5.20	População quer retorno ao estatuto de município	46

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 48

6.1	Arranque dos trabalhos continua sem data	48
6.2	Centralidade do Cuito (Bie) disponibiliza 3000 apartamentos	48
6.3	Centralidade do Andulo em conclusão	49
6.4	Processo de venda de casas retoma em Novembro	50
6.5	Transferência concluída em mês e meio	50
6.6	Localidade de Ochimolo com sinais de progresso	51
6.7	Milhares de casa no Zango	51
6.8	Moradores ilegais são despejados	51
6.9	Silêncio nas centralidades	52
6.10	Sonip recupera vários apartamentos	53
6.11	Lotes entregues na Canjala	53
6.12	Governo prepara venda de novas residências	54
6.13	Chicombo Juventude tem novas casas sociais	55
6.14	Menongue tem mais casas	55
6.15	Concluídas dezenas de casas	56
6.16	Obras arrancam no próximo ano	56

## 7. TERRA 57

7.1	Plano evita construções anárquicas	57
7.2	Construção ordenada esta a ser incentivada	57
7.3	Famílias desalojadas no Kilamba	58
7.4	Moradores ilegais são despejados	59
7.5	Milhares de habitantes estão em zonas de risco	60
7.6	Entregues lotes de terrenos a população na Baía Farta	60
7.7	Comunidades rurais perdem direito sobre a terra	61
7.8	Governo entrega Lotes para autoconstrução	61
7.9	Apelo a concessão de títulos de reconhecimento de terrenos	62
7.10	Terreno livre de minas	63
7.11	Exploração de Inertes prejudica ambiente	63
7.12	Lei de terras atrapalha sobas nas Lundas	64
7.13	Angola cumpre pressupostos legais	64

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 66

8.1	Crescimento económico, caos urbano e argumentos políticos	66
8.2	Epal desapontada com o desperdício de água na centralidade de Kilamba	66
8.3	Lotes de superfície	67
8.4	Consumo de água potável reduz doenças diarreicas	67

8.5	Executivo propõe a aposta forte na formação	67
8.6	Mais pessoas no Cunje estão com água potável	68
8.7	Administração do Cazenga distribui água	68
8.8	Saneamento básico, Agencia de resíduos entra na luta contra fome e pobreza	69
8.9	Empresas Publicas de aguas têm novos gestores oficiais	70
8.10	Bairro da Pedreira com saneamento básico precário	70
8.11	Centro começa a funcionar em Novembro	71
8.12	Construídas latrinas no Bié	72
8.13	Melhor abastecimento de água potável	72
8.14	Novo sistema de agua em fase de construção	72
8.15	Prevista construção de nova central	73
8.16	Camuçuio tira da terra a agua que não cai do céu	73
8.17	Valas de drenagem com dias contados	75
8.18	Zango minado de lixo	75
8.19	Focos de lixo são eliminados em Viana	76
8.20	Vítimas da seca na Huíla já bebem água potável	76

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 78

9.1	Kilamba assaltos a viaturas preocupa moradores	78
9.2	Zango de patas ao ar	79
9.3	Uso ilegal de armas preocupa autoridades	80

## 10. AMBIENTE 81

10.1	Lagoa artificial “engole” camada	81
10.2	Milhares de habitantes estão em zonas de risco	81
10.3	Chuvas destroem escolas e deixam famílias ao relento	82
10.4	Lixo mata praia mundial	82
10.5	Chuvas desalojam famílias	83
10.6	Angola possui dez estações metrológicas	83
10.7	Exploração de Inertes prejudica ambiente	84
10.8	Dondo tem estacao meteorological	85
10.9	Planalto central Chuvas causa mortes e destruição	86

## 11. IMIGRAÇÃO 87

11.1	Autoridades travam a entrada de ilegais	87
11.2	Vinte e oito mil refugiados aguardam pelo regresso	88
11.3	Governo prepara integração de regressados	88
11.4	Imigração ilegal é um risco à soberania	89
11.5	Polícia não dá trégua a imigração ilegal	89
11.6	Ex-refugiados preocupados com documentos	90
11.7	Kilamba assaltos a viaturas preocupa moradores	90
11.8	Clandestinos, imigrantes ilegais foram repatriados	91

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Angola ultrapassa meta de redução da fome

*Jornal de Angola*  
02 De Outubro de 2014

A população desnutrida de Angola diminuiu em 70 por cento com a queda, desde 1990, do número absoluto da fome no país, revela o mais recente relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar no Mundo.

De acordo com o documento, Angola viu o número absoluto da fome cair em cerca de 43 por cento desde 1990, o que significa, em termos relativos, uma diminuição de 70 por cento da população desnutrida, o que faz do país outro caso de sucesso, ao ultrapassar substancialmente a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) antes de 2015.

o relatório sobre "o Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2014" confirma a tendência positiva que tem sido o decréscimo global do número de pessoas com fome em mais de 100 milhões na última década e em mais de 200 milhões desde 1990-1992.

o número de pessoas que passam fome no mundo passou de 842 milhões entre 2011 e 2013 para cerca de 805 milhões em 2012-2014 (uma em cada nove), de acordo com o novo relatório das Nações Unidas.

No relatório, também o Brasil é apresentado como um caso de estudo e de sucesso, e são ainda disponibilizados dados sobre alguns outros países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Timor-Leste.

Dados da CPLP

Os dados da CPLP dão conta da prevalência da desnutrição nos países lusófonos e dos progressos realizados, até ao momento, em relação ao primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) de reduzir para metade a percentagem da população desnutrida e a meta da Cimeira Mundial da Alimentação (CMA), de diminuir para metade o número absoluto de pessoas desnutridas, ambos até 2015.

O relatório da Organização das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar no Mundo e publicado anualmente pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e pelo Programa Mundial de Alimentos (PAM).

## I.2 ONU considera Angola caso de sucesso

*Jornal de Angola*  
02 De Outubro de 2014

As Nações Unidas consideram Angola e um caso de sucesso por ter ultrapassado substancialmente dos Objectivos Desenvolvimento do Milénio (M) antes de 2015, no domínio combate à fome.

Angola, de acordo com um relatório das Nações Unidas divulgado terça-feira pela Angop, registou uma diminuição da população desnutrida, com a queda do número da população com fome.

De acordo com o documento, Angola viu o número absoluto da população com fome cair em cerca de 43 por cento desde 1990. Isso de acordo com o documento, traduz uma diminuição de 70 por cento da população desnutrida. O relatório, designado "O Estado Insegurança Alimentar no Mundo 2014 (SOFI sigla em inglês)", confirmou a tendência positiva que tem sido o decréscimo global do número de pessoas com fome em mais de 100 milhões na última década em que mais de 200 milhões desde 1990-1992. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Fundo Internacional de Desenvolvimento da agrícola (FIDA).

Mundial (PAM). O relatório das Nações Unidas informa ainda que o número de pessoas passam fome no mundo baixo de 842 milhões em 2011-2013)

Para cerca de 805 milhões em 2012-2014 (uma em cada nove), de acordo com o novo relatório das Nações Unidas.

Na edição do relatório sobre o Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2014, o Brasil é também apresentado como um caso de estudo de sucesso. A edição deste ano traz, para além de Angola, referências aos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Cabo Verde e Timor-leste.

Os dados dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa dão conta da prevalência da

desnutrição e dos progressos realizados até ao momento em relação ao primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que é reduzir para metade a percentagem da população desnutrida e, a meta da Cimeira Mundial da Alimentação (CMA), reduzir para metade o número absoluto de pessoas desnutridas, ambos até 2015.

### I.3 Há menos angolanos com fome

*Jornal: Terra Angolana*  
*06 De Outubro de 2014*  
*Texto: Camila Silva*

A Organização das acções Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) divulgou esta semana um relatório onde o nosso país aparece junto dos países que reduziram com sucesso o número de populares que passam fome no seu território.

Segundo essa agência das nações Unidas "isto significa, em termos relativos, uma diminuição de 70 por cento da população desnutrida, fazendo de Angola outro caso de sucesso, pois ultrapassou substancialmente a meta do Objectivos do Milénio (ODM) antes do final do prazo de 2015", pode-se ler no documento a que este jornal teve acesso.

O relatório com título "o Estado da Insegurança Alimentar no Mundo" (SOFI 2014, na sigla em inglês) deu a boa nova mundial, afirmando que a "tendência positiva que tem sido o decréscimo global do número de pessoas com fome em mais de 100 milhões na Última década e em mais de 200 milhões desde 1990-1992".

Para além da FAO, o documento que é publicado anualmente também por organizações como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Mundial de Alimentos (PAM), concluiu que o número de pessoas que passam fome no mundo caiu de 842 milhões de pessoa em 2011-13 para cerca de 805 milhões em 2012-14 (uma em cada nove).

O Brasil é o país que apresenta melhores resultados em 2014, apresentado como um caso de estudo e de sucesso.

A FAO avança mesmo que o país do samba está a um passo de erradicar fome, pois atingiu tanto a meta dos ODM como a meta mais rigorosa da CMA.

Entre 2000-02 e 2004-06, a percentagem de desnutridos no Brasil caiu para metade, de 11 por cento para menos de cinco por cento, transformando o num dos maiores exemplos de sucesso de combate à fome e à pobreza.

O que são objectivos do milénio?

Os objectivos do desenvolvimento do milénio (ODM) são um conjunto de metas estipuladas pelos governos dos 191 países membros da ONU com a finalidade de tornar o mundo um lugar mais justo, solidário e melhor para se viver.

O compromisso entre os estados foi assinalado durante a reunião entre os chefes de estados dos países, que ficou conhecida pelo encontro do milénio, em Setembro de 2000, após uma aturada análise dos maiores problemas que afectavam o mundo.

### I.4 GPU defende salário mínimo justo

*Jornal A Capital*  
*11 De Outubro de 2014*

Será também o ano de levarmos o parlamento a estar mais próximo do cidadão, interagindo com este de modo mais eficaz e transparente", acrescentou, ressaltando, para isso, a necessidade de uma imprensa isenta e livre.

Faz também parte da estratégia do GPU, um assunto que é, amiúde, referenciado por todos os deputados da oposição a invariável transmissão em directo das sessões parlamentares.

Para Raul Danada há toda uma necessidade de se concretizar a democracia, por um lado, e o cumprimento do emanado pela Constituição em vigor desde 2010, por outro. Mas para isso, a sua bancada vai exigir que o Presidente da República diga "claramente" quando os angolanos vão ver institucionalizado o poder local, em geral, e as autarquias locais, em particular.

Aos deputados do MPLA espera propor a discussão e o debate do conteúdo da Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento do Poder Local, um Projecto de Lei rejeitado liminarmente, sob alegação de inconstitucionalidade que nunca existiu.

Entrando no capítulo da marca das suas jornadas, o deputado patenteou que o seu grupo parlamentar vai pedir que, em defesa da Constituição e da angolanidade, seja respeitada a Constituição e, por isso, questões de concessão e retirada da nacionalidade sejam matéria de reserva absoluta da Assembleia Nacional, "sem que os outros órgãos de soberania se imiscuam, por considerarem a nacionalidade sagrada.

Os deputados da UNITA esperam que no ano legislativo 2014/2015 prestes a iniciar, a Lei de

Reunião e de Manifestação seja conforme a Constituição, pondo fim a "inconstitucionalidade de autorizações para que os cidadãos se manifestem pacificamente em reclamação dos seus direitos".

## I.5 ONU diz que o país regista avanços

*Jornal A Capital*

*11 De Outubro de 2014*

*Texto : Lutock Matokisa*

Documento da ONU considera que Angola viu o numero absoluto da fome cair em cerca de 43% desde 1990, significando em termos relativos, uma diminuição de 70% da população desnutrida, o que torna o país um caso de sucesso, pelo facto de ter ultrapassado substancialmente a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), antes de 2015.

o relatório sobre "o Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2014" (SOFI da sigla em inglês), confirmou a tendência positiva que tem sido o decréscimo global do numero de pessoas com fome em mais de 100 milhões na ultima década e em mais de 200 milhões desde 1990-1992.

Publicado anualmente pelo programa da ONU para a Alimentação e Agricultura, (FAO), pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, (FIDA), e pelo Programa Mundial de Alimentos (PAM), destaca ainda que, o numero de pessoas que passam fome no mundo baixou de 842 milhões em 2011-2013, para cerca de 805 milhões em 2012-2014, (uma em cada nove), de acordo com o novo relatório.

Standard Bank

Num outro desenvolvimento, um outro estudo recentemente publicado pelo Standard Bank, informou que metade da população de Angola saiu da linha de pobreza e nota, também que a percentagem de angolanos com menos de dois dólares por dia passou de 92%, em 2000, para 54%. o documento, de 81 páginas, tem o título "Compreendendo a classe media de Africa", explica que o total do PIB de 11 economias - Angola, Etiópia, Gana, Quénia, Moçambique, Nigéria, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda e Zâmbia cresceu dez vezes nos últimos 14 anos, mas acrescenta que as discrepâncias de rendimento são "enormes" e nota que, no caso de Angola, a historia do desenvolvimento económico da população e positiva.

"Tem havido um crescimento impressionante do rendimento em Angola desde o virar do século

enquanto em 1990 cerca de 1,2 milhões de angolanos consumiam mais de 1 dólar por dia, hoje há 7,5 milhões nesta faixa", lê-se no estudo, que explica que "apesar de hoje cerca de 54% da população de Angola viver na ou abaixo da linha de pobreza (dois dólares por dia), em 2000 a percentagem da população que vivia nesta categoria extraordinariamente vulnerável estava nos 92%".

Para os analistas do Standard Bank coordenados pelo economista Simon Freemantle, olhar para o rendimento das famílias também mostra uma historia de sucesso no desenvolvimento económico angolano: "em 1990, 88% das famílias em Angola estavam na classe de baixo rendimento; em '2010, este valor baixou para 68%, e simultaneamente o numero de famílias na classe media saltou de 112 mil em 2000 para quase 700 mil em 2010, e 900 mil hoje, sendo que a previsão aponta para que em 2030 haja quase 2 milhões de lares de classe media, cobrindo 32% da população",

Acentuando o sentimento positivo sobre o desenvolvimento económico de Angola e a melhoria das condições de vida dos angolanos, o estudo acrescenta que "Angola e uma das poucas economias subsarianas a ter um numero maior de famílias na classe media do que na classe média-baixa", quase o dobro.

Angola, conclui o estudo, e um dos poucos países que consegue conjugar um aumento da população (14 milhões em 1990 para 21 milhões hoje) com uma melhoria das condições de vida, exemplificada pelo número de famílias fora da faixa mais vulnerável: "Ate 2030, e previsível que haja mais ou menos tantas famílias fora da classe baixa como dentro, ate porque a classe media aumentou 700% entre 2000 e 2014, enquanto a faixa de famílias de classe baixa cresceu de forma bem mais modesta, cerca de 9% no mesmo período".

## I.6 Redução não deve criar admiração

*Jornal A Capital*

*11 De Outubro de 2014*

Para melhor compreensão destes dois relatórios, o semanário A Capital entrevistou especialistas ligados a luta contra a pobreza. Um deles foi Willy Piassa, da Organização não Governamental, Luta contra a Pobreza Urbana, (LUPP), para quem a redução em 70% não deveria criar uma admiração, porquanto, o país encontra-se numa situação de paz.



"Há maior mobilidade de pessoas e bens em quase todo o país", considerou, e ressalta o facto de a maioria da população angolana ainda ser, essencialmente agrícola, apesar da maior concentração de pessoas nos centros urbanos.

"As pessoas voltaram a produzir e isto contribui, naturalmente, para a redução das taxas de subnutrição", apontou, mas lembra que, "esta correlação não está directamente ligada às taxas de redução de pobreza, porque, apesar de registar um nível de redução de pobreza absoluta, ainda continuamos a ter uma concentração muito grande e continuamos a ter uma pobreza que ainda se situa em números que, se calhar, já deveriam estar muito abaixo devido ao tempo de paz".

Com excepção do ano de 2009, reconheceu, o país sempre teve um bom crescimento económico. Entretanto, "é importante que este crescimento se reflectisse mais nas populações, pois, continuamos a ter ainda alguma timidez, principalmente no acesso à água potável", "A água que se consome, apesar do grande esforço que o país tem feito, tem sido imprópria para o consumo em várias partes do país, mesmo em Luanda. Se não se ferver a água que jorra nas torneiras ou dos tanques, as pessoas têm problemas", averiguou o especialista em cujo entender "isto tudo tem contribuído para que os indicadores não sejam ainda melhores".

Piassa enquadra na mesma esfera a fraca qualidade que os centros e postos de saúde, continuam a apresentar, numa altura como esta em que "já devíamos ter centros especializados, só para o atendimento de mulheres e crianças.

"Para além do hospital pediátrico e de outros que existem, ainda há um grande défice de centros de saúde", constatou o activista da LUPP, ilustrando que "em muitos casos crianças e mulheres são colocadas em grandes hospitais" o que em seu entender "é inaceitável, se quisermos reduzir os índices de mortalidade materno-infantil.

"Angola continua a ser um dos piores em termos de mortalidade materno infantil", salienta, e defende que "se quisermos diminuir isso, tem de haver maior atrevimento, temos de imitar os países que estão a dar grandes passos como Moçambique",

"Por muitos anos, Moçambique foi considerado um dos mais pobres do mundo. Mas alguns dos indicadores que enfermam o desenvolvimento de Angola, portanto, a estatística de Angola, eles já venceram há muito tempo", exemplificou, para a seguir questionar, "porque é, então, que não imitamos, vendam como é que eles fazem?".

"Podemos fazer a mesma coisa", encorajou.

Mostrou-se também descontente com o fraco impacto dos projectos liderados pelo Governo central e pelos bancos comerciais, na área agrícola, sobretudo na agricultura familiar, que para si, ainda são muito tímidos.

"Projectos como Aldeia Nova e alguns outros, que foram muito publicitados, e muito badalados pela imprensa, os resultados são muito questionáveis. Eu atrever-me-ia a questionar, qual foi o nível de investimento de um projecto como Aldeia Nova, quem foram os beneficiárias e quais foram os números de beneficiários?", interrogou ao sugerir que deve-se responder a estas questões, para podermos avaliar se os projectos podem continuar a ajudar na melhoria da qualidade de vida dos angolanos, ou não,

"Caso contrário, são investimentos que deveríamos redireccionar para outras áreas e outros sectores, ou outros grupos de cooperativas que eventualmente dariam melhores resultados. Acredito que os investimentos que tem estado a ser feitos na agricultura familiar, poderiam ser melhores", atestou.

Em relação ao relatório do Standard Bank que refere que quase metade da população angolana saiu da linha da pobreza, Willy Piassa é de opinião que "uma das grandes questões que devemos colocar quando falamos de sair da linha de pobreza é: "pobreza absoluta ou pobreza reactiva?"

Se for absoluta, prossegue, os indicadores de um dólar ou dólar e meio (que o PNUD estima como sendo o que uma pessoa deve ter por dia, para se considerar fora da pobreza absoluta), não se aplica a nossa realidade, porque, argumenta, alguém que vive com um ou dois dólares em Angola, (dependendo da localidade onde as pessoas se encontram), pode ser considerado como estando em situação de pobreza absoluta.

"Porque o custo de vida e o custo de acesso aos serviços básicos em Angola são muito altos, comparados a outros países. Por causa disso, devemos sempre questionar qual é o indicador que está a ser usado para os diferentes estudos", concluiu.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Crédito concedido aumenta em 14% em 2013, Segundo estudo da Deloitte

*Jornal O PAÍS*

*03 De Outubro de 2014*

As instituições financeiras angolanas aumentaram em 14% o crédito concedido a clientes no ano de 2013, face ao ano anterior. No mesmo período registaram um crescimento de 12% no volume de activos e de 13% nos resultados líquidos, conclui a consultora Deloitte Angola, que apresentou, em Luanda, a nona edição do estudo Banca em Análise.

o estudo refere que, nos principais indicadores de resultados consolidados de todo os sistemas bancários, destaca-se o crescimento dos activos em 12% atingindo os Kz 6.621 mil milhões, o que representa um crescimento de 12% face a 2012.

A posição relativa entre os maiores bancos manteve-se inalterada, com o BAI a liderar a lista com 15,7% no que toca a dispensado dos activos, mesmo assim um recuo relativamente a quota de 17,5% verificada em 2012. Consta-se um incremento ligeiro do peso dos bancos de menor dimensão, o que confirma a tendência decrescente de concentração registada desde 2009.

Os depósitos de clientes registaram um aumento em 17% para um valor total de Kz 4.637 mil milhões. o crédito concedido subiu 14 % para Kz 2.710 mil milhões e igual crescimento foi verificado no lucro líquido do conjunto da banca, que atingiu Kz 92 mil milhões.

Cartões aumentam

O estudo da Deloitte, indica que os meios de pagamento electrónicos continuam a registar um forte crescimento no mercado nacional. o número de cartões de crédito e débito vivos aumentou cerca de 37% em 2013, tal como os cartões válidos, que registaram um crescimento de 19%.

No que se refere a rede de terminais, o número de Caixas Automáticas (ATM) e Terminais de Pagamento Automático (TPA) registaram um crescimento de 11 % e 35%, respectivamente. O número de ATM aumentou para 2.234 em 2013, comparativamente a 2.014 em 2012, e o número de TPA cresceu para 31.716 terminais em 2013 face aos 23.545 em 2012.

Adicionalmente, salienta o estudo, que o número de transacções em 2013 cresceu cerca de 27% face a 2012, registando-se um aumento de 22% nas transacções realizadas em ATM e de 65 % nas efectuadas em TPA. Assim, verifica-se que a evolução do número de TPA foi acompanhada pelo aumento ainda mais expressivo das transacções efectuadas, sinal da cada vez maior abertura dos agentes económicos para a utilização destes meios de pagamento, adianta o documento.

Activos crescem 12%

Em 2013, o volume de activos agregada dos bancos nacionais cresceu cerca de 12%, verificando-se poucas variações ao nível da estrutura da sua composição quando comparado com o ano anterior refere o estudo.

Quanto ao peso do crédito sobre clientes na estrutura global de activos dos bancos nacionais em 2013, ele foi de 41%, permanecendo superior ao do Brasil, que verificou um aumento de 3% em 2013.

O estudo adianta ainda que, no que se refere a estrutura de funding do activo se verificou um aumento do peso dos depósitos de clientes, de 68% para 70%, em contrapartida da redução do peso dos outros passivos, de 22% para 19%, e um ligeiro aumento dos fundos próprios de 10 % para 11 %.

No que se refere ao crédito líquido sobre depósitos, o documento aponta que, apesar do aumento do crédito líquido em 2013, este não foi superior ao crescimento dos depósitos, o que se traduziu numa ligeira redução do rácio de transformação entre 2012 e 2013, em que assumiu os valores de 60% e 58%, respectivamente.

BAI lidera depósitos

Com base na informação pública referente a 2013 disponibilizada pelos bancos, no que respeita aos depósitos, a posição relativa entre os maiores bancos manteve-se inalterada face ao ano anterior.

Segundo o estudo, o banco BAI permanece na liderança com uma quota de 19,5%, seguindo-se o BFA com 16,5%, verificando-se uma ligeira diminuição do seu peso em contrapartida de alguns bancos de menor dimensão.

Quando se analisa a segregação da carteira de crédito por nível de risco, avança o estudo, verifica-se um aumento da carteira de crédito com risco intermédio (C) correspondente a atrasos superiores a 30 dias e iguais ou inferiores a 60 dias, por contrapartida da diminuição da carteira com menor risco (A e B) e de risco mais grave (D, E, F e G).

Relativamente ao rácio de crédito vencido, de acordo com a informação disponibilizada no Relatório e Contas do BNA 2013, este ascendeu a 11,18%, registando-se um aumento quando comparado com o valor do período anterior (8,51%).

Ao nível do crédito líquido a clientes, o grupo dos maiores bancos mantém-se inalterado, se compararmos com o ano anterior.

A semelhança de outros agregados, também neste caso existe uma tendência de menor concentração, com alguns dos bancos de pequena e média dimensão a verificarem um aumento da sua posição relativa. No que diz respeito as garantias prestadas e créditos documentários, em 31 de Dezembro de 2013, o BPC, BAI, BIC, BPA e BFA apresentaram as melhores performances.

## 2.2 Expansão do portfólio

*Jornal Acapital*  
04 De Outubro de 2014

O banco sol procedeu, nesta sexta-feira, ao lançamento de dois novos produtos: micro-crédito para Pequenas Franquias e banco Sol Salário Sempre Mais". O primeiro visa capacitar pequenos empreendedores a melhor gerir os seus negócios, ao passo que o segundo produto vem dar resposta as exigências da chamada banca clássica.

O anúncio foi feito ontem durante fórum de Micro-crédito e Empreendedorismo' promovido por aquela instituição bancária, no quadro dos 13 anos da sua Criação. Durante o encontro, que reuniu uma plêiade de quadros bancários, foram abordados diversos temas, com destaque para a experiência do banco em micro-crédito, a banca, racionalidade económica e social e ainda o Micro-crédito, cidadania e a inclusão social.

Os números do Banco Sol são bastante animadores: dos varies pacotes de Micro-crédito já lançados, a instituição já desembolsou um total de 46 milhões de dólares americanos ao longo desses 13 anos, repartidos em 48 milhões de dólares para o Micro-crédito rural, 59 milhões (Micro-crédito empresa familiar), 28 milhões (Micro-crédito empresa), 3 milhões para o micro-crédito família e ainda 4 milhões para o pacote Micro-crédito, és na o aos mais jovens.

De salientar que no quadro da internacionalização dos seus serviços, o Banco Sol de Angola pretende expandir a sua actividade em países como Portugal e Brasil. Esta revelação foi feita na semana que hoje

termina pelo presidente da instituição, Coutinho Nobre Miguel.

A prioridade das prioridades passa pelo início da actividade. No primeiro semestre do próximo ano (2015) na Namíbia e, posteriormente, em Moçambique. "Estamos a pensar em abrir uma representação em Portugal e depois no Brasil, uma vez que o banco quer acompanhar o crescimento da economia angolana e o respectivo processo de internacionalização, afirmou o PCA do banco.

O Banco sol, recorde-se, de acordo com recente estudo da consultora Deloitte, esta posicionado como o oitavo maior em Angola, em termos de resultados líquidos, com 3465 milhões de kwanzas (35,2 milhões de Dolores) em 2013. Aparece na 9a posição em termos de crédito concedido a clientes, com uma quota de mercado de 2,8%, equivalente a 152 milhões de dólares e um rácio de malparado de 5,2%. A instituição bancária de Angola conta com 154 balcões em todo o território angolano, servindo 620 mil clientes.

## 2.3 A importância da liderança financeira na cultura empreendedora.

*Novo Jornal*  
10 De Outubro de 2014

SETENTA POR CENTO dos jovens angolanos residentes na periferia e que pretende iniciar um negocio, tem dificuldades em gerir as suas finanças pessoais. A conclusão e de um estudo realizado pela Zoe Small Business, uma organização sem fins lucrativos que se dedica a promoção de Educação Financeira, Empreendedorismo e Micro-financeiras nas zonas de baixo rendimento em Angola.

o estudo que será apresentado a 9 de Dezembro, foi realizado porta a porta de 10 a 20 de Setembro nas províncias de Cabinda, Luanda, Benguela. Bié e Huíla.

A pesquisa visou medir os níveis de conhecimento, sobre o dinheiro, atitude e comportamento dos jovens entre os 16 aos 35 anos de idade.

Amostra realizou-se com base em cinco critérios: género, idade, nível académico, ocupação, região e foram realizadas 20 questões baseadas em cinco temas.

Inclusão Financeira. Planeamento Financeiro e Poupança, Produtos Bancários, Seguros e Planos para Começar um Negócio.

O estudo tem como objectivo geral, entender o nível de literacia financeira dos cidadãos residentes na periferia, identificar hábitos e necessidades por formas a serem encontradas soluções que melhorem a relação dos moradores destas zonas com o dinheiro e outros instrumentos financeiros.

O objectivo específico é compreender o impacto que os maus hábitos financeiros podem ter nos programas de fomento do Empreendedorismo desenvolvidos pelo executivo angolano e organizações sem fins lucrativos, atendendo a imposição da relação entre a educação financeira e a cultura empreendedora.

Angola tem conhecido uma explosão de empreendedores nos últimos anos. Apesar deste crescimento, os dados indicam que a taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas é maior no primeiro ano, devido em grande parte as dificuldades financeiras. Muitas destas dificuldades, são causadas pelo mau uso pelos gestores dos fundos postos a sua disposição,

Nos últimos três anos fruto dos esforços do Banco Nacional de Angola, registaram-se avanços na indução financeira, mas persistem as lacunas em relação a educação financeira.

Como exemplo, entre os 1000 entrevistados na pesquisa, 80% possui conta bancária, 50% Tem Cartão de Débito. 40% Assume ter crédito bancário e apenas 20% faz planeamento financeiro. E quando comparado a poupança, este número é ainda mais baixo. Apenas 10%. 30% Garante possuir um tipo de seguro.

"As pessoas não foram ensinadas a lidar com dinheiro e por imposição das circunstâncias acabaram por entrar no mundo dos negócios, Quando alguém que não sabe gerir as suas finanças, começa uma actividade empresarial o fracasso do seu negócio é eminente"

Neusa Correia, responsável pela pesquisa, afirma que "o cenário é triste", 55% dos empregados entrevistados, gasta 90% do salário antes do dia 20 do mês e chega ao mês seguinte com dívidas que correspondem 30 a 40% do ordenado mensal. Muitos cidadãos têm dificuldades em gerir as suas finanças pessoais e pretende partir para o Empreendedorismo, como solução para aumentar a sua renda. Eles acham que começando o seu próprio negócio, terão as suas contas em dia. Esta é uma falsa ideia, argumenta. " Porque se você não é fiel no pouco nunca será no muito", conclui.

"E preciso ser disciplinado financeiramente para estabilizar a renda e ser um bom empreendedor, A forma como você gere hoje as suas finanças vai determinar futuramente o seu modelo de gestão nos negócios", revela a consultora.

Este indicador é importante para aferir as capacidades de gestão financeira de um jovem, potencial empreendedor.

Assim sendo é necessário desenvolverem-se programas de educação financeira junto das comunidades de baixo rendimento, com objectivo de aumentar os níveis de alfabetização da população, em geral e da juventude em particular. Programas que se adaptam a sua realidade, atendendo as características destas zonas.

Educação financeira e a capacidade de fazer julgamentos informados e tomar decisões efectivas tendo em vista a gestão do dinheiro. A educação financeira contribui para que os cidadãos tomem decisões financeiras, informadas e confiantes em todos os aspectos da vida financeira.

Não bastam os programas isolados de combate à pobreza, eles têm de ser seguidos de formação financeira. A educação financeira é uma arma eficaz no combate a pobreza pelo facto de reduzir as desigualdades de renda.

A estudo será apresentado a 9 de Dezembro de 2014, em Luanda e a 12 do mesmo mês na Huíla.

A Zoe Small Business é uma organização angolana sem fins lucrativos que desenvolve programas de Educação Finanças Empreendedorismo, e Micro finanças nas zonas de baixo rendimento em Angola.

## 2.4 Acesso a créditos agora é mais fácil

*Semanário O Continente*  
10 De Outubro de 2014

Com período de vigência indeterminado, o protocolo foi assinado pelo presidente do conselho de administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, e pela presidente de direcção da Caixa de Providencia do Ministério da Justiça, Esmeralda Mangueira.

### Habitação

Em função do acordo, o crédito ao consumo para os mutualistas da Caixa de Providencia tem um montante máximo de sete milhões de kwanzas (70 mil dólares), o automóvel e de 10 milhões de kwanzas

(100 mil dólares), enquanto o tecto máximo para o crédito a habitação e de 30 milhões e 600 mil kwanzas (360 mil dólares), para uma casa média alta. Em declarações à imprensa, em Luanda, momentos após a assinatura do acordo, o presidente do Conselho de Administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, disse que se trata de instrumento financeiro que visa facilitar a satisfação das necessidades dos operadores da justiça, porquanto as taxas de juro são atractivas (oito por cento para o crédito a habitação), "A todo o mutualista não será exigida a apresentação de garantias, apenas apresentara a declaração de salário e requerimento de pedido do crédito, e a carta conforto da Caixa. Pois, a própria caixa servirá de garante da operação", esclareceu o gestor do banco que cresce em todos os principais indicadores agregados, segundo o estudo "Banca em Análise" publicado na última semana pela empresa de consultoria Deloitte Angola. Segundo o presidente do Banco Sol, instituição financeira que completou quinta-feira 13 anos de existência, todos os operadores da justiça vão encontrar neste protocolo as suas necessidades resolvidas. A Caixa de Providência do Ministério da Justiça conta com mais de cinco mil associados, sem contar com os funcionários ligados ao Ministério Público e aos diferentes tribunais.

Na província da Lunda Sul, o Banco Sol inaugurou sexta-feira, na cidade de Saurimo, a sua segunda agência bancária na província da Lunda Sul. A inauguração, enquadrada nas festividades do 13.º Aniversário do banco, foi presidida pela governadora da Lunda Sul, Cândida Narciso. A administradora do Banco Sol, Várinia Sobral, reafirmou o compromisso da instituição financeira bancária em apoiar as iniciativas empreendedoras dos micros, pequenos, médios empreendedores locais e das grandes empresas da província. A governadora Cândida Narciso disse que a inauguração deste segundo balcão vai permitir ao Banco Sol atender com maior celeridade os seus clientes, principalmente na concessão de crédito aos agentes económicos da província da Lunda Sul.

## 2.5 BPC forja novo banco para operações de micro crédito

*Semanário o Continente*  
10 De Outubro de 2014

A concretizar-se a sua criação, a nova instituição financeira vai "juntar-se" ao Banco Sol, pioneira, no país, na prestação de operações no segmento de micro crédito.

"Apesar de termos introduzido as operações de micro crédito no BPC em 2005, sentimos a necessidade de criar um banco unicamente virado a esse segmento", afirmou hoje o presidente do Conselho de Administração, Paixão Júnior.

Ao falar sobre o Micro Crédito no Programa de Combate à Pobreza, o presidente do Conselho de Administração do BPC salientou que para ter sucesso na nova aposta, a instituição vai aproveitar a extensa rede de balcões que possui nos diversos municípios do país.

Actualmente, prosseguiu, o banco já realiza operações de micro crédito, mas o que vai acontecer em 2015 e o surgimento de um "brace" específico do BPC voltado para esse importante instrumento de inclusão financeira. Sobre os constrangimentos no acesso ao crédito, Paixão Júnior disse que, pela expansão territorial alcançada pelo BPC no mercado interno, o banco recebe muitas solicitações, tendo actualmente, em carteira, cerca de 400 mil pedidos de crédito.

Essa cifra (400 mil pedidos) ultrapassa a capacidade do banco atender de forma satisfatória a todas as solicitações de crédito, "Fazemos aquilo que é possível em função dos recursos que estão disponíveis para emprestar", salientou.

Não tem sido fácil, referiu o gestor, contudo, o mais importante no meio disso é dizer que o banco tem marcado presença em todos os programas que visam combater a fome e a pobreza no país.

## 2.6 Jovens são incapazes de gerir o dinheiro

*Jornal de Angola*  
10 De Outubro de 2014

O estudo, que é apresentado a 9 de Dezembro, realizado porta a porta de 10 a 20 de Setembro em Benguela, Bié, Cabinda, Huíla e Luanda, destinou-se a apurar níveis de conhecimento sobre o dinheiro, atitude e comportamento dos jovens entre 16 e 35 anos. O inquérito, assente em critérios como género, idade, nível académico, ocupação e região, tinha 20 questões baseadas em cinco temas ligados à inclusão financeira, planeamento financeiro e poupança, produtos bancários, seguros e planos para começarem negócio.

O estudo permite entender o nível de literacia financeira dos habitantes da periferia, identificar hábitos e necessidades para se encontrarem soluções que melhorem a relação dos moradores daquelas

zonas com o dinheiro e outros instrumentos financeiros.

O objectivo específico e compreender o impacto que os maus hábitos financeiros podem ter nos programas de fomento do empreendedorismo desenvolvidos pelo Executivo e organizações sem fins lucrativos, tendo em conta a relação necessária entre educação financeira e cultura do empreendedorismo.

Angola regista nos últimos anos um aumento substancial do número de empreendedores, mas, apesar disso, os dados mostram que a taxa de encerramento das micro e pequenas empresas é maior no primeiro ano devido, em grande parte, a dificuldades financeiras, muitas das quais causadas pelo mau uso dos fundos.

Os últimos três anos, devido aos esforços do Banco Nacional de Angola, registaram-se avanços na inclusão financeira, mas persistem lacunas a nível de educação financeira.

Entre os mil inquiridos na pesquisa, 80 por cento tem conta bancária, metade, cartão de débito, 40 por cento assume ter crédito bancário, 20 por cento faz planeamento financeiro, mas apenas dez por cento tem um plano de poupança e 30 por cento um tipo de seguro.

"As pessoas não foram ensinadas a lidar com dinheiro e por imposição das circunstâncias acabaram por entrar no mundo dos negócios. Quando alguém que não sabe gerir as próprias finanças começa uma actividade empresarial o fracasso do negócio é eminente", conclui o estudo.

A responsável pela pesquisa considera que "o cenário é triste", pois 55 por cento dos empregados entrevistados gasta 90 por cento do salário antes do dia 20 e chega ao mês seguinte com dívidas que correspondem 30 e 40 por cento do ordenado mensal.

Neusa Correia lamentou que muitos com dificuldades em finanças pessoais pretendam aderir ao empreendedorismo como solução para aumentar os rendimentos por julgarem que ao começarem um negócio próprio terminais liquidez, o que "é uma falsa ideia, porque se não se é fiel no pouco nunca se é no muito".

A Zoe Small Business é uma organização angolana sem fins lucrativos que desenvolve no país programas de Educação de Finanças, Empreendedorismo e Micro Finanças nas zonas de baixo rendimento.

## 2.7 Jovens residentes na periferia têm dificuldades de gerir as finanças pessoais

*Jornal O PAÍS*

*17 De Outubro De 2014*

70% dos jovens angolanos residentes na periferia e que pretendem iniciar um negócio tem dificuldades em gerir as suas finanças pessoais. A conclusão é de um estudo realizado pela Zoe Small Business, uma organização sem fins lucrativos que se dedica a promoção de Educação Financeira, Empreendedorismo e Micro-finanças nas zonas de baixo rendimento em Angola.

o estudo, que será apresentado no dia 9 de Dezembro em Luanda e no dia 12 na Huíla, foi realizado porta a porta, de 10 a 20 de Setembro, nas províncias de Cabinda, Luanda, Benguela Bié e Huíla. A pesquisa visou medir os níveis de conhecimento, sobre o dinheiro, atitude e comportamento dos jovens entre os 16 aos 35 anos de idade.

A amostra teve por base cinco critérios: género, idade, nível académico, ocupação, região e foram realizadas 20 questões baseadas em cinco temas. Inclusão financeira, planeamento financeiro e poupança, produtos bancários, seguros e planos para começar um negócio.

o estudo tem como objectivo geral entender o nível de literacia financeira dos cidadãos residentes na periferia, identificar hábitos e necessidades por forma a serem encontradas soluções que melhorem a relação dos moradores destas zonas com o dinheiro e outros instrumentos financeiros.

o objectivo específico e compreender o impacto que os maus hábitos financeiros podem ter nos programas de fomento do empreendedorismo desenvolvidos pelo Executivo angolano e organizações sem fins lucrativos, atendendo a imposição da relação entre a educação financeira e a cultura empreendedora.

Mau uso dos fundos

Angola tem conhecido uma explosão de empreendedores nos últimos anos. Apesar deste crescimento, os dados indicam que a taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas é maior no primeiro ano, devido em grande parte as dificuldades financeiras. Muitas destas dificuldades são causadas pelo mau uso pelos gestores dos fundos postos a sua disposição.

Nos últimos três anos, fruto dos esforços do Banco Nacional de Angola (BNA), registaram-se avanços na inclusão financeira, mas persistem as lacunas em relação a educação financeira.

Como exemplo refira-se que entre os 1.000 entrevistados na pesquisa, 80% possui conta bancária, 50% tem cartão de débito, 40% assume ter crédito bancário e apenas 20% faz planeamento financeiro.

#### Indisciplina financeira

Neusa Correia, responsável pela pesquisa, afirma que o cenário é triste, 55 % dos empregados entrevistados gasta 90% do salário antes do dia 20 do mês e chega ao mês seguinte com dívidas que correspondem entre 30% a 40% do ordenado mensal. Muitos cidadãos têm dificuldades em gerir as suas finanças pessoais e pretende partir para o empreendedorismo, como solução para aumentar a sua renda. Eles acham que começando o seu próprio negócio, terão as suas contas em dia. Esta é uma falsa ideia, argumenta. ' Porque se você não é fiel no pouco nunca será no muitos.

'É preciso ser disciplinado financeiramente para estabilizar a renda e ser um bom empreendedor. A forma como você gere hoje as suas finanças vai determinar futuramente o seu modelo de gestão nos negócios, adianta a consultora.

o estudo conclui ser necessário desenvolverem-se programas de educação financeira junto das comunidades de baixo rendimento, com objectivo de aumentar os níveis de alfabetização da população, em geral e da juventude em particular. Programas que se adaptam a sua realidade, atendendo as características destas zonas.

Ainda de acordo com o estudo, não bastam os programas isolados de combate a pobreza, eles têm de ser seguidos de formação financeira. 'A educação financeira é uma arma eficaz no combate a pobreza pelo facto de reduzir as desigualdades de renda, refere o documento.

## 2.8 Sector Bancário eleva níveis de liquidez

*Jornal de Angola*

*20 De Outubro de 2014*

*Texto : Graciete Mayer*

Intitulado "Análise do sector bancário angolano 2013", o estudo foi apresentado em Luanda pelo vice-presidente da empresa em Angola, Victor Ribeirinho, que qualifica o aumento do crédito

malparado, a apresentação de projectos pouco "sofisticados" e a ausência de hipotecas efectivas como factores que levam os bancos comerciais a reduzirem cada vez mais os financiamentos.

"Os bancos continuam a queixar-se das enormes debilidades dos projectos, da falta de retorno dos financiamentos concedidos ao longo destes anos. Há muito crédito malparado", precisou Victor Ribeirinho, sem avançar o volume total da dívida dos clientes, na sua maioria, empresas.

Em 2013, o crédito malparado voltou a registar um aumento de 31,9 por cento em relação ao de 2012, ano em que a concessão de créditos apresentou um ritmo de crescimento inferior (12,9 por cento) ao dos períodos anteriores.

Apesar disso, revela, o sector bancário continua a evoluir de "forma bastante significativa", tendo os activos assinalado um crescimento de 12,45 por cento em 2013. "Embora o rácio do crédito malparado tenha aumentado nos últimos anos e perceptível uma maior preocupação com a gestão do risco de crédito por parte das instituições, seja através de uma maior monitorização, seja através da aplicação de sistemas e workflows integrados para a sua gestão atempada."

#### Depósitos em alta

o estudo mostra que, a par do aumento dos activos, em 2013, os depósitos totais registaram um aumento de 16,8 por cento face a 2012. o sistema de pagamentos veio confirmar novamente a evolução positiva registada nos últimos anos, ao nível de utilização dos meios de pagamentos e dos novos canais electrónicos o estudo aponta que a rede multicaixa cresceu em 2013, o que resultou no aumento do volume médio mensal de transacções em Terminal de Pagamentos Automáticos (TPA), para 11,2 milhões, mais 20 por cento do que o verificado no ano anterior. "Esta tendência « claramente suportada no parque de ATM, vulgo multicaixa, cujo crescimento, face a 2012, foi de 16 por cento e 35 por cento, respectivamente", indica o estudo.

O processo de bancarização continua a ser uma prioridade para o sector financeiro estimando-se que, em 2013, o mesmo se tenha situado em cerca de 30 por cento, contra os 23 por cento em 2012.

o estudo salienta que o Banco Nacional de Angola (BNA) espera que esta taxa venha a duplicar em 2016. A expansão da rede bancária continua a crescer, registando um aumento de 14,2 por cento em 2013, com a abertura de 13 balcões por mês a nível do país, num total de 164 novos balcões abertos durante o ano.

O número global de novos colaboradores na banca angolana evoluiu cerca de 11,7 por cento, no ano passado, em relação a 2012, atingindo um valor de 18.800 pessoas.

#### Novas instituições

Actualmente, o mercado conta com 24 instituições bancárias, nas quais apenas cinco detêm 72 por cento de activos totais. Mas existem ainda cinco instituições financeiras em processo de registo, nomeadamente o Banco de Activos e Crédito de Angola (BACA), o Banco de Investimento Rural (BIR), o Banco Prestígio (BP), o Banco Pungo Andongo e ECOBANK (pan-americano).

O vice-presidente do KPMG disse ainda que a abertura de Angola ao investimento estrangeiro e a sua crescente relevância no continente africano contribuíram também para o desenvolvimento continuado do sector bancário angolano em 2013.

Os esforços desenvolvidos pelo executivo, seja no desenvolvimento dos sectores não petrolífero de de infra-estruturas, seja a nível da política monetária, continuam a contribuir para a evolução do sector bancário nas suas várias dimensões. Victor Ribeirinho salientou que a evolução positiva da banca revela que apesar do ambiente de concorrência, existe estratégias de negócios bem definidas com objectivos a médio e a longo prazo, e se começa a verificar acções e movimentações de internacionalização para a Europa e para outros países africanos.

## 2.9 Programa Angola Investe financiou novos projectos

*Jornal de Angola*

*21 De Outubro de 2014*

*Texto: Francisco Curibingana*

O programa Angola Investe, do Ministério da Economia, aprovou este ano 13 projectos industriais e comerciais em Malanje avaliados em dois mil milhões de kwanzas, disse uma técnica daquele organismo num seminário.

Zuleia Monteiro, que falava sobre o Angola Investe, afirmou que dos 13 projectos aprovados, oito já receberam financiamentos num total de mais de mil milhões de kwanzas.

Os projectos financiados, referiu Zuleia Monteiro, são uma linha de engarrafamento de água mineral, aquisição de material e equipamentos agrícolas e uma fábrica de sabão, o que permite criar 400 postos de trabalho.

O seminário, promovido pelo Banco Angolano de Investimentos (BAI), teve como objectivo informar os empreendedores de Malanje sobre o processo de funcionamento do programa. O vice governador de Malanje Manuel Campo disse que o encontro se destinava a mostrar aos empreendedores que podem aproveitar melhor as condições criadas pelo Executivo e pela banca para a concretização de investimentos que contribuem para a redução da fome e a pobreza.

O vice-governador alertou os jovens sobre os recursos que lhes são postos a disposição pelos organismos institucionais e empresariais que lhes possibilitam a obtenção de conhecimentos e de fundos financeiros para a criação de negócios.

A reunião, disse, representa um estímulo para os que tem determinadas habilidades e competências para criarem, abrirem e gerirem negócios.

## 2.10 Crédito malparado dos bancos regista desaceleração em 2013

*Jornal Expansão*

*24 De Outubro de 2014*

*Texto: António Pedro*

O crédito vencido voltou a registar um aumento de 31,9% no ano passado em relação a 2012,0 que se reflectiu também no peso do crédito vencido no total de crédito concedido, ou seja, 8% em 2013 face a 6,83% em 2012.

Os dados constam do novo estudo da KPMG "Análise do Sector Bancário Angolano 2014", apresentado recentemente, em Luanda, que analisa um total de 24 bancos.

O Expansão analisou os dados da KPMG e apurou um novo cenário quanto a realidade do crédito malparado entre 2011 e 2013.

Um dos destaques do estudo da KPMG de 2012 foi o aumento significativo do crédito vencido de perto de 83,5% em relação a 2011.

O mesmo indicador ficou em 31,9% no ano passado face a 2012.

Neste sentido, o estudo leva a conclusão de que houve uma desaceleração em 51,5 pontos percentuais na taxa de crédito malparado, quando comparados os períodos de 2013 face a 2012 e deste para 2011.



Infelizmente, tal cenário não aconteceu com o peso do crédito vencido no total de crédito concedido conforme espelha o estudo.

Enquanto em 2012 o peso do crédito malparado no total de crédito concedido atingiu 6,76% em relação aos 4,60% de 2011, no ano passado houve aumento.

Com indicadores de 2012 actualizados, a KPMG demonstra no seu mais recente estudo que os 6,83% de 2012 referentes ao crédito mal parado no total de crédito concedido foram superados pelos 8% de 2013.

Em termos práticos, ainda segundo cálculos do Expansão com base nos indicadores apresentados pela KPMG, no ano passado 21 bancos concederam 2,8 bolhões Kz (29,3 mil milhões USD) em crédito, segundo os valores de cada um somados, com excepção do Standard Chartered Bank Angola, Banco BAI Micro-Finanças e Banco de Poupança e Promoção Habitacional, este último ainda não entrou em funcionamento efectivo.

Neste sentido, o crédito malparado em 2013, com base nos dados da KPMG, ronda 231,8 mil milhões Kz (2,3 mil milhões USD), o que, para além de em termos absolutos superar os 175,3 mil milhões Kz (1,7 mil milhões USD) de 2012, apresenta também uma taxa maior.

#### Recuperação de crédito vencido

Entre 12 desafios do sector bancário nacional apontados pela KPMG para os próximos anos, o terceiro está ligado à recuperação de crédito atendendo ao crescimento da sinistralidade nas carteiras de crédito e o novo enquadramento regulamentar que requer a introdução de modelos económicos com maior sensibilidade às alterações no perfil das carteiras de crédito.

No plano estritamente prático, as instituições financeiras a operar no mercado nacional devem concentrar os seus esforços na dinamização das suas áreas de recuperação de crédito.

Segundo a consultora, tal dinamização deve passar, em diversas instituições, por uma redefinição do papel que as áreas de recuperação de crédito desempenham, concretamente no que toca ao seu modelo operativo, numa relação de trabalho conjunto com outras áreas dos bancos.

O referido processo de recuperação de crédito, pelos bancos, implica também um alargamento e revisão profunda dos processos e procedimentos de recuperação de crédito, como são os critérios de prioridades de actuação, procedimentos de

negociação, definição de estratégias de recuperação, poderes de aprovação.

Este ano, aquando da apresentação do estudo, Victor Ribeirinho, director de Serviços de Auditoria e Finanças da KPMG, reforçou um argumento dito no ano passado.

Segundo o responsável, devido à situação do crédito vencido, os bancos estão a aplicar critérios cada vez mais rígidos na concessão de crédito onde o factor confiança na pessoa de accionistas já não é o mais determinante para uma decisão favorável na atribuição de financiamentos.

"A qualidade dos activos das empresas, neste caso particular, passa a valer muito mais como um critério", disse.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Fórum aborda informalidade económica

*Jornal de Angola*

*01 De Outubro de 2014*

*Texto: Armando Estrela*

A prevenção fiscal deve ser aliada à prevenção financeira, através de instrumentos que permitam que os contribuintes e os potenciais contribuintes possam pagar os seus impostos sem imposições de varia ordem, concluíram ontem em Luanda, na Escola Nacional de Administração (ENAD), os participantes ao debate sobre o papel da reforma tributaria na redução da informalidade económica em Angola, promovida pelo Ministério das Finanças, no quadro da "Semana das Finanças Publicas".

Aberta pela secretaria de Estado das Finanças e coordenadora do Projecto Executivo para a Reforma Tributaria (PERT), Valentina Matias Filipe, e enquadradas na semana comemorativa dos 113 anos dos serviços angolanos de finanças publicas, a conferencia proporcionou uma extensa reflexão sobre os diversos aspectos que envolvem a reorganização e a modernização das finanças angolanas, assim como a operacionalidade do mercado formal e informal.

Para os participantes, a administração tributaria do pais deve parar, reflectir e continuar a escutar os destinatários da legislação, para encontrar os passos necessários para a regulamentação da mesma, partindo antes do quadro que alimentou o mercado informal e tendo em atenção que esse circuito esta a ser sustentado por quem detém o monopólio do comercio, numa regra insistente de fuga ao fisco e de uma teoria baseada no lucro presumível. Em Angola, a Reforma Tributaria tem como objective a profunda reforma da administração tributaria, do sistema tributário, da justiça tributaria, a redução da fiscalidade e a aplicação de medidas no domínio da tributação internacional. No âmbito do PERT, varias acções foram desenvolvidas e muitas delas mostram impactos notáveis a economia fiscal.

Como resultado do PERT, indicou a secretaria de Estado Valentina Filipe, o sistema nacional registou aumento da receita tributaria não petrolífera na ordem anual de 14 por cento, assim como foi possível rever 15 códigos tributários, foi rejuvenescida a administração tributaria com pelo

menos 600 colaboradores e reforçada a comunicação com a sociedade e com os contribuintes.

Valentina Filipe acrescentou que mais desafios se colocam ao sistema, como o fomento da educação e consciência fiscal da sociedade, a criação da Administração Geral Tributaria - a estrutura que vai unificar a Direcção Nacional dos Impostos (DNI), o Serviço Nacional das Alfandegas (SNA) e o PERT, a aplicação do novo sistema informático e a simplificação justiça, equidade e competitividade fiscal do sistema tributário angolano.

Entre os desafios esta igualmente a elaboração de uma proposta para a reforma estrutural do sistema, na qual se inclui a revisão das áreas criticas de tributação do rendimento, do consumo e do património, um desafio que perspectiva o aumento da receita não petrolífera com o alargamento da base tributaria, visando um crescimento da receita que se associa a redução do encargo fiscal individual.

### 3.2 Fórum de abordagem informalidade económica

*Jornal de Angola*

*02 De Outubro de 2014*

*Texto: Armando Estrela*

A prevenção fiscal deve ser aliada à prevenção financeira, através de instrumentos que permitam que os contribuintes e os potenciais contribuintes possam pagar os seus impostos sem imposições de varia ordem, concluíram ontem em Luanda, na Escola Nacional de Administração (ENAD), os participantes ao debate sobre o papel da reforma tributaria na redução da informalidade económica em Angola, promovida pelo Ministério das Finanças, no quadro da "Semana das Finanças Públicas".

Aberta pela secretaria de Estado das Finanças e coordenadora do Projecto Executivo para a Reforma Tributaria (PERT), Valentina Matias Filipe, e enquadradas na semana comemorativa dos 113 anos dos serviços angolanos de finanças públicas, a conferencia proporcionou uma extensa reflexão sobre os diversos aspectos que envolvem a reorganização e a modernização das finanças angolanas, assim como a operacionalidade do mercado formal e informal.

Para os participantes, a administração tributaria do pais deve parar, reflectir e continuar a escutar os destinatários da legislação, para encontrar os passos necessários para a regulamentação da mesma, partindo antes do quadro que alimentou o mercado informal e tendo em atenção que esse circuito esta a

ser sustentado por quem detêm o monopólio do comércio, numa regra insistente de fuga ao fisco e de uma teoria baseada no lucro presumível. Em Angola, a Reforma Tributária tem como objectivo a profunda reforma da administração tributária, do sistema tributário, da justiça tributária, a redução da para fiscalidade e a aplicação de medidas no domínio da tributação internacional. No âmbito do PERT, várias acções foram desenvolvidas e muitas delas mostram impactos notáveis á economia fiscal.

Como resultado do PERT, indicou a secretaria de Estado Valentina Filipe, o sistema nacional registou o aumento da receita tributaria não petrolífera na ordem anual de 14 por cento, assim como foi possível rever 15 códigos tributários, foi rejuvenescida a administração tributaria com pe10 menos 600 colaboradores e reforçada a comunicação com a sociedade e com os contribuintes.

Valentina Filipe acrescentou que mais desafios se colocam ao sistema, como o fomento da educação e consciência fiscal da sociedade, a criação da administração Geral Tributária - a estrutura que vai unificar a Direcção Nacional dos Impostos (DNI), o Serviço Nacional das Alfandegas (SNA) e o PERT, a aplicação do novo sistema informático e a simplificação, justiça, equidade e competitividade fiscal do sistema tributário angolano.

Entre os desafios esta igualmente a elaboração de uma proposta para a reforma estrutural do sistema, na qual se inclui a revisão das áreas críticas de tributação do rendimento, do consumo do património, um desafio que perspectiva aumento da receita não petrolífera com alargamento da base tributaria, visando um crescimento da receita que se associa á redução do encargo fiscal individual.

### 3.3 Novos mercados informais apresentados aos feirantes

*Jornal de Angola*  
02 De Outubro de 2014

O plano de construção de dois mercados informais no município do Lobito foi apresentado na segunda-feira, na comuna da Canjala, pelo administrador municipal, Amaro Ricardo.

Em declarações a imprensa, administrador disse que a apresentação destes projectos aos feirantes dos mercados do Bairro Africano e da Canjala se destinou a recolher a contribuição destes, para melhor se ajustarem os projectos e a sua posterior aprovação pelo Governo Provincial.

Amaro Ricardo referiu que a construção das duas praças (Canjala e do Africano) tem por objectivo dar mais dignidade as localidades e as pessoas que acorram ao local, em substituição dos antigos, que funcionam sem condições, "Vamos procurar evitar doenças, construindo novos mercado para que as pessoas possam comercializar o seu produtos sem qualquer riscos", disse.

o novo mercado vai ser erguido num espaço de três hectares e ter 360 bancadas, enquanto o do Bairro Africano, nos arredores da cidade, vai ser construído numa área de oito hectares e dispor de oito mil bancadas.

As duas infra-estruturas vão ter todos os serviços, como armazéns, parque de estacionamento, posto médico, posto policial, água potável gerador, frigoríficos e contentores secos. A reunião deu cumprimento as determinações do governador Isaac dos Anjos, que quer mais dialogo com as populações e dar outra dignidade aqueles que encontraram o sustento da sua família no mercado.

### 3.4 A banheira e a bacia

*Semanário Angolense*  
11 De Outubro de 2014

Amiga chega na minha banheira. Tem feijão, tem vassoura, tem chouriço, tem gimboa, tem alho, tem tudo - diz o pregão da zungueira.

Ela percorre Luanda de lês a lês com o megafone que manda para os ventos soltos o pregão do costume. E correm as donas de casa, correm as empregadas domésticas para para-la e comprar o que interessa.

«Joana, enche a banheira para lavar os pratos», Berta ordenou, já noite, a filha. Quer o recipiente em que ela carrega os produtos que vende, quer o recipiente em que se lava a loiça (onde não haja lavatório ou pia, como dizem os brasileiros) são bacias e não banheiras.

«Logo, me dá o 'barde' e o 'apa' do lixo», pediu Isabel ao filho, antes de acrescentar: «Quando escavarmos a vir, 'se demos encontro com a prima Maria que foi 'na' praça do 'Adorfo' vender makayabu. Se estas a ir 'no' rio Luzia, pega 'na' Iaja e 'lhe traz' já na mãe dela que foi lavar roupa».

- «Papa, espero que 'ni' das só aquela mochila que tens no carro. E muita roupa a frente de 'me'», escreveu Iojó em mensagem enviada ao pai via telefónica.

Oiço expressões como essas variadíssimas vezes. Alguns dos oradores ou redactores são universitários, recebendo, por isso, críticas pela forma como «vilipendiam» a oratória e a escrita da Língua Portuguesa que herdamos como veículo de comunicação e pilar da construção da nossa Nação e identidade comum dos angolanos. De tantas calinadas que me chegam aos olhos e ouvidos, fico, as vezes, com a sensação de que desaprendi o bocado de gramática que dominava. É tanta «bujarda» que me chega através dos discursos nas salas, no intervalo da academia, em alguns murais do facebook, ou nos apontamentos e nas provas de alguns estudantes, normalmente bem trajados e com a dicção afinadíssima.

«Os médicos enterram seus erros. Os juízes aprisionam-nos. Os que escrevem expõem-nos», dizia um filósofo clássico.

Pior ainda quando o conteúdo que se quer transmitir, sobretudo nas redes sociais, vale menos do que o texto. Para que se expor e "manchar" a banga toda? Por que não colocar apenas um "like" nos textos encontrados nos murais do facebook, a atrever-se a escrever palavras cuja ortografia não domina?

"Se uns exibem vestuários e carros, outros decidem exibir os seus 'descompassos' com a língua escrita. Precisam de exercícios, pois através das suas produções orais ou textuais revelam o seu questionável nível de instrução (não me reporto aos diplomas, porque estes até no "Pau Grande" do Gazenga tiram-se), devem mesmo voltar a escola para aprender a não ferir sensibilidades alheias. «E tanta pedrada junta, que, um dia, acabam por desarrumar o mundo», conforme desabafo inconformado de um amigo professor de linguística.

Escrever bem é difícil, mas aprende-se.

Leia muito. Pratique a escrita normativa (fora dos clichés e abreviaturas do facebook), faça cópias de livros bem escritos. Sequem e passa a conhecer as palavras e a escreve-las correctamente.

### 3.5 Armazenistas do São Paulo apontados para um destino “ocupado”

*Jornal o PAÍS*

*24 De Outubro de 2014*

Embora alguns responsáveis da Direcção Nacional dos serviços Mercantis do Ministério do Comércio contactados por o PAÍS tinham mantido uma postura de silêncio em relação ao caso da transferência dos

referidos mercadores, alegando estarem a espera de uma reunião para o efeito, no sector, para os lojistas, que falaram sob anonimato, de modo a evitarem qualquer retaliação, conforme fizeram questão de referir, marcou o pronunciamento de ministério do comércio, Rosa Pacavira proferido no dia 18 de Setembro último, segundo o qual os armazéns localizando Ngola Kiluanji, município de Luanda, seriam transferidos para o Quilómetro 30, em Viana.

Na ocasião, a ministra tinha garantido que as condições estavam criadas para a transferência dos comerciantes para o Quilómetro 30 em Janeiro de 2015.

De acordo com Rosa Pacavira, que falava durante um encontro com os proprietários de estabelecimentos comerciais localizados nas ruas N'gola Kiluanji e Corand Lando, no distrito do Rangel, o objectivo era melhorar a actividade comercial na cidade de Luanda

Defendeu ainda que a transição das lojas para as zonas fora da cidade ia permitir o enquadramento legal das empresas no sector informal, tornando-as modernas e capazes de prestar serviços de qualidade aos seus clientes.

No quilómetro 30 estavam reservadas centenas de lojas, no quadro da requalificação e modernização das infra-estruturas comerciais, salientava a titular da pasta do Comércio.

A reportagem deste jornal, na semana passada, dirigiu-se ao mercado citado e constatou a existência de muitos armazéns, alguns em Construção, outros ainda na fase de demarcação do terreno, com a evolução de alicerces.

Abordados alguns funcionários da administração desse centro comercial, que se identificaram um como segurança destacado na área dos novos armazéns e duas como funcionária da secretaria, negaram a possibilidade de os comerciantes do São Paulo ocuparem os novos entrepostos.

"Nós aqui não temos orientação nenhuma para receber os armazenistas de lá, mas sabemos que existe uma área aí ao lado do centro de abastecimento das lojas Nosso Super, onde dizem que vão colocar os vendedores de São Paulo", disse uma das funcionárias afectas à secretaria da administração do actual mercado do Quilómetro 28, que justificou a ausência do administrador na instituição por alegados trabalhos fora da sua jurisdição. Para dar peso ao que a sua colega defendia, o supervisor assegurou que era pelo facto de cogitações do género e de tentativa de ocupações de obras e terrenos da zona comercial em evolução, por parte de pessoas que se apresentam

como comerciantes da zona urbana e não só, que ele e outros colegas estavam destacados no local.

"Como tem havido gente que vem lá de longe reclamar aqui um espaço ou parcela de terra, nos fomos mandados para aqui e guardar o espaço", detalharam os asseguradores, revelando que aí já houve muita confusão.

Enquanto se conversava com o protector, um militar desceu do seu carro e questionou a equipa desta reportagem se estava a proceder ao registo ou cadastramento dos armazéns da zona Norte da Praça do 30, tendo revelado a seguir que possuía, no sítio, um armazém.

o guarda acalmou-o, argumentando que não se tratava de uma ou de outra coisa, revelando, a seguir, aos integrantes deste semanário, que todos proprietários se inquietavam com qualquer movimento no local.

Mais armazenistas que saem de outras localidades para aqui vão tornar a nossa área numa centralidade de armazéns, a que acabara por atrair mais a clientela que anormalmente dirige para uma área onde existam mais pastas de venda".

O entrevistado defende a possibilidade de convivência sadia com as seus concorrentes, se pode adquirir bens alimentares e industriais. Desde que chegou a essas paragens de Viana para trabalhar ouve falar da vinda dos vendedores do São Paulo e Hoji - Ya- Henda, mas nada de forma oficial, como faz questão de referir.

Como outros, o gerente da Sanson Ghebrehiwet Hadgu. - Comercial não e contra o aparecimento de outros comerciantes na área, mas interrogou-se sobre o sítio em que os novos haviam de ficar, porque, segundo o ele, quase todo o espaço do mercado do 30 já anda ocupado.

### 3.6 A berrida das Kabombas as zungueiras

*Semanário Angolense*

*11 De Outubro de 2014*

Estorvaram-me a prosa com o kamba de ofício. Nosso encontro foi inesperado.

Eu o imaginava em Katumbela e ele contava-me em Sawlimbu. Ali mesmo no não do aeroporto, rua primeira de quem espreita o «Kasekel», eu saído do cheiro e clima doutro mundo a apanhar balance para nova vida na Ngwimbi, ele no intervalo duma acção de «kudilonga», cruzar-nos, cara-a-cara. Se um fosse

«kilapeiro» do outro nem buraco teria para se esconder.

«Epal Confrade, não te imaginava aqui e plena mente hoje. Vieste em «bumbasou em turismo sobre rodasi», metralhei-o, logo logo, com perguntas.

Ya, Vim numa formação. E preciso nos aperfeiçoarmos. Estou já há umas semanitas», defendeu-se. «Ya. Tenho lido o teu diário, mas pensava que fossem escritos buscados dum baú recente», arrisquei. «Pelos vistos estas a chegar... tens novidades literarias», contra-atacou. Mal começamos a falar sobre um dos aspectos que nos tornam umbilicais, a escrita e as publicações para Novembro, quando quatro carros da patrulha conjunta, entre fiscais e policias, pararam repentinamente colados a nos, com os «comandos» a pularem por cima dos «zungueiros» de saldo e «rnawanas» de sol. Parecia «kitota dos tempos do mana Barbudo ou rusga do luz-e-tano Poeira quando encheu as cadeias pidescas de revoltosos «tunda mindele».

O resto da prosa, depois de minutos de separação, porque cada um de nos (mais ele do que eu que ando «kasimbado» nestas guerras de fiscais contra vendedeiras) fugiu para sítio diferente e distante para escapar daquele «assalto», foi apenas um «tchau» apressado com o coração em alta rotação.

«Fia-da-mãe dos fiscais! Com as 'zungueiras' ate parece que fizeram curso de pular, puxar, apanhar coisas esquecidas ou caídas na fuga e guarda-las rápido e de 'kaxexe' no carro», atirou o puto Sofrimento Moderno, também conhecido no aeroporto por SM, que obteve o contributo de um colega de desgraça: «Ya. Tipo nada. 'Mwadye"distraído pensa que não houve nada. Tipo guerra relâmpago do Adolfo da Alemanha quando queria reino mundial de mil anos. Mas 'The' saiu pela culatra»,

«A quem e que entregam as coisas 'kasumbuladas' na rua?», perguntou ainda uma mana, Belita nome dela, enquanto limpava a nova ferida do encontro que teve com uma área antiga de vender bebidas.

Resposta, ninguém só lhe deu e vai ficar toda a vida com a raiva dela sempre que olhar para a cicatriz.

Os magalas a exhibir «banga», pareciam que treinaram comandos no Cabo Ledo para ir metralhar os verdadeiros inimigos deles.

Fia-da-mãe! Força deles é só com os «zungueiros» de cuecas, saldo, magoga, fio dental e 'mawanas' de sol. No tempo em que barbudo nos intimidava eram capazes maze de andar com a cauda entre a 'muxaxala', Estão tipo são puros gregos!», raiva de

Miguelito era grande que nem mesmo o desabafo carregado de alguma malícia atenuou a força da pedra que aquela acção Ihe calcou no coração. Quem também Ihes xingou, com todos os verbos, tempos e modos, foi Mariquinha, que viu entornada a sua bancada de magoga e «bebe-me-deixa».

«Com grego igual não torram farinha», atirou. - Por que não vão ainda se medir capacidade com os gregos do Sambila, do México, do Sete e Meio, do Ngwanha, dos Ossos, do Saber Andar, da Fubu e doutras bandas onde policia e que bate continência aos 'bandjus'? Me 'totolei' só no dedo», lamentou-se a Mariquinha, bem furiosa.

O receio por mais «berridas» e perdas de produtos e dinheiro já conseguido fê-los dispersar-se, cantando e contando, cada um no seu caminho, as suas malarribas.

Eu, repleto de vivências, mochila nas costas, pé no «ngwimbu» para soltar ao vento o que me os olhos viram e me os ouvidos registaram, «tirei» voador!

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Deputados querem consenso sobre OGE

*Jornal de Angola*  
02 De Outubro de 2014  
Texto : Adelina Inácio

O grupo parlamentar do MPLA decidiu recolher contribuições dos deputados dos círculos eleitorais provinciais para a busca de consenso nos trabalhos de elaboração do Orçamento Geral do Estado, principalmente nas verbas a atribuir as províncias.

O líder da bancada parlamentar, o deputado Virgílio de Fontes Pereira, que falou na abertura do encontro, esclareceu que o objectivo principal é partilhar ideias sobre o funcionamento e organização dos deputados eleitos pelos círculos provinciais.

Virgílio de Fontes Pereira lembrou que o comité central do MPLA aprovou a indicação dos coordenadores dos círculos eleitorais provinciais para estabelecer a estratégia de trabalho com os deputados dos círculos provinciais e o grupo parlamentar do MPLA.

O deputado considerou a reunião importante para o MPLA pelo facto de se estar a preparar o congresso, que na sua opinião vai permitir avaliar o programa de governo apresentado durante as eleições de 2012.

"Os deputados do MPLA podem fazer uma avaliação sobre o estado de organização, funcionamento e perspectivas que o partido tem relativamente ao percurso do mandato até as próximas eleições", disse.

Virgílio de Fontes Pereira pediu o engajamento dos deputados na realização das conferências municipais e provinciais, para que o MPLA se torne um partido forte e cada vez mais dinâmico. O vice-presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Diógenes de Oliveira, apresentou aos deputados a Metodologia para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

A governadora de Cabinda, Aldina da Lomba Catembo, garantiu que o MPLA em Cabinda cumpriu com o movimento de revitalização que permitiu avaliar a quantidade de militantes na província. Também a primeira secretária do MPLA em Cabinda afirmou que os militantes de todos os municípios da

província estão empenhados na campanha de crescimento do partido. Aldina da Lomba Catembo afirmou que o programa de Governo está a ser cumprido na sua província. "Cabinda foi uma das primeiras que elaborou o seu plano de desenvolvimento que contém acções fundamentadas no desenvolvimento institucional, de infra-estruturas técnicas, requalificação e modernização da cidade de Cabinda e desenvolvimento social", disse.

Aldina da Lomba informou que no mês passado foi inaugurada a primeira fase do programa de desenvolvimento na província de Cabinda. Para a cidade, disse, a preocupação está relacionada com o abastecimento de água a população.

A governadora disse que a meta da província é atingir a cobertura total de abastecimento de água às zonas urbanas e 80 por cento na zona rural.

No encontro, que terminou ainda ontem, foram apresentados a metodologia para a elaboração do Orçamento Geral do Estado e os planos de trabalho para as actividades dos deputados dos círculos eleitorais.

### 4.2 O novo modelo de governação em Luanda e o OGE de 2015

*Jornal Manchete*  
03 De Outubro de 2014  
Texto: Mihaela Webba

Depois de na passada semana o Executivo ter apresentado um novo modelo de governação para Luanda e a consequente reacção do líder do "Galo Negro" Isaías Samakuva, esta semana foi a vez da professora Mihaela Webba contestar os fundamentos jurídicos apresentados pelo professor Carlos Feijó.

"A posição da UNITA sobre as medidas de desconcentração orçamental anunciadas para as Administrações Municipais de Luanda, apresentada pelo Presidente Isaías Samakuva, apanhou o regime de surpresa e atrapalhou o trabalho da sua máquina de propaganda.

Na tentativa de escamotear a inconstitucionalidade das medidas, surgiram logo os juristas, peritos e comentadores do costume a falar de um novo modelo de governação ' para Luanda, que não existe. Por isso, vimos rebater e rejeitar tais manobras".

A constituição de 2010 manda criar novos entes territoriais autónomos

Na tentativa de escamotear a inconstitucionalidade das medidas, surgiram logo os juristas, peritos e

comentadores do costume a falar de um novo modelo de governação para Luanda, que não existe. Por isso, vimos rebater e rejeitar tais manobras.

As medidas anunciadas não constituem um novo modelo de governação. Luanda continua a ter o mesmo modelo arcaico de governação municipal, que é um governo centralizado, não eleito pelos munícipes, inserido na Administração Pública do Estado e dependente do 'chefe' do poder central, que é o Titular do poder executivo do Estado. Este modelo já foi revogado pela Constituição de 2010 que instituiu, no seu Título VI, órgãos autónomos do Poder Local para governar os municípios todos do país.

Assim, o novo modelo de governação para os municípios do país, o único que a Constituição estabelece e admite, é o modelo autonómico. Este modelo baseia-se em quatro princípios fundamentais: princípio da autonomia local, princípio da descentralização político-administrativa, princípio da separação de poderes e princípio democrático. Nos termos do artigo 2140 da CRA, "a autonomia local compreende o direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais gerirem e regulamentarem, nos termos da Constituição e da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, os assuntos públicos locais". Este direito, só pode ser exercido pelas autarquias locais, e não pelos governos provinciais nem pelas administrações municipais.

Quer dizer, o Senhor Presidente da República não deve, desde 2010, interferir na gestão dos assuntos públicos locais. As administrações municipais deviam e devem deixar de existir. Atribuir mais dinheiro e competências a um órgão que já nem devia existir e uma medida inconstitucional, por omissão,

e não só, na medida em que prejudica o processo de criação dos órgãos constitucionais (as autarquias locais) e desvia os recursos que a elas e só a elas a Constituição manda distribuir.

No lugar das administrações municipais, a Constituição de 2010 manda criar novos entes territoriais autónomos, novos governos municipais, separados do Estado, chamadas autarquias locais, correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional para assegurar a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante três órgãos próprios representativos das respectivas populações.

Não se deve pois confundir Administração Municipal com Poder Local. Os Administradores municipais não constituem o poder local previsto na CRA.

Eles são parte do poder central do Estado e dependem do 'chefe JES', que não foi eleito pelos munícipes para ser o presidente da Autarquia, nos termos do artigo 2200 da CRA. o poder local não é poder do Estado, e poder democrático dos cidadãos, autónomo ou separado do poder do Estado. O seu

chefe é o 'Presidente da Autarquia', que não é subordinado do Presidente da República, pois é eleito directamente pelos cidadãos e presta contas a uma Assembleia Municipal eleita pelos cidadãos.

o novo modelo de governação que a Constituição estabelece no seu Título VI para todos os municípios de Angola exige a criação imediata, por lei, dos três órgãos de gestão do poder autárquico, a saber: as Assembleias Municipais, dotadas de poderes deliberativos, os órgãos executivos colegiais e os Presidentes das Autarquias. Exige, igualmente, a observância de um novo modelo de eleição para os seus titulares.

Segundo o novo modelo de governação municipal que a Constituição estabelece para Angola inteira, Cazenga deve ter um presidente eleito pelos moradores do Cazenga, Longonjo deve ter um (Presidente eleito pelos moradores do Longonjo, Maquela do Zombo deve ter um Presidente eleito pelos respectivos residentes, Lobito deve ter um Presidente eleito, Camacunde, Mavinga, Tombwa, Cazombo e Buco Zau devem ter, todos e cada um deles, presidentes eleitos pelos respectivos munícipes em eleições livres, justas e simultâneas. Os candidatos podem ser membros de partidos políticos ou cidadãos independentes.

Como bem afirmou o Presidente Samakuva, são estes presidentes eleitos que devem elaborar em primeira instância os programas de investimentos públicos, os orçamentos e os planos de desenvolvimento dos municípios. E quem os aprova em primeira instância são também órgãos autónomos, as assembleias municipais, compostas igualmente por representantes eleitos pelos

respectivos munícipes. A responsabilidade da gestão dos dinheiros públicos deve ser repartida entre o Executivo central e os Presidentes (executivos) municipais. Utilizar o poder executivo central para adiar essas medidas de descentralização através de manobras dilatórias, constitui um grave atentado a democracia participativa e uma violação a Constituição.

De igual modo, o anunciado aumento eventual da fatia orçamental para as administrações municipais, não constitui um novo modelo de governação. Significa apenas distribuir no papel a mesma fatia



orçamental entre 'JES' e 'JES". Ele é o chefe do executivo central e também o chefe do executivo "

municipal. A Constituição manda separar a gestão dos dinheiros públicos entre um executivo central e executivos municipais AUTONOMOS, quer dizer, independentes do executivo central.

Cada autarquia constitui uma unidade orçamental autónoma. Cada uma delas a deve ter o estatuto, não de mera província, mas de um autentico 'governo autonomo'. É por isso que o Presidente Samakuva afirmou que as medidas anunciadas para Luanda são insuficientes.

Dizer que os Administradores de Luanda, e só os de Luanda, tem um novo modelo de governação porque vão elaborar os instrumentos de gestão orçamental que deveriam ser elaborados por órgãos autónomos do poder local, eleitos pelos cidadãos, constitui, no mínimo, um insulto a nossa inteligência, arria nos olhos dos incautos ou conversa para boi dormir.

Os assuntos específicos locais relativos ao saneamento básico, a gestão das redes publicas de agua, a gestão do lixo, a educação das crianças, a saúde, etc. não são da competência do Titular do poder executivo do Estado ou seus nomeados. São da competência da Administração autónoma, que é constituída pelos cidadãos organizados em autarquias locais. A inexistência da administração publica autónoma constitui uma inconstitucionalidade por omissão.

A Constituição de 2010 manda o Senhor Presidente da Republica largar o poder municipal e devolve-lo aos cidadãos. Antes, o Senhor Presidente da Republica, podia eventualmente procurar resolver os problemas dos munícipes de Luanda no quadro dos interesses da Administração central do Estado,

mas agora já é tarde, porque a CRA não o permite. Ao faze-lo agora, vem prejudicar e protelar a criação efectiva das autarquias locais, ofendendo assim os princípios constitucionais da autonomia local, da descentralização administrativa, da separação vertical do poder executivo e da democracia participativa.

"Esta claro que o OGE para 2015 vai incluir peças inconstitucionais e desviantes, que deveriam ser elaboradas, aprovadas e controladas por órgãos de entes territoriais autónomos. Não terão, certamente, a nossa aprovação. Como deixou claro o líder da oposição, cito, "quem deve elaborar e aprovar os programas de desenvolvimento municipal são os cidadãos de cada município, através dos seus representantes eleitos nos órgãos das autarquias locais", e não os subordinados do Presidente da

Republica, que pretende apenas, e mais uma vez, distribuir todo o dinheiro dos angolanos entre JES e JES".

### 4.3 Queda do preço do petróleo não compromete o OGE 2014

*Jornal O PAÍS*

*03 De Outubro de 2014*

*Texto: Hermenegildo Tchchipilica*

O ministro das Finanças, Armando Manuel, garantiu em Luanda, que a recente queda da produção de petróleo no país e dos preços internacionais não atingiram proporções capazes de comprometer a execução do OGE 2014.0 ministro produziu estas afirmações quando falava no acto de abertura da nona edição da Conferencia Banca em Analise, 'Devo assegurar que a recente queda da produção da nossa produção e dos preços internacionais do petróleo não atingiram uma proporção capaz de comprometer a execução do OGE 2014, uma vez que o défice fiscal estimado situar-se-á nos 4% do PIB (contra um superavit de 0,3% em 2013) e esta a ser financiado de forma não inflacionista, com recurso parte ao endividamento publico dentro dos limites legais, parte com o uso de reservas financeiras do Estado, em moeda nacional e estrangeira, excedentárias ao patamar estratégico superiormente estabelecido e acumuladas ate 2013 precisamente para tal finalidade, disse.

Economia cresce 3,9% em 2014

O ministro referiu que, deste modo, estima-se que economia cresça na vizinhança de 3,9% este ano, alicerçado no crescimento de 7,3% do sector não petrolífero. Esta estimativa coincide com as conclusões da recentíssima missão do FMI de consulta no âmbito do artigo IV do seu estatuto, aprovadas pelo seu conselho de administração e reafirmadas na visita do seu director adjunto ao nosso país, neste mes, oportunidade em que, na conferencia de imprensa então realizada, reconheceu o acerto da nossa politica macroeconómica em que se cercar de prudência e rispidez na concessão e execução do OGE', assinalou.

No que se refere as exportações petrolíferas angolanas, o ministro das Finanças esclareceu que elas foram objecto recentemente de analise no Conselho de Ministro que deu a conhecer a actual tendência

de produção da industria nacional e as exportações de petróleo bruto do segundo trimestre, bem como as perspectivas das exportações e do preço do crude, no

terceiro e no quarto trimestre de 2014. 'O Conselho de Ministros decidiu continuar a acompanhar a situação, no sentido de se fazer uma' gestão para que os recursos para o OGE não sofram quebras significativas, considerando que no nosso OGE o preço razoável e, principalmente, o facto de que a media do preço do barril de Janeiro ate Agosto atingiu os 105 dólares por barril, gerando uma reserva importante de recursos cambiais para fazer face a eventuais quedas temporárias do preço do petróleo nos meses seguintes.

#### Nuvens e conquistas

Para Armando Manuel, apesar das nuvens que a cada ano encobrem o horizonte internacional, criando novos desafios para o nosso desenvolvimento, Angola tem muito do que se orgulhar em termos de resultados conquistados após a paz alcançada em 2002.

o ministro apontou, nesta linha que estudos da Agencia Nacional de Investimento Privado (ANIP) mostram que Angola investiu USD 61,1 mil milhões (Kz 6,11 triliões) nos últimos 13 anos, uma media anual de USD 4,7 mil milhões de dólares (Kz 470 mil milhões) na reabilitação de infra-estruturas. No período compreendido entre 2013 e 2017, o Executivo prioriza projectos de parcerias público-privadas nos sectores de água e energia, assim como transporte e logísticas, sublinhou e recordando que no período de 2002 a 2012, o Executivo reabilitou 11 aeroportos e esta actualmente engajado na construção do novo Aeroporto de Luanda que deve congrega uma área de 1.324 hectares'.

#### Bancarização situa-se em 55%

Na cerimonia de encerramento do lançamento do estudo Banca em Analise da Deloitte, o governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Jose de Lima Massano, disse que o crescimento do sector bancário angolano tem sido extensivo aos mais variados extractos da população. A taxa de bancarização, em Junho de 2014, situava-se em torno de 55% da população adulta. 'Ainda que reconhecendo o esforço pela melhoria da qualidade dos services na banca e de tratar-se de processos contínuos, há sinais que devem merecer a nossa atenção enquanto órgão regulador. Por exemplo, das cerca de 2000 reclamações registadas no primeiro semestre de 2014, 30% estavam associadas 11 emissão e uso de cartões electrónicos de pagamentos, referiu.

#### Criação de call center

Jose de Lima Massano indicou que os bancos comerciais foram instruídos no sentido da criação de áreas

específicas para atendimento permanente aos clientes utilizadores de cartões. 'Por isso, ate Janeiro de 2015 as instituições financeiras que pretendam manter a emissão de cartões electrónicos de pagamento, deverão possuir um call center em língua portuguesa, disponível 24 horas por dia, durante 7 dias por semana, que permita tratar com maior oportunidade quaisquer limitações com o uso de tão importante instrumento de pagamentos.

Referiu ainda que os bancos desempenham um papel determinante na locação de recursos na economia por via da intermédia ao financeiro. 'Esta deve ter lugar com base em processos dinâmicos de inovação e diferenciação de produtos e services, em função dos segmentos do mercado e dos clientes-alvo, Assim, será estimulada a concorrência no sector e ampliada a oferta de soluções financeiras competitivas, salientou.

## 4.4 Governa gasta mais com os subsídios aos combustíveis do que com a educação ou saúde

*Semanário Angolense*

*04 De Outubro de 2014*

*Texto: Ilídio Manuel*

Economista e jornalista, Carlos Rosado de Carvalho é uma das vozes autorizadas no país quando o assunto tem a ver com números, contas ou outros temas de natureza económica, pelo que não podia ficar indiferente a recente subida dos preços dos combustíveis. Numa pequena entrevista ao SA, o também director do semanário económico «expansão» considera que a medida peca apenas por tardia, já que o Estado não deveria libertar mais dinheiro com os subsídios aos combustíveis, que chegam a ultrapassar as despesas com a educação e saúde. Embora considere oportuna a medida, ele prevê uma subida da inflação.

Semanário Angolense (SA) Considera oportuna a subida dos combustíveis ou a mesma devia ser feita há mais tempo?

Carlos Rosado de Carvalho (CRC) em minha opinião, a decisão peca por tardia, porque não se deveria ter chegado o nível de subsidiávamos combustíveis do patamar actual. Os últimos dados da execução orçamental referem-se a 2013, ano em que foram gastos 552,9 mil milhões Kz. Em 2012, a factura foi

de 518,4 mil milhões. Para este ano, prevêem-se 536,5 mil milhões Kz. Ou seja, no triénio 2012-2014 os subsídios deverão custar aos cofres públicos qualquer coisa como 1,7 biliões Kz (cerca de 17 mil milhões USD), para os menos familiarizados com os kwanzas. Para se ter uma ideia, trata-se de valores equivalentes aos investimentos previstos no PNC 2013-2017 para a expansão da capacidade de produção e sistema de transporte de energia eléctrica. Ou seja, em apenas três anos gastou-se em subsídios aos combustíveis o que se vai gastar em cinco anos, para quintuplicar a produção de energia e minimizar os «apagões».

SA - Em seu entender, o Governo angolano tem sido forçado a tomar tal medida?

CRC- Quero acreditar que o governo aumentou os combustíveis porque entende que essa é a decisão que melhor serve os interessados angolanos. Mas, admito que a decisão tenha sido forçada pela

pressão fiscal. O OGE deste ano prevê um saldo negativo de 630 mil milhões Kz, diferença entre receitas de 4,7 biliões Kz e despesas de 5,4 biliões Kz. A execução do primeiro semestre revela que o saldo negativo já vai em 515 mil milhões Kz. Isto é, em apenas seis meses o défice já é superior a 80% do orçamentado para o ano todo. A culpa é da baixa do preço do petróleo, agravada pela redução da produção. Todas as poupanças que se fizerem do lado da despesa aliviarão a pressão fiscal. O aumento dos combustíveis reduz os subsídios e por essa via a despesa. Segundo as minhas contas, com base no consumo de 2013, os aumentos do gásóleo, da gasolina e do gás da semana passada deverão gerar uma poupança anual de 55 mil milhões Kz. Como faltam 4 meses para o ano terminar poderemos estar a falar de poupanças na ordem dos 18 mil milhões Kz, em 2014.

SA – Então, para si, os subsídios não se justificam?

CRC - E que, além de onerosos para os cofres públicos, os subsídios aos combustíveis são ineficientes e injustos; ineficientes porque baixam artificialmente o preço de venda dos combustíveis, incentivando o consumo de recursos não renováveis. Por essa razão, os combustíveis, com a eventual

excepto do gás de cozinha, não só não deviam ser subsidiados como até deviam pagar imposto mas

isso são outros quinhentos. Injustos porque regressivos. Vários estudos mostram que as famílias de rendimento elevado beneficiam de uma maior parcela dos subsídios por consumirem maiores quantidades dos produtos subsidiados. Segundo o

economista Emílio Londa, cuja tese de mestrado é sobre o assunto, 75% dos subsídios vão para os 30% de angolanos mais ricos. Eu que faço parte destes 30% mais ricos sou subsidiado anualmente em cerca de 500 mil Kz que é a diferença entre aquilo que eu devia pagar na bomba e aquilo que efectivamente pago. Muitas famílias angolanas vivem com menos de 500 mil Kz por ano. O que é uma injustiça. Os subsídios são uma espécie de Robin dos Bosques ao contrário: tiram aos pobres para dar aos ricos. Outro dado chocante que para mim devia chegar para convencer qualquer um: no triénio 2012-2013, o governo despendeu em subsídios aos combustíveis os referidos 1,7 biliões Kz. Neste período, as despesas com a educação não ultrapassaram 1,4 biliões Kz, enquanto as despesas com a saúde ficaram-se pelos 916 mil milhões Kz. Ou seja, o governo gasta mais a subsidiar os combustíveis do que com a educação ou a saúde dos angolanos.

SA- Em alguns círculos, admite-se que houve pressões por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI)

CRC - Não é segredo para ninguém que o FMI há muito que vem recomendando a redução gradual dos subsídios aos combustíveis. E não é só o FMI!. Em 2005, o Banco Mundial chegou a elaborar um estudo com esse objectivo. Voltando ao FMI, um relatório elaborado ao abrigo do artigo IV do regulamento da instituição, que prevê consultas anuais com os Estados-membros, defende «a eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis» e, em simultâneo, a canalização para os pobres de parte das poupanças geradas, através de programas de «assistência social bem direccionada». Mas daí a dizer-se que o governo aumentou os combustíveis por causa do FMI vai uma grande distância. Actualmente Angola já não está sob a alçada do FMI!. Esteve durante 27 meses o tempo que durou o programa de ajuda a balança de pagamentos no âmbito do qual recebemos um empréstimo de cerca de 1,4 mil milhões USD. Neste período, em que. Tinha um grande poder negocial sobre Luanda, a instituição de Washington também recomendou a baixa de combustíveis e o governo não acatou a recomendação.

SA Há quem defenda que os aumentos deviam ser feitos de forma gradual e não repentina, para não provocar reacções assaz negativas por parte da população, Subscribe esta ideia?

CRC - Naturalmente. Ninguém no seu perfeito juízo defende que os combustíveis devam aumentar de uma vez, nem é o que está a acontecer. No ano passado, Manuel Neto administrador da Sonangol disse que os preços reais isto são sem subsídio seriam

de 150 Kz para a gasolina e de 130 Kz para o gasóleo. O que significa que ainda há um longo caminho a percorrer até eliminarmos os subsídios por completo. Estamos no bom caminho, mas ainda não atingimos o ponto de não retorno. O Processo de eliminação dos subsídios aos combustíveis tem de ser gradual mas o governo não pode repetir o erro de 2010 e levar mais quatro anos a proceder a novo aumento de preços, sob pena de voltarmos estaca zero. Por outro lado, entendo também que nem todos os subsídios devem ser eliminados mesma velocidade. Os subsídios ao gás de cozinha e o petróleo iluminante, que beneficiam mais os mais pobres, deviam ser eliminados a um ritmo mais lento do que os da gasolina ou do gasóleo.

SA – Qual o impacto que o aumento do preço dos combustíveis terá no custo vida dos angolanos?

CRC- Obviamente, negativo. Não se pode nem deve escamotear que a inflação vai aumentar. o índice de preços no consumidor em Angola, indicador que mede a variação do custo de vida, baseia-se num cabaz de bens representativo do consumo do luandense média. Este cabaz inclui 12 classes. Os combustíveis entram em duas dessas classes: habitação, água, electricidade e combustíveis, com um peso de 12,3% e os transportes, com 6,5%, as duas classes que levam mais dinheiro do orçamento dos angolanos, depois da alimentação e bebidas não alcoólicas, com 46,1%. Na primeira classe estão os combustíveis que utilizamos nos geradores de energia, por exemplo. Na segunda estão os combustíveis dos carros. O aumento dos combustíveis terá um impacto esse que conhecemos ainda na primeira quinzena de Outubro, quando o instituto Nacional de estatística divulga a inflação de Setembro. Mas não ficaremos por aqui. Nos próximos meses teremos uma vaga de aumento do custo de vida, os chamados efeito indirectos que tenderão a diminuir com a passagem dos meses. Os combustíveis são utilizados na produção de bens e serviços que consumimos, pelo que as empresas que produzem verão seus custos de redução a aumentar e acabaram por reflectir estes aumentos nos preços a que vendem os produtos.

SA - Assim, é natural que o custo de vida aumente. Não?

CRC - A questão não é se custo de vida vai aumentar. É quanta e que o custo de vida vai aumentar. Embora sendo certo que o custo de vida vai aumentar, esse aumento não deveria colocar em causa os progressos feitos nesta matéria. A título de exemplo, em 2010 os preços da gasolina e do gasóleo aumentaram 50% e 38%, respectivamente, sem despertar o fantasma da inflação. No mês da subida, Setembro de 2014, a

inflação anual subiu cerca de dois pontos percentuais de 14% para 15%. Em Outubro voltou a aumentar 0,4 pp para 16,1% mas a partir daí continuou a sua marcha descendente até aos actuais 7% em termos homólogos. Desta vez, com aumentos inferiores a 25% o sobressalto ainda deve ser menor. Estou convencido que a inflação: se manterá dentro do intervalo de 7% a 9% definido pelo (bom) comportamento dos candongueiros, pelo menos até ao momento, e um bom indício, cabendo ao governo usar de «savoirfaire» na relação com esta classe fundamental na mobilidade dos angolanos. Independentemente do aumento que se vier a verificar na inflação por causa, directa ou indirecta, da subida dos combustíveis, há uma (quase) certeza. Como sucedeu no passado, o aumento salários não deverá acompanhar o aumento do custo de vida e os angolanos deverão perder algum poder de compra com a subida dos combustíveis. Daí, como diz o FMI e eu concordo, ser importante que o governo ajude aos angolanos mais vulneráveis, através de transferências directas. No fundo, a ideia é reduzir os subsídios aos ricos e aumentar os subsídios aos pobres. Infelizmente, o governo não parece estar muito de acordo com os subsídios directos as populações mais pobres com o argumento de que isso poderia incentivar a não trabalhar.

SA - Qual o destino que, para si, deverão ter as receitas subjacentes a este aumento do preço dos combustíveis?

CRC - Tudo indica que o governo vai canalizar as poupanças com os subsídios aos combustíveis para o investimento em infra-estruturas para eliminar os estrangulamentos e apoiar a diversificação económica. No fundo, o executivo quer seguir o ditado popular que diz que se encontrarmos um pescador com fome não lhe devemos dar peixe, mas sim uma cana para pescar. No caso em apreço, em vez de subsídios o governo quer dar empregos. Concordo com o ditado, pois também não sou adepto do assistencialismo. Contudo, acho que nas actuais circunstâncias essas ajudas directas podem revelar-se uma boa solução. Enquanto a diversificação não der frutos, isto é criar empregos, temos de ajudar a pobreza extrema de alguma forma. As poupanças com os subsídios aos combustíveis poderiam ajudaram financiaram ajudas aos mais pobres.

## 4.5 Novo modelo de governação de Luanda e o OGE de 2015

*Jornal Terra Angolana*  
06 De Outubro 2014

A oposição da UNITA sobre as medidas de desconcentração orçamental anunciadas para as Administrações municipais de Luanda, apresentada pelo Presidente Isaiás Samakuva, apanhou o regime de surpresa e atrapalhou o trabalho da sua máquina de propaganda. Na vã tentativa de escamotear a inconstitucionalidade das medidas, surgiram logo os juristas, peritos e comentadores do costume a falar de um 'novo modelo de governação para Luanda, que

não existe. Por isso, vimos rebater e rejeitar tais manobras.

As medidas anunciadas não constituem um novo modelo de governação. Luanda continua a ter o mesmo modelo arcaico de governação municipal, que é um governo centralizado, não eleito pelos munícipes, inserido na Administração Pública do Estado e dependente do chefe do poder central, que é o Titular do poder executivo do Estado. Este modelo já foi revogado pela Constituição de 2010 que instituiu, no seu Título VI, órgãos autónomos do Poder Local para governar os municípios todos do país.

Assim, o novo modelo de governação para os municípios do país, o único que a Constituição estabelece e admite, é o modelo autonómico. Este modelo baseia-se em quatro princípios fundamentais: princípio da autonomia local, princípio da descentralização político-administrativa, princípio da separação de poderes e princípio democrático.

Nos termos do artigo 214.º da CRA, "a autonomia local compreende direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais gerirem e regulamentarem, nos termos da Constituição e da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, os assuntos públicos locais". Este direito, só pode ser exercido pelas autarquias locais, e não pelos governos provinciais nem pelas administrações municipais.

Quer dizer, o Senhor Presidente da República não deve, desde 2010, interferir na gestão dos assuntos públicos locais. As administrações municipais deviam e devem deixar de existir, atribuir mais dinheiro e competências a um órgão que já nem devia existir e uma medida inconstitucional, por omissão, e não só, na medida em que prejudica o processo de Criação dos órgãos constitucionais (as autarquias 16cais) e

desvia os recursos que a elas e só a elas a Constituição manda distribuir.

No lugar das administrações municipais, a Constituição de 2010 manda criar novos entes territoriais autónomos, novos governos municipais, separados do Estado, chamados autarquias locais, correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional para assegurar a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante três órgãos próprios representativos das respectivas populações.

Não se deve pois confundir Administração Municipal com Poder Local. Os Administradores municipais não constituem o poder local previsto na CRA. Eles são parte do poder central do Estado e dependem do chefe JES', que não foi eleito pelos munícipes para ser o presidente da

Autarquia, nos termos do artigo 220º da CRA. O poder local não é poder do Estado, e poder democrático dos cidadãos, autónomo ou separado do poder do Estado. o seu chefe é o presidente da Autarquia, que é subordinado do Presidente da República, pois é eleito directamente pelos cidadãos e presta contas a uma Assembleia Municipal eleita pelos cidadãos. o novo modelo de governação que a Constituição estabelece no seu Título VI para todos os municípios de Angola exige a criação imediata, por lei, dos três órgãos de gestão do poder autárquico, a saber: as Assembleias Municipais, dotadas de poderes deliberativos, os órgãos executivos colegiais e os Presidentes das Autarquias. Exige, igualmente, a observância de um novo modelo de eleição para os seus titulares.

Segundo o novo modelo de governação municipal que a Constituição estabelece para Angola inteira, Cazenga deve ter um presidente eleito pelos moradores do Cazenga, Longonjo deve ter um Presidente eleito pelos moradores do Longonjo, Maquela do Zombo deve ter um Presidente eleito pelos respectivos residentes, Lobito deve ter um Presidente eleito, Camaeunde, Mavinga, Tombwa, Cazombo e Buco Zau devem ter, todos e cada um deles, presidentes eleitos pelos respectivos munícipes em eleições livres, justas e simultâneas. Os candidatos podem ser membros de partidos políticos ou cidadãos independentes.

Como bem afirmou o Presidente Samakuva, são estes presidentes eleitos que devem elaborar em primeira instância os programas de investimentos públicos, os orçamentos e os planos de desenvolvimento dos municípios. E quem os aprova em primeira instância são também órgãos autónomos, as assembleias municipais, compostas igualmente por representantes

eleitos pelos respectivos municípios. A responsabilidade da gestão dos dinheiros públicos deve ser repartida entre o Executivo central e os Presidentes (executivos) municipais. Utilizar o poder executivo central para adiar essas medidas de descentralização através de manobras dilatórias, constitui um grave atentado a democracia participativa e uma violação a Constituição.

De igual modo, o anunciado aumento eventual da fatia orçamental para as administrações municipais, não constitui um novo modelo de governação. Significa apenas distribuir no papel a mesma fatia orçamental entre 'JES' e 'JES'. Ele é o chefe do executivo central e é também o chefe do executivo municipal. A Constituição manda separar a gestão dos dinheiros públicos entre UM executivo central e CENTO E SESSENTA E UM executivos municipais AUTONOMOS, quer dizer, independentes do executivo central.

Cada autarquia constitui uma unidade orçamental autónoma. Cada uma delas deve ter o estatuto, não de mera província, mas de um autêntico governo autónomo". E por isso que o Presidente Samakuva afirmou que as medidas anunciadas para Luanda são insuficientes. Dizer que os Administradores de Luanda, e só os de Luanda, tem um novo modelo de governação porque vão elaborar os instrumentos de gestão orçamental que deveriam ser elaborados por

órgãos autónomos do poder local., eleitos pelos cidadãos, constitui, no mínimo, um insulto a nossa inteligência, areia nos olhos dos incautos ou conversa para boi dormir.

Os assuntos específicos locais relativos ao saneamento básico, a gestão das redes publicas de agua, a gestão do lixo, a educação das crianças, a saúde, etc. não são da competência do Titular do poder executivo do Estado ou seus nomeados. São da competência da Administrado autónoma, que e constituída pelos cidadãos organizados em autarquias locais.

A inexistência da administração publica autónoma constitui uma inconstitucionalidade por omissão.

A Constituição de 2010 manda Senhor Presidente da Republica largar o poder municipal e devolve-se aos cidadãos. Antes, o Senhor Presidente da Republica, podia eventualmente procurar resolver os problemas dos municípios de Luanda no quadro dos interesses da Administração central do Estado, mas agora já e tarde, porque a CRA não o permite. Ao faze-lo agora, vem prejudicar e protelar a Criação efectiva das autarquias locais, ofendendo assim os princípios constitucionais da autonomia local, da

descentralização administrativa, da separação vertical do poder executivo e da democracia participativa.

Está claro que o OGE para 2015 vai incluir "pecas inconstitucionais e desviantes, que deveriam ser elaboradas, aprovadas e controladas por órgãos de entes territoriais autónomos. Não terão, certamente, a nossa aprovação.

Como deixou claro o líder da oposição, cito, "quem deve elaborar e aprovar os programas de

desenvolvimento municipal são os cidadãos de cada município, através dos seus representantes eleitos nos órgãos das autarquias locais", e não os subordinados do Presidente da Republica, que pretende apenas, e mais uma vez, distribuir to do o dinheiro dos angolanos entre JES e JES.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Autarquias Locais vão aquecer novo ano legislativo

*Jornal Manchete*

*03 De Outubro de 2014*

*Texto: Jorge Neto*

No final do encontro, os líderes das bancadas parlamentares levantaram a preocupação de se discutir a questão da implementação das autarquias locais.

Para o presidente do Grupo Parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, esta formação política gostaria de ver aprovado, até ao primeiro trimestre de 2015, o Pacote Legislativo sobre as Autarquias Locais, sob pena de se correr o risco de não se realizarem as eleições autárquicas antes das eleições gerais de 2017.

André Mendes de Carvalho garantiu, entretanto, que o seu grupo parlamentar vai se dedicar e empenhar para ver se esses problemas sejam solucionados.

Para Benedito Daniel, presidente do Grupo Parlamentar do Partido de Renovação Social, o seu 'team' tem vários projectos: "Como sempre, iremos aumentar as energias, nos temos expectativas sobre as autarquias".

O político disse ainda que, "nos não queremos apresentar um anteprojecto que seja reprovado, por isso, devemos procurar consenso com todos os partidos políticos para quando apresentarmos o nosso anteprojecto possa ser aprovado".

Para Virgílio de Fontes Pereira, o seu partido está engajado na preparação de todo o pacote institucional do modelo para implementação das autarquias locais no país.

"O MPLA tem estado a trabalhar e a respeitar as etapas que são objectivas e incontornáveis, para a institucionalização dos órgãos das autarquias locais", frisou, sublinhando que "as autarquias locais não são instituições que caem do céu, elas precisam de ser institucionalizadas na base de um conjunto de condições que tem que ser organizadas e consolidadas", esclareceu.

o deputado destacou, por outro lado, a capacidade institucional do poder administrativo local, por forma a corresponder às exigências de um poder autárquico.

De salientar que a luz da Constituição da República de Angola e do Regimento da Assembleia Nacional, a Sessão Solene de abertura a III d Sessão Legislativa da III Legislatura e terá como ponto mais alto a mensagem sobre o Estado da Nação, a ser proferida pelo Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos. n

No ano legislativo passado, o grupo (parlamentar da UNITA) apresentou um anteprojecto da Lei Orgânica do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local, na Assembleia Nacional que foi chumbado com 144 votos contra e 31 votos a favor todos da oposição.

Apresentado pelo deputado Adalberto da Costa Junior, o texto foi votado depois de acesos debates durante a 63 Sessão Plenária Ordinária da Assembleia Nacional, que aconteceu em Marco último.

A discussão foi antecedida da apresentação do relatório - parecer conjunto das comissões da Administração do Estado e Poder Local e dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional, que considerou desfavorável ao tratamento da matéria como se apresentou.

De acordo com o relatório - parecer, a matéria da Organização e Funcionamento do Poder Local e dos assuntos cuja abordagem pelos órgãos de soberania deve respeitar o princípio da separação e interdependência de funções, conforme o art. 2º e n 3 do art. 105º da Constituição.

considera que, no caso vertente, não se coaduna com o princípio da separação e interdependência de funções, do qual resulta o dever de cooperação e coordenação entre o proponente e o órgão de soberania a quem cabe o exercício da função administrativa do Estado, que é o Executivo.

"A desconformidade acima referida eleva-se quando nos deparamos com o facto do anteprojecto em causa conter em si, um calendário político que se pretende vinculativo, para a institucionalização efectiva dos órgãos autónomos do Poder Local em Angola, como que o exercício da função administrativa do Estado coubesse, superiormente, ao Parlamento", refere o relatório parecer.

## 5.2 O novo modelo de governação em Luanda e o OGE de 2015

*Jornal Manchete*

*03 De Outubro de 2014*

*Texto: Mihaela Webba*

Depois de na passada semana o Executivo ter apresentado um novo modelo de governação para Luanda e a consequente reacção do líder do "Galo Negro" Isaiás Samakuva, esta semana foi a vez da professora Mihaela Webba contestar os fundamentos jurídicos apresentados pelo professor Carlos Feijó.

"A posição da UNITA sobre as medidas de desconcentração orçamental anunciadas para as Administrações municipais de Luanda, apresentada pelo Presidente Isaiás Samakuva, apanhou o regime de surpresa e atrapalhou o trabalho da sua máquina de propaganda.

Na tentativa de escamotear a inconstitucionalidade das medidas, surgiram logo os juristas, peritos e comentadores do costume a falar de um novo modelo de governação 'para Luanda, que não existe. Por isso, vimos rebater e rejeitar tais manobras'.

A constituição de 2010 manda criar novos entes territoriais autónomos

Na tentativa de escamotear a inconstitucionalidade das medidas, surgiram logo os juristas, peritos e comentadores do costume a falar de um novo modelo de governação para Luanda, que não existe. Por isso, vimos rebater e rejeitar tais manobras.

As medidas anunciadas não constituem um novo modelo de governação. Luanda continua a ter o mesmo modelo arcaico de governação municipal, que é um governo centralizado, não eleito pelos munícipes, inserido na Administração Pública do Estado e dependente do 'chefe' do poder central, que é o Titular do poder executivo do Estado. Este modelo já foi revogado pela Constituição de 2010 que instituiu, no seu Título VI, órgãos autónomos do Poder Local para governar os municípios todos do país.

Assim, o novo modelo de governação para os municípios do país, o único que a Constituição estabelece e admite, é o modelo autonómico. Este modelo baseia-se em quatro princípios fundamentais: princípio da autonomia local, princípio da descentralização político-administrativa, princípio da separação de poderes e princípio democrático. Nos termos do artigo 214º da CRA, "a autonomia local compreende o direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais gerirem e regulamentarem, nos

termos da Constituição e da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, os assuntos públicos locais". Este direito, só pode ser exercido pelas autarquias locais, e não pelos governos provinciais nem pelas administrações municipais.

Quer dizer, o Senhor Presidente da República não deve, desde 2010, interferir na gestão dos assuntos públicos locais. As administrações municipais deviam e devem deixar de existir. Atribuir mais dinheiro e competências a um órgão que já nem devia existir e uma medida inconstitucional, por omissão, e não só, na medida em que prejudica o processo de criação dos órgãos constitucionais (as autarquias locais) e desvia os recursos que a elas e só a elas a Constituição manda distribuir.

No lugar das administrações municipais, a Constituição de 2010 manda criar novos entes territoriais autónomos, novos governos municipais, separados do Estado, chamadas autarquias locais, correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional para assegurar a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante três órgãos próprios representativos das respectivas populações.

Não se deve pois confundir Administração Municipal com Poder Local. Os Administradores municipais não constituem o poder local previsto na CRA.

Eles são parte do poder central do Estado e dependem do 'chefe JES', que não foi eleito pelos munícipes para ser o presidente da Autarquia, nos termos do artigo 220º da CRA. o poder local não é poder do Estado, e poder democrático dos cidadãos, autónomo ou separado do poder do Estado. O seu

chefe é o 'Presidente da Autarquia', que não é subordinado do Presidente da República, pois é eleito directamente pelos cidadãos e presta contas a uma Assembleia Municipal eleita pelos cidadãos.

o novo modelo de governação que a Constituição estabelece no seu Título VI para todos os municípios de Angola exige a criação imediata, por lei, dos três órgãos de gestão do poder autárquico, a saber: as Assembleias Municipais, dotadas de poderes deliberativos, os órgãos executivos colegiais e os Presidentes das Autarquias. Exige, igualmente, a observância de um novo modelo de eleição para os seus titulares.

Segundo o novo modelo de governação municipal que a Constituição estabelece para Angola inteira, Cazenga deve ter um presidente eleito pelos moradores do Cazenga, Longonjo deve ter um (



Presidente eleito pelos moradores do Longonjo, Maquela do Zombo deve ter um Presidente eleito pelos respectivos residentes, Lobito deve ter um Presidente eleito, Camacunde, Mavinga, Tombwa, Cazombo e Buco Zau devem ter, todos e cada um deles, presidentes eleitos pelos respectivos municípios em eleições livres, justas e simultâneas. Os candidatos podem ser membros de partidos políticos ou cidadãos independentes.

Como bem afirmou o Presidente Samakuva, são estes presidentes eleitos que devem elaborar em primeira instancia os programas de investimentos públicos, os orçamentos e os planos de desenvolvimento dos municípios. E quem os aprova em primeira instancia são também órgãos autónomos, as assembleias municipais, compostas igualmente por representantes eleitos pelos

respectivos municípios. A responsabilidade da gestão dos dinheiros públicos deve ser repartida entre o Executivo central e os Presidentes (executivos) municipais. Utilizar o poder executivo central para adiar essas medidas de descentralização através de manobras dilatórias, constitui um grave atentado a democracia participativa e uma violação a Constituição.

De igual modo, o anunciado aumento eventual da fatia orçamental para as administrações municipais, não constitui um novo modelo de governação. Significa apenas distribuir no papel a mesma fatia orçamental entre 'JES' e 'JES'. Ele e o chefe do executivo central e também o chefe do executivo "

municipal. A Constituição manda separar a gestão dos dinheiros públicos entre um executivo central e executivos municipais AUTONOMOS, quer dizer, independentes do executivo central.

Cada autarquia constitui uma unidade orçamental autónoma. Cada uma delas a deve ter o estatuto, não de mera província, mas de um autentico 'governo autonomo'. E por isso que o Presidente Samakuva afirmou que as medidas anunciadas para Luanda são insuficientes.

Dizer que os Administradores de Luanda, e só os de Luanda, tem um novo modelo de governação porque vão elaborar os instrumentos de gestão orçamental que deveriam ser elaborados por órgãos autónomos do poder local, eleitos pelos cidadãos, constitui, no mínimo, um insulto a nossa inteligência, areia nos olhos dos incautos ou conversa para boi dormir.

Os assuntos específicos locais relativos ao saneamento básico, a gestão das redes publicas de agua, a gestão do lixo, a educação das crianças, a

saúde, etc. não são da competência do Titular do poder executivo do Estado ou seus nomeados. São da competência da Administração autónoma, que e constituída pelos cidadãos organizados em autarquias locais. A inexistência da administração publica autónoma constitui uma inconstitucionalidade por omissão.

A Constituição de 2010 manda o Senhor Presidente da Republica largar o poder municipal e devolve-lo aos cidadãos. Antes, o Senhor Presidente da Republica, podia eventualmente procurar resolver os problemas dos municípios de Luanda no quadro dos interesses da Administração central do Estado,

mas agora já e tarde, porque a CRA não o permite. Ao faze-lo agora, vem prejudicar e protelar a criação efectiva das autarquias locais, ofendendo assim os princípios constitucionais da autonomia local, da descentralização administrativa, da separação vertical do poder executivo e da democracia participativa.

"Esta claro que o OGE para 2015 vai incluir peças inconstitucionais e desviantes, que deveriam ser elaboradas, aprovadas e controladas por órgãos de entes territoriais autónomos. Não terão, certamente, a nossa aprovação. Como deixou claro o líder da opposição, cito, "quem deve elaborar e aprovar os programas de desenvolvimento municipal são os cidadãos de cada município, através dos seus representantes eleitos nos órgãos das autarquias locais", e não os subordinados do Presidente da

Republica, que pretende apenas, e mais uma vez, distribuir todo o dinheiro dos angolanos entre JES e JES".

### 5.3 Autarquias regressam à mesa

*Jornal Terra Angolano*

*06 De Outubro de 2014*

*Texto: Emanuel Castro*

Quando no dia 15 de Outubro do corrente ano arrancar a III Sessão Legislativa da III Legislatura da Assembleia Nacional, estarão abertas as picadas para mais uma batalha rumo as Autarquias.

Isto mesmo foi manifestado pelos Lideres dos varies Grupos Parlamentares, que no final das reuniões de trabalho para preparar a sessão solene de abertura do ano parlamentar, disseram a imprensa ser uma das prioridades voltar a debater a questão da Lei sobre a institucionalização do Poder Local, com vista a realização das eleições autárquicas em Angola.

A manifestação expressa nas declarações de Bendito Daniel" do PRS, deixa claro que a sua formação

política terá nas autarquias o seu cavalo de na próxima sessão legislativa, posição partilhada por Andre Mendes de Carvalho da CASA-CE, para quem também será da sua coligação, a responsabilidade de reacender o debate sobre o escândalo do Banco

Espírito Santo Angola -BESA.

Raul Danda da UNITA disse igualmente que o seu Grupo Parlamentar vai remeter com as devidas melhorias, mas com a urgência que se impõe, o Projecto do seu Partido sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local e todo o pacote legislativo a ele atinente.

Outros assuntos que inquietam a UNITA, segundo Raul Danda, e que estarão sobre a mesa da Assembleia Nacional nesta sessão legislativa, têm que ver com o Salário Mínimo Nacional, o Pacote Legislativo da Comunicação Social, bem como a Comissão de Inquérito Parlamentar sobre o escândalo do BESA.

Do lado do Partido no Poder, Virgílio Fontes Pereira disse que o seu Partido também tem como preocupação a questão das autarquias, mas considera ser necessário que sejam criadas condições psicossociais, materiais e de recursos humanos para que as autarquias sejam institucionalizadas com sucesso.

Nesta "rentrée" dos deputados, a constituição recomenda que o Chefe de Estado pronuncie na Assembleia Nacional uma mensagem sobre o Estado da Nação, mas os parlamentares da oposição manifestam-se cautelosos e sem grandes expectativas, consideram que mais do que a mensagem, esta a concretização das promessas já varia vezes feitas pelo titular do poder Executivo, para resolver os problemas das populações angolanas. "Que o Presidente da Republica traga um verdadeiro arrolar do problemas reais dos angolanos e das soluções para resolver estes problemas", disse Raul Danda ao nosso jornal, acrescentando que o Presidente da República devera explicar como vai resolver o problema da corrupção, para quando as autarquias, entre outras preocupações.

A terceira sessão legislativa da terceira legislatura arranca no dia 15 de Outubro com a Mensagem á Nação do Presidente da República, ao abrigo da alínea b) do Artigo 119º da Constituição da República.

Na última sessão legislativa, foram realizadas 10 Reuniões Plenárias Ordinárias, 4 Reuniões Plenária Extraordinária, 3 Sessões solenes, 4 debates mensais e 25 declarações política.

Foram aprovadas 24 leis das quais 17 já publicadas em Diário das da Republica, para além de outro tantas resoluções.

Sobre as proposta e projectos de Lei, apenas dois foram da autoria de deputados, sendo o Projecto de Lei proposto pela CASA-CE sobre "os fundos públicos", bem como o Projecto de Lei proposto pela em UNITA sobre a "Organização e Funcionamento do Poder Local", ambos chumbados pela Bancada maioritária do MPLA.

As restantes Leis discutidas e aprovadas foram da iniciativa do Executivo Angolano

Quanto aos debates mensais, UNITA liderou a iniciativa com os temas sobre " o estado da Criminalidade em Angola" e "o papel da Comunicação Social Pública no Estado Democrático de Direito. Seguiu-se o MPLA com o tema sobre "O Programa nacional de formação de Quadros", enquanto a CASA-CE coube o fecho com o tema sobre "Unidade e Reconciliação Nacional".

## 5.4 Luanda tira sono ao executivo

*Jornal Terra Angolana*  
*06 De Outubro de 2014*

O Presidente da Republica José Eduardo dos Santos esteve recentemente na sede do Governo Provincial de Luanda (GPL), onde demitiu Bento Bento, e nomeou um novo governador para Luanda, anunciando novas medidas de gestão administrativas.

A cidade capital deixou de ter a cabeça Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento que governava a capital desde 2011, para dar lugar a Graciano Domingos o eterno 'vice'.

Para além de Graciano Domingos, Eduardo dos Santos indicou também um novo modelo administrativo, com a introdução de administradores que terão de gerir os mesmos

milhões que os governadores.

As medidas anunciadas por JES não agradaram a todos, tendo mesmo a UNITA, maior partido da oposição avançado de que o líder do MPLA baralhou mas não trouxe nada de novo.

Em conferência de imprensa Isaías Samakuva líder da UNITA disse que as medidas de saneamento básico não são da competência do poder executivo.

A inexistência da administração pública autónoma constitui uma inconstitucionalidade por omissão",

salientou, esclarecendo que os assuntos específicos locais relativos a gestão das redes públicas de água, a gestão do lixo, a educação das crianças e a saúde, por exemplo, "não são da competência do poder executivo do Estado, mas sim da competência da administração autónoma, que é constituída pelos cidadãos organizados em autarquias locais", rematou.

Por sua vez, Norberto Garcia secretário para Informação do MPLA, em declarações a VOA, acusou a UNITA de hipocrisia política ao afirmar que o partido de Isaiás Samakuva não aprovou a Constituição, mas queixa-se de que a mesma não é respeitada.

Sobre as recentes medidas de descentralização do poder o político disse que, fazem parte dos "ensaios para as autarquias Locais", "Estamos a fazer ensaios e a preparar as, pessoas para as autarquias locais", disse O dirigente do MPLA sublinhando que antes das eleições autárquicas há que "ter as pessoas e as instituições" que possam lidar com a nova realidade do poder local.

Em conferencia de imprensa realizada no passado dia 24 de Setembro, o líder da UNITA, salientou o facto da promoção da governação participativa através da participação dos cidadãos na resolução dos problemas e no desenvolvimento dos municípios, aventada por José

Eduardo dos Santos, ter consistência, no quadro da concretização do princípio da autonomia local, que consta do artigo 214 da Lei Magna. Rui Sobrinho.

## 5.5 Novo modelo de governação de Luanda e o OGE de 2015

*Jornal Terra Angolana*  
06 De Outubro 2014

A oposição da UNITA sobre as medidas de desconcentração orçamental anunciadas para as Administrações municipais de Luanda, apresentada pelo Presidente Isaiás Samakuva, apanhou o regime de surpresa e atrapalhou o trabalho da sua máquina de propaganda. Na vã tentativa de escamotear a inconstitucionalidade das medidas, surgiram logo os juristas, peritos e comentadores do costume a falar de um 'novo modelo de governação para Luanda, que

não existe. Por isso, vimos rebater e rejeitar tais manobras.

As medidas anunciadas não constituem um novo modelo de governação. Luanda continua a ter o mesmo modelo arcaico de governação municipal, que é um governo centralizado, não eleito pelos

municípios, inserido na Administração Pública do Estado e dependente do chefe do poder central, que é o Titular do poder executivo do Estado. Este modelo já foi revogado pela Constituição de 2010 que instituiu, no seu Título VI, órgãos autónomos do Poder Local para governar os municípios todos do país.

Assim, o novo modelo de governação para os municípios do país, o único que a Constituição estabelece e admite, é o modelo autonómico. Este modelo baseia-se em quatro princípios fundamentais: princípio da autonomia local, princípio da descentralização político-administrativa, princípio da separação de poderes e princípio democrático.

Nos termos do artigo 214.º da CRA, "a autonomia local compreende direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais gerirem e regulamentarem, nos termos da Constituição e da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, os assuntos públicos

locais". Este direito, só pode ser exercido pelas autarquias locais, e não pelos governos provinciais nem pelas administrações municipais.

Quer dizer, o Senhor Presidente da República não deve, desde 2010, interferir na gestão dos assuntos públicos locais. As administrações municipais deviam e devem deixar de existir, atribuir mais dinheiro e competências a um órgão que já nem devia existir e uma medida inconstitucional, por omissão, e não só, na medida em que prejudica o processo de Criação dos órgãos constitucionais (as autarquias locais) e desvia os recursos que a elas e só a elas a Constituição manda distribuir.

No lugar das administrações municipais, a Constituição de 2010 manda criar novos entes territoriais autónomos, novos governos municipais, separados do Estado, chamados autarquias locais, correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional para assegurar a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante três órgãos próprios representativos das respectivas populações.

Não se deve pois confundir Administração Municipal com Poder Local. Os Administradores municipais não constituem o poder local previsto na CRA. Eles são parte do poder central do Estado e dependem do chefe JES', que não foi eleito pelos municípios para ser o presidente da

Autarquia, nos termos do artigo 220º da CRA. O poder local não é poder do Estado, e poder democrático dos cidadãos, autónomo ou separado do

poder do Estado. o seu chefe e o presidente da Autarquia, que njo e subordinado do Presidente da Republica, pois e eleito directamente pelos cidadãos e presta contas a uma Assembleia Municipal eleita pelos cidadãos. o novo modelo de governação que a Constituição estabelece no seu Título VI para todos os municípios de Angola exige a criação imediata, por lei, dos três órgãos de gestão do poder autárquico, a saber: as Assembleias Municipais, dotadas de poderes deliberativos, os órgãos executivos colegiais e os Presidentes das Autarquias. Exige, igualmente, a observância de um novo modelo de eleição para os seus titulares.

Segundo o novo modelo de governação municipal que a Constituição estabelece para Angola inteira, Cazenga deve ter um presidente eleito pelos moradores do Cazenga, Longonjo deve ter um Presidente eleito pelos moradores do Longonjo, Maquela do Zombo deve ter um Presidente eleito pelos respectivos residentes, Lobito deve ter um Presidente eleito, Camaeunde, Mavinga, Tombwa, Cazombo e Buco Zau devem ter, todos e cada um deles, presidentes eleitos pelos respectivos municípios em eleições livres, justas e simultâneas. Os candidatos podem ser membros de partidos políticos ou cidadãos independentes.

Como bem afirmou o Presidente Samakuva, são estes presidentes eleitos que devem elaborar em primeira instancia os programas de investimentos públicos, os orçamentos e os planos de desenvolvimento dos municípios. E quem os aprova em primeira instância são também órgãos autónomos, as assembleias municipais, compostas igualmente por representantes eleitos pelos respectivos municípios. A responsabilidade da gestão dos dinheiros públicos deve ser repartida entre o Executivo central e os Presidentes (executivos) municipais. Utilizar o poder executivo central para adiar essas medidas de descentralização através de manobras dilatórias, constitui um grave atentado a democracia participativa e uma violação a Constituição.

De igual modo, o anunciado aumento eventual da fatia orçamental para as administrações municipais, não constitui um novo modelo de governação. Significa apenas distribuir no papel a mesma fatia orçamental entre 'JES' e 'JES'. Ele é o chefe do executivo central e é também o chefe do executivo municipal. A Constituição manda separar a gestão dos dinheiros públicos entre UM executivo central e CENTO E SESSENTA E UM executivos municipais AUTONOMOS, quer dizer, independentes do executivo central.

Cada autarquia constitui uma unidade orçamental autónoma. Cada uma delas deve ter o estatuto, não

de mera província, mas de um autêntico governo autónomo". E por isso que o Presidente Samakuva afirmou que as medidas anunciadas para Luanda são insuficientes. Dizer que os Administradores de Luanda, e só os de Luanda, tem um novo modelo de governação porque vão elaborar os instrumentos de gestão orçamental que deveriam ser elaborados por

órgãos autónomos do poder local., eleitos pelos cidadãos, constitui, no mínimo, um insulto a nossa inteligência, areia nos olhos dos incautos ou conversa para boi dormir.

Os assuntos específicos locais relativos ao saneamento básico, a gestão das redes publicas de agua, a gestão do lixo, a educação das crianças, a saúde, etc. não são da competência do Titular do poder executivo do Estado ou seus nomeados. São da competência da Administrado autónoma, que e constituída pelos cidadãos organizados em autarquias locais.

A inexistência da administração publica autónoma constitui uma inconstitucionalidade por omissão.

A Constituição de 2010 manda Senhor Presidente da Republica largar o poder municipal e devolve-se aos cidadãos. Antes, o Senhor Presidente da Republica, podia eventualmente procurar resolver os problemas dos municípios de Luanda no quadro dos interesses da Administração central do Estado, mas agora já e tarde, porque a CRA não o permite. Ao fazê-lo agora, vem prejudicar e protelar a Criação efectiva das autarquias locais, ofendendo assim os princípios constitucionais da autonomia local, da descentralização administrativa, da separação vertical do poder executivo e da democracia participativa.

Esta claro que o OGE para 2015 vai incluir "pecas inconstitucionais e desviantes, que deveriam ser elaboradas, aprovadas e controladas por órgãos de entes territoriais autónomos. Não terão, certamente, a nossa aprovação.

Como deixou claro o líder da oposição, cito, "quem deve elaborar e aprovar os programas de desenvolvimento municipal são os cidadãos de cada município, através dos seus representantes eleitos nos órgãos das autarquias locais", e não os subordinados do Presidente da Republica, que pretende apenas, e mais uma vez, distribuir to do o dinheiro dos angolanos entre JES e JES.

## 5.6 Ainda sobre as inconstitucionalidades do novo modelo de governação de Luanda

*Jornal Manchete*

10 De Outubro De 2014

Reparei com bastante satisfação que a opinião jurídico-constitucional que publiquei sobre o tema suscitou o início de um debate político-ideológico que gostaria de ver estruturado e desenvolvido a todos os níveis. De facto, opinião que emeti aborda um problema eminentemente político que opõe os defensores da centralização do poder aos defensores da descentralização do poder; os que aceitam de facto o princípio da autonomia local aos que se opõem a ele pelo menos agora enquanto JES ainda é poder; os que lutam pela defesa da supremacia da Constituição (mesmo não concordando com os excessivos poderes que ela concentra no Presidente da República) aos que lutam pela defesa formal da supremacia de JES (mesmo não concordando com ele em sua consciência cívica ou jurídico-profissional).

Não ousamos pretender 'mudar a cultura política' dos meus colegas no Parlamento nem dos demais cidadãos que defendem circunstancialmente a centralização do poder. Pretendemos, sim, contribuir para consolidar a consciência cívico-jurídica da grande maioria da cidadania que aspira pela efectiva

concretização das autarquias locais e pela consolidação do Estado de direito em Angola. Para ela, resolvemos escrever um novo texto (a ser publicado em breve) enquanto reiteramos aqui os seguintes argumentos adicionais:

As medidas de desconcentração orçamental anunciadas para Luanda não constituem um novo modelo de governação. Encerram apenas uma nova fórmula de distribuição da mesma fatia orçamental entre 'JES' e 'JES'. A medida ofende a Constituição de 2010, que manda separar a gestão dos dinheiros públicos entre UM executivo central e CENTO E SESENTA E UM executivos municipais AUTONOMOS.

2. Luanda continua a ter o mesmo modelo arcaico de governação municipal, que é um governo centralizado, não eleito pelos munícipes, inserido na Administração Pública do Estado e depen-

dente do 'chefe' do poder central, que é o Titular do poder executivo do Estado. Este modelo já foi revogado pela Constituição de 2010 que instituiu, no seu Título VI, três órgãos autónomos do Poder Local para governar os municípios todos do país: as Assembleias Municipais, dotadas de poderes

deliberativos, os órgãos executivos colegiais e os Presidentes das Autarquias.

3.0 único modelo de governação municipal que a Constituição estabelece e admite, e o modelo autónomo que se baseia em quatro princípios fundamentais: princípio da autonomia local, princípio da descentralização político-administrativa, princípio da separação de poderes e princípio democrático.

4. Nos termos do artigo 214.0 da CRA, "a autonomia local compreende o direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais gerirem e regulamentarem, nos termos da Constituição e da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, os assuntos públicos locais". Este direito, só pode ser exercido pelas autarquias locais, e não pelos governos provinciais nem pelas administrações municipais.

5. Nos termos da Constituição, o Senhor Presidente da República deve largar o poder municipal e devolve-lo aos cidadãos. Antes, o Senhor Presidente da República, podia eventualmente procurar resolver os problemas dos munícipes de Luanda no quadro dos interesses da Administração central do Estado, mas agora já é tarde, porque a CRA não o permite. Ao fazê-lo agora, e da forma como o faz, vem protelar e prejudicar a criação efectiva das autarquias locais, violando, assim, o disposto no artigo 2010 da CRA.

6. Dizer que os Administradores de Luanda, e só os de Luanda, tem um novo modelo de governação porque vão elaborar os instrumentos de gestão orçamental que deveriam ser elaborados por órgãos autónomos do poder local, eleitos pelos cidadãos, constitui, no mínimo, um insulto a nossa inteligência, arria nos olhos dos incautos ou conversa para boi dormir. Constitui também mais uma 'manobra' daquelas do tipo do Acórdão de Julho de 2005, do Tribunal Supremo, que afirmou que o actual Presidente da República, há 35 anos no poder, apenas vai no seu primeiro mandato. Manobras que visam tentar perpetuar a ditadura e o do ditador.

7. Aos que afirmam que "a Administração Local do Estado e as Autarquias locais, coexistem na Constituição Angolana", lembramos o seguinte:

A) Conceptualmente, a Constituição de 2010 consagrou um novo sistema político em Angola, onde a Administração Local do Estado existente antes Fevereiro de 2010 deixou de existir, sendo substituída por dois órgãos, um autónomo, distinto do Estado as autarquias locais e outro o Governador provincial como 'representante da administração do Estado na respectiva circunscrição administrativa'.

Esta conceptualizacao esta consagrada no artigo 201 da CRA, nos termos seguintes:

1. A Administracao local do Estado e exercida por orgaos desconcentrados da Administracao central e visa assegurar, o nivel local, a realizacao das atribuicoes e dos interesses especificos da administracao do Estado na respectiva circunscricao administrativa, sem prejuizo da autonomia do poder local".

b) Ou seja, para haver coexistencia entre a Administracao Publica estadual (central ou local) e a Administracao autonoma, as duas tem de existir. Se uma for forçada a nao existir, ha uma inconstitucionalidade por omissao.

c) A Administracao local do Estado persegue fins de Estado e assegura, na provincia, os interesses especificos da Administracao Estado (nao os das populacoes residentes), ao passo que a Administracao autonoma persegue interesses especificos resultantes da vizinhanca e assegura "sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populacoes, os assuntos publicos locais" nos municipios.

d) A Constituicao de 2010 nao fala mais de 'Administracoes municipais como parte integrante da Administracao local do Estado. Manda estabelecer em seu lugar a Administracao local autonoma a nivel municipal e admite tambem o seu funcionamento ao nivel infra e supra municipal (Art. 218º). Por isso ela fala da "transitoriedade entre a administracao local do Estado e as autarquias locais" e da necessidade de adequa-la "ao disposto na presente Constituicao" (artigo 242º). Ela refere-se ao Governador Provincial como "O representante da administracao central na respectiva Provincia, a quem incumbe, em geral, conduzir a governacao da provincia e assegurar o normal funcionamento da Administracao local do Estado sem prejuizo da autonomia do poder local (nº 2 do Artigo 201).

e) A Constituicao de 2010 ja nao preve que haja Administradores Municipais chefiados por um Governador Provincial ou por um Presidente da Republica. As Administracoes Municipais acabaram. o governo dos municipios e os interesses publicos locais devem ser assegurados pelas autarquias locais, e so por elas (Artigo 214º).

f) Os angolanos sabem que ha em Angola uma pessoa que tem muita dificuldade em coexistir com outros poderes autonomos, seja a nivel horizontal (parlamento, Administracao eleitoral e Tribunais), seja a nivel vertical (Presidentes das autarquias). De tal forma que, quando tal questao vem a terreiro,

surtem sempre as bocas do costume a pretender defender o indefensavel, mesmo que tenham de agredir a supremacia da Constituicao. Ate um dia Porque quando a ditadura cair, as mesmas bocas virao a terreiro, com igual desenvoltura, condenar a ditadura e distanciar-se do ditador. Aguardemos para ver.

## 5.7 O lema politico-administrativo: autarquias! Autarquias! Autarquias!

*Jornal Manchete*

*10 De Outubro De 2014*

Esta em voga falar de Autarquias. Politicos, Academicos, Activistas dos Direitos Humanos, Sociedade

Civil, Igrejas, Feiticeiros, inocentes ate os leigos na materia martelam com toda furia. Mas o que e Autarquias? Antes de enunciarmos o conceito desta figura, elucidemos com uma analogia da familia. Ora, os filhos menores estao sobre tutela dos pais, representantes, parentes ou outros juridicamente reconhecidos ate aos 18 anos. Depois desta idade tornam-se independentes e estao sujeitos a regerem as suas vidas e celebrar qualquer tipo de negocio juridico e contrato de sua propria iniciativa. Ainda assim, sao obrigados a respeitarem os seus progenitores e a prestarem todos os cuidados inerentes a esfera juridica destes.

Autarquias significa autonomia e o modo de uma representacao politico-administrativa ou diriamos pessoa colectiva de dirigir-se, mas sob olhar atento de uma entidade maxima. Quando falamos desta figura, deve configurar em nos fundamentalmente dois elementos essenciais:

Autonomia e Descentralizacao. Algumas sociedades democraticas e bem democratizadas sao apologis-

tas de que para melhor distribuir as suas politicas sociais, tern como autarquias o veiculo primordial. Numa perspectiva territorial emanada pelo principio da descentralizacao politico-administrativa, a forma de organizacao funda-se no poder local, isso quer dizer a realizacao das autarquias, orgaos afecto ao poder tradicional e ha ainda a possibilidade de se criar outras form as de participacao autonoma se a ordem juridica prever,

As autarquias locais obedecem uma estrutura do dominio politico-administrativo que as tomam independente e voltadas ao povo enquanto maior beneficiario. Portanto, as autarquias se revelam como

potenciais pessoas colectivas numa determinada sociedade, por meio dos seus orgaos: a Assembleia, o Orgao executivo colegial e seu Presidente. A luz do artigo 220 sob epigrafe "os orgaos das autarquias" preve estes ditames bem delineados, elucidemos os numeros adiante do referido artigo: "1. A organizacao das autarquias locais compreende uma assembleia dotada de poderes deliberativos, um orgao executivo colegial e um presidente da autarquia;

2. A assembleia e composta por representantes locais, eleitos por sufragio universal, igual, livre, directo, secreto, e periodico dos cidadaos eleitores na area da respectiva autarquia, segundo O sistema de representacao proporcional;

3. O Orgao Executivo colegial e constituido pelo seu presidente e por secretarios por si norneados, todos responsaveis perante a assembleia da autarquia.

4. O presidente do orgao executivo n da autarquia e o cabeca da lista mais votada para a assembleia.

5. As candidaturas para as eleicoes dos orgaos das autarquias podem ser apresentadas por partidos politicos, isoladamente ou em coligacao, por grupos de cidadaos eleitores, nos termos da lei."

Ha um pressuposto juridico e ou politico que tem vindo a incendiar o corredor da nossa politica e da ciencia do direito, a questao consiste em saber se as autarquias locais devem ser implementadas em obediencia ao principio da universalidade ou devem obedecer o principio do gradualismo. A constituicao ja adianta sobre esta questao no seu artigo 242 plasma O dispositivo legal no numero 1 o seguinte: "a institucionalizacao efectiva das autarquias locais obedece ao principio do gradualismo". Ainda assim, o numero 2 deste artigo parece consagrar criatividade nas autarquias, quanta a sua criacao em funcao do seu contexto e as suas caracteristicas proprias que

uma localidade vier apresentar. Remata o referido numero: "os orgaos competentes do Estado determinam por lei a oportunidade da sua criacao, o alargamento gradual das suas atribuicoes, o doseamento da tutela de merito e a transitoriedade entre a administracao local do Estado e as autarquias locais".

Como se sabe as autarquias se organizam em todos municipios da Republica de Angola. Podendo-se

criar autarquias que se configura no dominio de supra-municipal, desde que se justifique a sua natureza especifica como cultural, nivel desenvolvimento, historico e outros ... as categorias de autarquias locais sao sempre uma questao de sensibilidade politico-administrativa e de

peculiaridade geografico e populacional, por isso a lei pode ainda permitir o surgimento de outros modelos como as infra-municipais. Uma questao paira no ar: quem pode ser um autarca? Que perfil o cidadao deve reunir para seguir a carreira da autarquia? Uma coisa e certa todos nos queremos ver a implementacao das autarquias. Ha neste fenomeno das autarquias locais uma febre cronica, a oposicao impressiona a sua efectivacao, mas em contrapartida sensibilizam pouco os nossos municipes. Nao se surpreende que nas localidades reconditas pode estarem a aguardar as ditas autarquias como sendo a distribuicao de qualquer marca ou servico. Por isso eu acho que alem do lema, autarquias! Autarquias! Autarquias! ... Tambem deve se apregoar o seu trunfo: divulgacao, divulgacao, divulgacao.

## 5.8 Esperadas Autarquias

*Semanário Angolense*

*11 De Outubro de 2014*

Este será, seguramente, o tema mais escaldante da nossa realpolitik o PR «esquindivou» o assunto na Mensagem a Nação do ano passado, dizendo apenas algo como «o Executivo mantém o compromisso com a sua realização». Depois disso, Bornito de Sousa desdobrou-se em manobras e contra-manobras para passar a mensagem deste compromisso. Mas, pouco e pouco, foi-se formando um «Muro de Berlin», atrás do qual as autarquias vão afastando-se para lá de 2017. Em 2012, foram as eleições gerais. Em 2013, foram as preparações para o censo populacional, que se realizou em meados de 2014. Em 2015, seria a data provável, já que em 2016 estarão em preparação as eleições gerais do ano seguinte.

Mas, como nada se fala, existem fortes suspeitas de que não se realizarão em 2015 (já se vai tarde), tão pouco em 2016 e 2017 «através» das próximas eleições gerais.

«E assim então como e que ficamos, senhor Presidente?», perguntar-se-á a Nação. Afinal há autárquicas ou não? Se as houver, serão em todos os municípios ou gradualmente, como chegou a admitir o Ministro da Administração do Território? São perguntas que o PR não devia, este ano, passar ao largo delas novamente. Contudo, se assim voltar a acontecer, ficando-se o PR por algumas palavras de circunstância, a oposição, que não the poderá colocar questões na hora, entrara em desespero. No entanto, já se aventa que recorrera a cartazes de protesto, esperando-se também que a zelos a segurança da Assembleia Nacional tudo fará para não os deixar entrar pela Sala 1 do Palácio dos Congressos.

## 5.9 Missão angolana em fórum sobre descentralização local

*Jornal de Angola*  
15 De Outubro de 2014

Uma delegação chefiada pelo secretário de Estado para os Assuntos Institucionais do Ministério da Administração do Território, Adão de Almeida, esta desde segunda-feira em Joanesburgo, África do Sul para participar na cerimónia de lançamento oficial da AFRICITIES 2015, que vai decorrer de 1 a 5 de Dezembro de 2015.

Segundo uma nota do Ministério da Administração do Território enviada ao Jornal de Angola, o lançamento da AFRICITIES 2015 é antecedido de um seminário sobre urbanização e assentamentos humanos. A organização está a preparar um evento de alto nível dedicado a questões relacionadas com a descentralização, desenvolvimento local e assentamentos humanos, dirigido, em particular, a ministros de países africanos responsáveis por assuntos relacionados com a administração local e desenvolvimento humano.

A AFRICITIES é uma plataforma de abordagem temática da governação e descentralização local, que procura facilitar a troca de experiências sobre as melhores práticas de governação, inclusão social, desenvolvimento sustentável das cidades e municipalidades dos diferentes países africanos.

O lançamento formal da AFRICITIES 2015 vai ser feito pelo Presidente República da África do Sul, Jacob Zuma, numa cerimónia em que devem estar presentes representantes de 20 Estados africanos, segundo a organização do evento

## 5.10 Autarquias: Sete argumentos condicionam eleições

*Novo Jornal*  
17 De Outubro de 2014  
Texto: David Filipe

SETE ARGUMENTOS foram suficientes para adiar o sonho dos partidos políticos da oposição, que ambicionavam a realização das eleições autárquicas em Angola, antes de 2017.

Na abertura da III Sessão Legislativa da III Legislatura da Assembleia Nacional, na quarta-feira, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, apontou sete cenários que impossibilitam a realização das eleições autárquicas.

Neste âmbito, justificou a adequação de recursos económicos, financeiros, técnicos, materiais e humanos.

o PR apontou ainda a divisão territorial, tendo em conta as especificidades culturais, sociais, económicas e demográficas de cada área que abrange município.

A compatibilização entre a administração local do Estado e a administração autárquica, a configuração dos órgãos representativos locais, os seus poderes, atribuição e competência, constam

das condições enumeradas pelo PR para que as autarquias não tenham lugar neste período.

o PR disse ainda que o sistema de eleição dos representantes locais, a definição do modelo de financiamento das autarquias e a convivência no mesmo espaço territorial, de serviços administrativos do Estado e serviços da administração autárquica, condicionam a realização das eleições autárquicas, "As eleições autárquicas estão na agenda política de todos os partidos e tem suscitado os mais acesos debates e as mais diversas dissertações", referiu José Eduardo dos Santos, salientando que a negociação e discussão dos diplomas legislativos para a legitimação e adequação jurídica do processo autárquico levará também o seu tempo.

O Chefe de Estado adiantou que a discussão da revisão da legislação eleitoral em que se basearam as eleições gerais de 2012 levou cerca de um ano.

"A acrescentar a isso" - explicou PR - "há o processo de registo eleitoral para as eleições gerais de 2017, bem com as eleições autárquicas",

"O registo oficioso previsto na Constituição não é possível realizar até 2017, por vários motivos que o Executivo já submeteu a apreciação e a decisão da Assembleia Nacional", frisou.

Eduardo dos Santos preferiu ser realista e pragmático e ter um calendário de tarefas que possa cumprir efectivamente.

### ADEQUAR A LEGISLAÇÃO

"Será que até ao ano de 2017 poderemos, em primeiro lugar, adequar a legislação eleitoral e actualizar o registo eleitoral para a realização de eleições gerais e, em segundo lugar, conceber a legislação para as autarquias locais e para a realização das eleições autárquicas", interrogou-se.

De acordo com o PR, "é preciso trabalhar de forma mais unida e coerente para concretizar esse grande desejo dos angolanos, ao invés de transformar este



assunto num tema de controversia e retorica politico partidaria".

Para Jose Eduardo dos Santos, "os esforcos do executivo que dirige estao agora orientados no sentido da consolidacao das instituicoes democraticas, que estao a registar grandes progressos".

"Aqui mesmo, nesta Casa das Leis, o debate politico aumentou em qualidade e quantidade critica construtiva e esta a superar a discussao esteril, sem objectivos claros", precisou.

o Presidente da Republica saudou a iniciativa dos partidos politicos, da sociedade civil e das igrejas que promovem campanhas de consciencializacao e educacao para a paz e a democracia, baseadas nos valores da liberdade, do respeito mutuo e da opiniao alheia, tolerancia, harmonia social, fraternidade e solidariedade.

Enquanto isso, o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, ressaltou a importancia da participacao do Chefe de Estado, Jose Eduardo dos Santos, no acto de abertura do Novo Ano Parlamentar, por "constituir um dos mementos mais simbolicos de vitalidade da democracia" do pais.

"Este acto, institucionalizado constitucionalmente, tern vindo a marcar a nossa tradicao politica e reveste-se de importancia singular para a Nacao, pois constitui-se num dos momentos mais simbolicos da vitalidade da nossa democracia", expressou.

Segundo o parlamentar, que tambem discursou na cerimonia, o acto reveste-se de capital importancia para o Parlamento, pois marca mais um ciclo de trabalho, desafios e de oportunidades para em cooperacao e solidariedade institucional com o Executivo, realizar os mais legitimos designios do povo, a favor da paz, seguranca e do bem-estar dos angolanos.

#### FALTA DE VONTADE POLITICA

Fernando da Piedade Dias dos Santos informou que a Assembleia Nacional tern vindo a acompanhar com satisfacao os esforcos empreendidos pelo Executivo para a concretizacao do Plano Nacional de Desenvolvimento 2012/2017: cujos efeitos se tern manifestado no lancamento e estabelecimento de premissas para o crescimento e desenvolvimento socioeconomico.

o lider da AN salientou que a melhoria e hoje evidente, atraves de programas de reconstrucao e construcao das infra-estruturas viarias, energeticas, aeroportuarias, portuarias, industriais e agricolas necessarias ao crescimento economico.

Reconheceu que ainda nao foram atingidos os niveis desejados, para as reais ambicoes ou expectativas, mas ressaltou que a economia tern conhecido um crescimento robusto, solido e seguro.

Para si, essas sao premissas indispensaveis para o desenvolvimento humano sustentado. Com este ritmo, nao temos a minima duvida que o tao almejado crescimento economico e social do pais conheceu, ate ao final do nosso mandato, niveis bastante satisfatorios", expressou.

Fernando da Piedade Dias dos Santos disse ainda que a Assembleia Nacional tern mantido o seu compromisso, atraves dos instrumentos constitucionais a si atribuidos, contribuir activamente para que as metas preconizadas para este mandato conhecam niveis mais elevados.

Reagindo ao discurso do PR, a oposicao em bloco concluiu que a nao realizacao das autarquias e falta de vontade politica do partido no poder tern forma o governo.

"Nos ja sabiamos que nao havia vontade politica e que as eleicoes autarquicas nao teriam lugar antes de 2017", disse ao Novo Jornal o deputado da UNITA, Adalberto da Costa Junior.

Para o deputado da CASA-CE, Manuel Fernandes, as autarquias nao interessam ao MPLA, porque tern medo de perder o poder.

o presidente do PRS, Eduardo Kuangana, considera que o executivo continua a violar a Constituicao, mas adiantou que vai continuar a tocar no assunto durante este ano legislativo.

## 5.11 Emanuela Vunge sobre a descentralizacao em angola

*Jornal O PAÍS*

*17 De Outubro de 2014*

Este seu trabalho tern uma nova contribuicao teorica ao processo de descentralizacao em Angola? o titulo sugere uma inspiracao no modelo frances ... Porque?

E um estudo mais ou menos detalhado sobre o processo de descentralizacao em Angola mas que foi combinado com uma vertente pratica. Combinei o estudo com um estagio no Ministerio da Administracao do Territorio, que incluiu um contacto directo com as questoes praticas da descentralizacao em Angola e tambem procurei compreender as questoes paralelas ao processo e as questoes juridicas como questoes sociologicas, as pressoes politicas inerentes ao processo entre outras. Participei nos

foruns de discussao sobre o tema e Hz muita pesquisa relativamente a vertente pratica, O modelo frances aparece no trabalho como um modelo que poderia ser uma das referencias ao processo angolano pela sua maturidade e reformas que ja sofreu. A meu entender, temos de definir um modelo de descentralizacao ou uma combinacao de modelos.

Nao correu o risco de basear muito a sua aruilise na perspectiva governamental da questao?

o meu estudo faz parte do primeiro ano do curso de Mestrado que estou a fazer em Franca e o meu estagio no MAT foi regido por uma convencao de estagio entre o MAT e a Universidade Catolica de Paris. Foi logo; a partida, um olhar independente sobre o processo e, se reparar, apresento, como nao podia deixar de ser, a perspectiva do Governo relativamente a descentralizacao e a implementacao das autarquias em Angola e, par outro lade, retrato as criticas e pressoes da oposicao e sociedade civil, para alem de apresentar as minhas recomendacoes sobre essas questoes.

Esse e um dos aspectos mais polemicos por ca: a realizacao de eleicoes autarquicas, a oposicao e nao so faz uma pressao forte e acusa o Govemo de falta de vontade polJitica. Ao ter um contacto directo com o processo que conclusoes tirou?

Sem dar muitas voltas cheguei a conclusao que a maior parte dos aspectos que o Governo invoca tem fundamento e uma certa prudencia deve ser aplicada antes da transicao a descentralizacao. Este processo e complexo e nao se reduz a realizacao de eleicoes autarquicas. Nao vou entrar aqui na explicacao da implementacao baseada no principio do gradualismo que a Constituicao preve pois ja outros especialistas da materia esclareceram essa questao em diversos foros. Agora, tambem destaquei no meu trabalho que os meios de pressao legitima exigem um posicionamento mais aberto sobre o processo logo uma definicao mais clara dos objectivos e uma definicao clara de um plano de implementacao do processo de descentralizacao e uma visao da previsao da realizacao de eleicoes autarquias seria uma mais valia para todos.

o processo precisa entao de mais transparencia ?

Eu diria que precisa de uma definicao mais clara dos objectivos e metas mas implica ainda uma serie de estudos e analises e uma producao legislativa inerente. Estou a pensar por exemplo 'Avancar, mas com prudencia para evitar erros conhecidos'

'A descentralizacao nao se reduz a realizacao de eleicoes autarquicas' numa Lei sobre as Financas

Locais, na Lei Eleitoral Autarquica ou ainda uma Lei quadro da Descentralizacao. Sao passos que implicam algum tempo e dedicacao. Nao ha duvidas de que a prudencia e um aliado forte nesse tipo de processos. Repare que no caso Frances, hoje, as reformas a descentralizacao vao no sentido de reducao dos niveis de descentralizacao pois ao se criar uma descentralizacao "generosa" os custos tornam-se insustentaveis e a gestao muito complexa.

E a nivel do Continente Africano?

Ja muitos paises se lancaram nesse tipo de processos, nao pode Angola igualmente avancar ja com as eleicoes autarquicas como a Constituicao preve?

Apesar das eleicoes autarquicas serem um aspecto fundamental, nao e possivel ignorar as questoes inerentes a um processo de descentralizacao desde a participacao activa e compreensao das populacoes nas questoes da governacao, a questao dos recursos humanos, o conhecimento das densidades populacionais das regioes e muitos outros aspectos. Tambem ha a possibilidade que alguns apresentam de, ir-se implementando as autarquias aos poucos, mas tudo isso ainda sao cenarios hipoteticos ... deve-se ter todas essas questoes na mesa sem duvida mas a solucao nao esta necessariamente em avan- car com as eleicoes autarquicas ... os exemplos no continente tem aspectos positivos e negativos mas eu entendo que a maior parte dos processos em Africa ainda nao progrediram muito, podem servir para tomarmos certas cautelas mas acho que a inspiracao mais forte deve vir de modelos mais maduros. Em Africa, os processos de independencia geraram muitos questionamentos ou, em alguns casos, inexistencia do Estado-nacao por isso e muito complicado a analise de fenomenos de evolucao politico- democraticos.

Vi que nas suas conclusoes faz uma referencia a questao de Cabinda e alerta para o papel da SADC, parece ter uma visao de abertura do processo ao nivel de autonomia com influencia da integracao regional, se bem percebi, e esse o caso?

A questao de Cabinda surgiu naturalmente quando procurava perceber se se previa em Angola regioes com estatuto especial. Percebi que no Estado actual do processo a resposta e negativa e o que fiz no trabalho foi propor uma analise mais profunda da questao pois o evoluir das questoes de regioes que reivindicam autonomia demonstra que essas questoes acabam por regressar passem os anos que passarem veja o caso do referenda na Escocia ou a pressao na Catalonia para um referendo. Eu nao sou de opiniao que se deva partir de um processo de descentralizacao ja com regioes autonomas mas que essa questao e para ser bem estudada isso entendo

que sim. A questao da SADC surgiu guisa de comparacao pois o modelo de integracao economica da SADC aproxima-se muito ao da Uniao Europeia onde ha um modelo federalista claro com pressao a regionalizacao dos Países, tentei fazer uma chamada de atencao a essa questao numa perspectiva futura.

Lendo o seu trabalho vejo que se dedicou muito a compreensao do processo de descentralizacao, abordou a questao das autoridades tradicionais e levantou muitas questoes que implicam estudos mais profundos, vai passar a dedicar-se a essas questoes nos proximos tempos?

Do ponto de vista profissional parece-me uma ousadia lancar-me assim num campo novo mas poderia ter isso em consideracao. Do ponto de vista de estudo sim tocou num aspecto fundamental, as questoes iam-se multiplicando conforme ia avancado no estagio e nas pesquisas e ficou sim avontade de continuar os estudos. O meu segundo ano de Mestrado e em Direito comparado mas numa vertente mais Europeia e Internacional e virado para as areas em que mais tenho trabalhado. Por isso, confesso que fico algo dividida relativamente a duas vertentes do Direito, uma em que me sinto muito confortavel e outra que despertou a minha atencao e curiosidade academica.

o que te parecem as transformacoes em Luanda onde as administracoes municipais passam a dispor de maior autonomia uma vez que a oposicao reagiu alegando haver uma inconstitucionalidade por omissao?

o posicionamento da oposicao relativamente a uma passagem rapida a descentralizacao com eleicoes autarquicas e claro. A questao da inconstitucionalidade por omissao ja foi levantada pela UNITA quando apresentou o ante projecto de Lei sobre a descentralizacao. Eu fiz uma analise dessa questao no meu trabalho e a minha proposta vai na senda do que ja te expliquei, acredito que o Governo deve tomar uma posicao mais clara sobre os passos todos que precisamos dar em Angola para se chegar a verdadeira descentralizacao e a realizacao de eleicoes autarquicas. Esse novo sistema de gestao municipal vai na senda do que alguns especialistas utilizam para descrever o processo de descentralizacao em Angola: uma descentralizacao "timida" e "lenta" a que se associam grandes esforcos de desconcentracao e se ensaiam modelos "pilotos" de descentralizacao. Ja assim se podiam considerar os modelos de gestao das novas centralidades e da Comissao Administrativa de Luanda. Agora o que acontece e que esse modelo e criticado pelos meios de pressao legitima em Democracia que inclui a sociedade civil e os partidos da oposicao. Na minha opiniao, e foi o que propus

no meu trabalho, o Governo precisa de dar uma resposta tecnica e estruturalmente organizada a essas questoes por um lado, por outro lado parece-me que o debate sobre a descentralizacao entra mais no ambito de adversidade politica do que de participacao nas questoes de governacao o que nao enriquece muito o processo.

## 5.12 Maioria da populacao angolana vive em zona urbana

*Jornal de Angola*

*17 De Outubro de 2014*

A maior parte da populacao angolana reside na area urbana, revelam os Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da Populacao e Habitacao realizado em Maio deste ano e apresentados ontem pelo Gabinete Central do Censo.

De acordo com os dados, a populacao total e de 24.383.301, sendo que a que reside na area urbana e de 15.182.898, corresponde a 62,3 por cento, e a da zona rural e de 9.200.403, o que equivale a 37,7 por cento. A maioria dos angolanos sao mulheres, pois a populacao feminina e de 12.579.83 e a masculina de 11.803.488.

Como ja havia adiantado o Presidente da Republica durante o discurso sobre o estado da Nacao, quarta-feira na Assembleia Nacional, a provincia de Luanda e a mais populosa, concentrando 27 por cento da populacao do pais. Seguem-se as provincias da Huila com dez por cento, Benguela e Huambo com oito, Cuanza Sul com sete e Bie e Uige com seis por cento. Essas sete provincias concentram 72 por cento do total da populacao residente no pais. A provincia do Bengo registou o menor numero de residentes com 1 por cento da populacao do pais, seguindo-se outras cinco provincias com uma populacao inferior a tres por cento da populacao nacional, nomeadamente Cuanza Norte, Namibe, Zaire, Cuando Cubango e Lunda Sul. Essas seis provincias concentram apenas onze por cento da populacao nacional.

### Densidade populacional

Em termos de densidade demografica, os resultados do Censo indicam que em cada quilometro quadrado do pais residem 19 pessoas. Luanda, alem de ser a provincia com o maior numero de habitantes, e igualmente a que tem a maior densidade populacional, com 347 habitantes por quilometro quadrado, apesar da sua pequena dimensao territorial (18.834 quilómetros quadrados).

No extremo oposto (menos densidade populacional) encontram-se duas províncias do leste do país, nomeadamente o Cuando Cubango, com cerca de três habitantes por quilómetro quadrado, e o Moxico com quatro habitantes por quilómetro quadrado. Os dados indicam que as três províncias que tem o maior número de habitantes não são as que apresentam maior densidade populacional, excepto Luanda. As províncias da Huíla e Benguela, apesar de estarem em segundo e terceiro lugar em termos de distribuição populacional, são superadas por Cabinda e Huambo do ponto de vista da densidade populacional.

Homenagem as vítimas

O ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, rendeu ontem homenagem aos cinco agentes de campo que perderam as suas vidas por acidente ou doença durante o Censo Geral da População e Habitação, decorrida entre 16 e 31 de Maio. Job Graça, que discursava no acto de anúncio da continuação da divulgação dos dados preliminares do Censo, pediu aos presentes que ficassem um minuto em silêncio em memória as almas dos malogrados e endereçou sentimentos de pesar as famílias enlutadas.

O ministro Job Graça afirmou que a actividade de recolha de informação do Censo foi um êxito do qual todos os angolanos devem se orgulhar, tendo agradecido a participação de todos, em particular dos milhares de recenseadores e supervisores, que os considerou de "autênticos heróis", pois, incansavelmente, percorreram todo o país.

O ministro disse ainda terem sido "actores-chaves" para o sucesso desta grande operação estatística os governos provinciais, as administrações municipais e comunais, os serviços provinciais do Instituto Nacional de Estatística e os agentes activos do Censo, nomeadamente os partidos políticos, instituições religiosas, autoridades tradicionais, Fundo das Nações Unidas e agentes da Polícia Nacional.

Job Graça anunciou que, a partir de segunda-feira, as províncias começam a divulgar os resultados preliminares do Censo 2014, o primeiro na história de Angola como país independente. Nos termos da Lei n.º 19/11, de Maio, e dos decretos legislativos presidenciais números 3/11, de Junho, 313/11, de Dezembro, e 17/13, de Fevereiro, foram criados alguns órgãos para a preparação e realização do Censo.

Entre esses órgãos destaca-se o Conselho Coordenador do Censo, coordenado pelo Presidente da República, e a Comissão Interministerial de Apoio

ao referido conselho, coordenado pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República. Outros órgãos foram o Gabinete Central e os grupos técnicos provinciais, municipais e comunais do Censo.

### 5.13 PR recomenda boa preparação das autarquias

*Jornal o PAÍS*

*17 De Outubro de 2014*

*Texto : Norberto Sateco*

A questão das eleições autárquicas, há muito que se tornou num dos assuntos que tem estado a animar a cena política no país. Enquanto alguns actores defendem a sua realização urgente, designadamente os da Oposição, o MPLA, que detém o governo, diz que é preciso ponderar alguns aspectos para o êxito da referida empreitada.

Apesar disso, a possibilidade da sua realização em 2017 esteve sempre em aberto para depois registar um recuo da parte do governo, na pessoa do titular do Poder Executivo, Eduardo dos Santos. Embora alguns analistas políticos, contactados por OPÁIS, no passado, levantassem receios, quanto a realização das eleições autárquicas, nesse timing, argumentando haver, alegadamente, falta de vontade política.

Contudo, no discurso dirigido a Nacão pelo Presidente da República' nesta Quarta-feira, 15/10, ficou expressa a necessidade de se resolverem várias questões técnicas, jurídicas e económicas condicionando, deste modo, a realização das autarquias no ano de 2017.

"A Constituição da República diz que os órgãos competentes do Estado, incluindo o Parlamento, determinam por lei a oportunidade da sua criação, alargamento gradual das suas competências entre a Administração Local do Estado e as autarquias locais", referiu o Chefe de Estado que adiantou ter sido criada uma equipa técnica, onde figuram juristas, que têm como objectivo a criação de tais condições. Estas passarão, segundo o Presidente da República, pela adequação de recursos financeiros, técnicos, materiais e humanos; a compatibilização entre a administração do Estado e a local. O sistema de eleição, definição do modelo de financiamento, entre outras.

Fazendo fé nas palavras de Eduardo dos Santos, a negociação e discussão dos diplomas legislativos para a legitimação e adequação jurídica do processo autárquico: a revisão da legislação eleitoral, assim como a actualização do registo eleitoral para as gerais

de 2017, fazem parte das questões que devem merecer prioridade para se atingir o "desiderate" das autarquias.

o governante classificou a criação de um calendário de tarefas a cumprir, como sendo um acto de pragmatismo e realismo. Por isso, o também líder do partido dos camaradas, sublinha a necessidade de serem dados passos firmes para o aprofundamento da democracia, porém, adverte que e precise "evitar a pressa para não tropeçarmos". "Devemos trabalhar de forma mais unida e coerente para concretizar esse grande desejo dos angolanos, ao invés de transformar este assunto num tema de controversia e retorica politico-partidaria", referiu Dos Santos.

Estabilidade politica e militar

A consolidação da paz e a unidade nacional, bem como a inclusão social foram apontadas pelo mais alto mandatário da Nação, como sendo o desejo comum de todos quantos defendem o bem-estar e a manutenção do processo democrático.

"Os números apresentados são provenientes dos tecnocratas, dos gabinetes"

Na visão do Presidente, os partidos políticos, a sociedade civil e as igrejas tem promovido campanhas de sensibilização e educação para a paz e a democracia, baseadas nos valores da liberdade e do respeito da opinião alheia.

Segundo o Presidente, "os nossos esforços estão agora orientados no sentido da consolidação das instituições democráticas, onde, diga-se em boa verdade, registamos grandes progressos".

No plano internacional o país está a liderar a Comissão Internacional da Região dos Grandes Lagos, procurando solucionar os problemas de conflitos tanto no quadro diplomático como multilateral, a margem do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da União Africana, só para citar alguns, a situação política e militar na República Democrática do Congo e na República Centro Africana. Por isso, e de acordo com Dos Santos, este é um dos factores que tem influenciado o apoio da comunidade internacional a candidatura de Angola para Membro Não Permanente do Conselho de Segurança da ONU para o biênio 2015-2016 (Angola seria eleita no dia seguinte).

Quanto a democracia, um analista político que falou sob anonimato, entende que terá estado a regredir, uma vez que terá sido beliscados com os actos de intolerância política registado ao nível das comunidades.

"Precisamos fazer mais, pois ainda estamos muito aquém do desejado, embora reconheça que isto é um processo que deve levar o seu tempo", rematou.

Censo geral da população

Mais de 24 milhões de habitantes e quanta o país registou no seu território, segundo dados preliminares

do Último Censo Geral da População realizado este ano em Angola. Luanda concentra 26,7 por cento desse total correspondendo a 6 milhões e meio. Huila, com dez por cento, Benguela e Huambo com menos dois por cento. o Kuanza -Sul vem com uma percentagem de sete; estando o Bie e Uíge com seis por cento. Entre as demais, O Bengo e a que menos população registou, apenas um por cento do total do país.

Combate a fome e a pobreza

O Presidente República também referiu -se, no seu discurso, ao combate à pobreza, considerando que a mesma terá sido reduzida para metade, como atestam estudos independentes de Instituições Internacionais.

"Cerca de metade da população de Angola saiu do limiar da pobreza absoluta", sublinhou o PR, tendo dito igualmente que a percentagem de pessoas a viver com menos de 2 dólares por dia, passou de 92 por cento em 2000 para 54 por cento em 2014.

Estes dados SaG apontados como resultado do entrosamento de muitos factores, com destaque para o rendimento digno na actividade que ou de outrem, no sector privado.

Para José Eduardo dos Santos, as políticas públicas de redistribuição do rendimento, quer ao nível fiscal, quer do sector de segurança social, das despesas sociais e o apoio ao desenvolvimento são instrumentos que permitiram essa redução.

## 5.14 Eleições autárquicas para lá de 2017

*Jornal Angolense*

*18 De Outubro de 2014*

Certamente não se afigura como exagero afirmar que a questão das eleições autárquicas no país, entre tantos assuntos preponderantes que esperávamos ver passados em revista pelo Presidente da República no seu discurso sobre o Estado da Nação, era a mais esperada de «tudo». De «tudo» mesmo!

So para constar entre parenteses, a outra maka com a mesma dimensao de expectativa - ou ate mais - que de certa forma todos gostaríamos que tivesse sido de algum modo tocada e a da sucessao do proprio Chefe de Estado. Mas sobre isso, nem um assobio. Mas, vamos deixar esse «mambo» para outra roda de conversa.

Jose Eduardo dos Santos sabia que se nao se pronunciasse sobre as autarquias diante das pressoes que chegam de todos os flancos, seja da oposicao politica como da sociedade civil, com excepcao dos recantos do seu reduto partidario, nao iria ficar bem na foto dos propagados «esforços agora orientados no sentido da consolidacao das instituicoes democraticas».

Nao foi isso que ele mesmo disse nesse discurso, levando-nos a nao perder de vista que, no ambito dessa consolidacao das instituicoes democraticas, «diga-se em boa verdade» que, na sua opiniao, «registamos grandes progressos»?!

Na perspectiva -em que as autarquias estao inseridas, sendo pessoas juridicas de direito publico que realizam actividades tipicas do Estado de forma descentralizada, e que reside o unico meio em que os partidos politicos conseguem enxergar a possibilidade de participar directamente na governacao do pais.

Afinal, a derrota nas urnas, tendo-os impedido de compor as estruturas do governo, que e urn privilegio atribuido ao partido vencedor, os fez virar as esperancas na conquista de posicoes autarquicas que lhes possam dar visibilidade e desse modo angariar necessarias credibilidades visando mais poder.

Por isso, na Casa das Leis, «o debate politico e mais frequente», tal como fez referenda o proprio Presidente nessa intervencao. E, se assim «aumentou em qualidade e quantidade a critica construtiva e esta a superar a discussao esteril, sem objectivos claros», ainda bem.

Mas, o que nao tera ficado claro e parece ter caido como um balde de agua gelada sobre a cabeça sobretudo, da camada politica da oposicao, e justamente o aparente amontoado de motivos que Jose Eduardo dos Santos expos, para questionar e questionar-se quanta ao momento adequado em que as eleicoes autarquicas devem acontecer.

No seu entender, convencido por «uma equipa de trabalho constituída por juristas experientes», faltam tantas questoes para tratar que ainda nao estao reunidas as condicoes necessarias para a criacao das autarquias.

No horizonte temporal para

qual tera sido relegada a realizacao das eleicoes autarquicas, parece nao haver nenhum ponto de luz a cintilar. Por isso, a questao de se saber, antes de mais, se «ate 2017 poderemos, em primeiro lugar, adequar a legislacao eleitoral e actualizar o registo eleitoral para a realizacao de Eleicoes Gerais e, em segundo lugar, conceber a legislacao para as Autarquias Locais e para a realizacao das Eleicoes Autarquicas».

Isso faz perceber que antes de 2017 e «preferível» que nao se conte ainda com as autarquicas.

As condicoes a serem criadas devem priorizar a realizacao das eleicoes gerais.

«Como se pode conduir, a negociacao e discussao dos diplomas legislativos para a legitimacao e adequacao juridica do processo autarquico levava o seu tempo», disse O Presidente. Como nao disse quanta tempo, esta praticamente determinado que e uma «por enquanto mais que indefinido».

## 5.15 Varias duvidas ficaram no ar

*Jornal Angolense*

*18 De Outubro de 2014*

*Texto de: Kim Alves*

O discurso do Presidente da Republica, Jose Eduardo dos Santos, sobre o Estado da Nacao, proferido nesta quarta-feira (15), na Assembleia Nacional, continua a ser o destaque noticioso do pais, assim como e motivo de debates, troca de opinioes e ate conversa de bar dos cidadaos.

Aguardado com muita ansiedade pela sociedade, acabou, no entanto, para algumas vozes, por ter um sabor a «deja vu». Varios analistas consideram que a mensagem, alem de nao ter correspondido as expectativas, deixou muitas duvidas no ar, sobretudo no que respeita as autarquias», tal como sustenta o director do Grupo Parlamentar do Partido de Renovacao Social (PRS), Ioaquim Nafolia, em conversa com o Semanario Angolense. «O discurso do senhor Presidente da Republica nao surpreendeu, por ter sido feito com base em dados supostos e imprecisos», sublinha.

Para ele, houve contradicoes entre os discursos do PR e do Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, ao ponto de faltar alguma sintonia «entre companheiros do mesmo partido».

«Analisados os discursos de Sua Excelencia, O senhor Presidente da Assembleia Nacional e Sua Excelencia, o senhor Presidente da Republica, deparou-se-nos, em primeiro lugar, a falta de sintonia, o que tera 'mesmo provocado certa discrepancia, atendendo que ambos pertencem ao mesmo partido. Enquanto o Presidente da Assembleia Nacional dizia, no seu discurso, que a economia do pais tem conhecido um crescimento robusto e invejavel, o PR justificava a falta de concretizacao das promessas feitas em 2013, nas mesmas circunstancias e local, com urn crescimento economico paulatino e com oscilacoes», referiu.

o tambem secretario nacional para a Informacao do PRS disse que, em relacao ao ambiente politico do pais, que o PR afirmou ser estavel, tal nao corresponde a verdade. «o pais nao esta estavel porque uma parte do territorio, a provincia de Cabinda, continua instavel, para alem de que Sua Excelencia sabe que M militantes do seu partido que continuam a fomentar a intolerancia politica em varios pontos de Angola.

Enquanto discursava, ali mesmo a sua frente, sentadinho, estava um governante e membro do Bureau Politico do seu partido que, em declaracoes publicas recentes, auto-intitulou-se como 'patrono das doze bofetadas bem dadas contra militantes de urn partido da oposicao'», exemplificou Joaquim Nafolia.

Alem de que, segundo ele, segue solta a exclusao social por razoes politicas quando os adubos e alfaias agricolas ainda sao distribuidos atraves da militancia no partido no poder. «Nas Lundas, Norte e Sui, os angolanos sao maltratados todos os dias pela seguranca pertencente a empresas ligadas a dirigentes bem identificados. Essas empresas, para alem de devastarem o meio ambiente, com consequencias incalculaveis no futuro, chegam ao ponto de matar pacatos cidadaos», sublinhou.

Joachim Nafolia tambem nao concord a que, actualmente, haja mais debate politico em qualidade e quantidade, como disse o Chefe do Executivo. «Sua Excelencia, o senhor Presidente da Republica, disse que os esforcos do seu governo estao agora orientados no sentido da consolidacao das instituicoes dernocraticas, onde, diga-se em boa verdade, se registam grandes progressos e sublinhou que na Assembleia Nacional o debate politico aumentou de qualidade e quantidade. Isto nao e verdade», considerou. Continuando, sublinharia:

«Desde as anteriores legislaturas que nao se aceita o debate de ideias com os deputados da oposicao: nao se aceita que se volte a transmissao directa das

sessoes plenarias da Assembleia Nacional; os meios de comunicacao social publicos, de todos angolanos, portanto, continuam manietados pelo poder, nao desempenhando por isso cabalmente as suas funcoes. Posto isto, pensamos que nao e verdade quando ele fala da consolidacao das instituicoes democraticas»,

O porta-voz do PRS e de opiniao que o discurso do Chefe de Estado «adiou o pais e deixou no ar algumas incertezas», ao 'atirar', segundo ele, as eleicoes autarquicas para la do ana de 2020.

«A julgar pela importancia que elas encerram, do ponto de vista do desenvolvimento social, economico e distribuicao de poder politico, os constantes adiamentos, no rninimo, deixam o pais a deriva. As razoes evocadas nao convencem ninguern porque ate paises com muito menos possibilidades, como Sao Tome e Mocambique, realizam eleicoes autarquicas normalmente», defende.

Concluindo, Joaquim Nafolia diz: «Do ponto de vista socioeconomico, o crescimento e desenvolvimento devem reflectir-se na mesa de cada angola no. E, quanto a isto, estamos conversados. Hoje ha zonas do nosso pais onde nao havia o fenomeno de pedintes, mas actualmente isto e uma realidade»,

## 5.16 CASA-CE convida a sociedade para um debate aberto para que as eleições autárquicas se realizem em 2016

*Jornal o Continente*

*24 De Outubro de 2014*

*Texto: Natanael Teles*

Na referida declaração Política do Conselho Presidencial que se reuniu para tomar publica a posição da Coligação sobre o Discurso do Presidente da Republica proferido no passado dia 15 na Assembleia Nacional, Chivukuvuku e pares, classifica que o discurso do Presidente, na generalidade "representa inércia, duvida e incerteza quanta ao futuro do Pais e representa também, pessimismo sobre o futuro económico e ainda, resignação e falta de ambição no que tange a realidade social dos angolanos"., por quanto, refere o documento, "o Sr. Presidente da República, no seu entender, catalogou algumas tarefas legais e organizativas conducentes a institucionalização do poder local Autárquico, tendo assumido a incapacidade do Executivo e da Assembleia Nacional de realizarem esta tarefa antes de 2017".

Noutro ponto Chivas acrescenta que "numa altura em que no país existe em grande medida, consensos quanta a necessidade da realização dessas eleições antes de 2017, e, esperava do Presidente, certeza e calendarização, o Presidente lançou um balde de água fria sobre as expectativas e ansiedades dos angolanos, incerteza, mas sobretudo, recusa sob a capa de realismo e pragmatismo em concretiza-la", "No presente processo, o que esta em causa, não é a celeridade de execução como proferiu o Presidente da República, mas a falta de vontade política, na medida em que esta matéria, encontra-se a consideração dos poderes instituídos há anos, sem que fosse movida urna palha até ao presente momento, por inteira responsabilidade do partido no poder".

Apelos e recomendações não faltaram na referida declaração política "a CASA-CE recomenda ao Executivo que oriente a comissão referida pelo Presidente, para o tratamento do pacote autárquico, com o propósito de iniciar a preparação dos Diplomas legais, interagir com os vários segmentos da sociedade, no sentido de se buscar os maiores consensos possíveis e antecipados, por forma a materializar este desiderato".

"A CASA-CE apela a todas as forças vivas da Nação, a desencadear um debate Nacional aberto, que possam conduzir a realização de eleições autárquicas em 2016, enquanto pressuposto essencial dos estados Democráticos de Direito. Em matéria económica o texto refere que o contexto Internacional actual caracterizado por conflitos no Médio oriente, pelo surgimento de Tecnologia avançadas de outras formas de exploração petrolífera que tomou levou a um clima de volatilidade dos Mercados consequentemente, a queda significativa dos recursos disponíveis no país "esta realidade leva-nos a conclusão estratégia da diversificação da economia adoptada pelo Executivo não tem sido adoptada com rigor e empenho necessário.

Já na parte final do documento CASA-CE diz que tomou boa nota da promessa reiterada pelo presidente da república quanto a necessidade de regularização dos subsídios dos antigos combatentes e Ex-militares do ELNA, FAPLA e FALA, pelo que espera que desta vez a promessa seja cumprida e justiça seja feita para com estes angolanos que tantos sacrifícios consentiram por Angola.

## 5.17 Crescimento populacional supera previsões

*Jornal: Expansão*

*24 De Outubro de 2014*

Desde a Última realização do Censo em 1970, 44 anos atrás, a população residente quadruplicou, ou seja, passou de 5,6 milhões de pessoas residentes naquele período para 24,4 milhões este ano.

Neste período, as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE), para o crescimento da população, sempre se mantiveram abaixo do estimado pela Organização das Nações Unidas (OND) com excepção para o presente ano.

Com o resultado preliminar do Censo, os dados do INE excedem em 2,3 milhões de habitantes o estimado pela OND (ver gráfico ao lado)

De acordo com os resultados do INE, as províncias de Luanda, Huíla, Benguela, Huambo, Cuanza Sul, Uíge e Bié representam as sete províncias mais populosas do País, onde cada uma delas ultrapassa o milhão de habitantes (ver infografia). Por sua vez, as províncias do Bengo, Cuanza Norte, Namibe, Cuando Cubango, Lunda Sul, Zaire, Cabinda são, nesta sequência, as províncias menos populosas, com a particularidade de nenhuma delas ultrapassar os 700 mil habitantes.

As sete províncias mais populosas representam cinco vezes mais a população das sete províncias menos populosas. Por sua vez, Luanda, com os seus 6,5 milhões

de habitantes, tem três vezes mais população que a Huíla, que ocupa o lugar da segunda província mais habitada. Os dados da capital em relação ao Bengo, província menos populosa, representam uma disparidade de crescimento em 19 vezes mais.

A população residente nos três municípios mais populosos de Luanda supera a população combinada da Huíla e Benguela, segunda e terceira províncias mais populosas do País, e a população combinada das oito províncias menos populosas.

De acordo com o vice-governador de Luanda, o município de Viana possui uma grande densidade populacional devido ao facto de os novos assentamentos urbanos, os realojamentos e ressentimento das populações que vivem em zonas de risco na cidade, são erguidos naquele município.

Por outro lado, os novos planos urbanísticos estão em grande crescimento no município de Belas e hoje, de facto, há um grande aumento da população,



porque, a luz da nova divisão político-administrativa, algumas localidades foram agrupadas a província de Luanda.

A nível do continente, Angola é o 12.º país mais populoso, onde a liderança recai para a Nigéria com os seus 170,1 milhões de habitantes. A nível da SADC, o País ocupa o Quarto lugar precedido pela República Democrática do Congo, pela e África do Sul e pela Tanzânia, ( Quanto a densidade demográfica, para o director do INE, Camilo Ceita, os dados revelam um estado "desértico" em comparação com os indicadores de superfície geográfica e número de habitantes. Sendo que os dados apontam que em Angola existem 19 pessoas por cada quilómetro quadrado.

Distribuição por sexo e índice de masculinidade

A população residente é maioritariamente constituída por mulheres, embora a disparidade não seja substancial pois o total de mulheres representa 52% da população, No que diz respeito a distribuição por género a nível de províncias, a Lunda Norte é a única onde o número de homens é superior ao das mulheres, 51%.

Quanto ao índice de masculinidade no País, existem cerca de 94 homens para cada 100 mulheres.

A nível da distribuição por área de residência 62% da população reside na área urbana. Cunene é a província com a proporção mais baixa da população em áreas urbanas (20,9%) e Luanda a província com a proporção mais alta (97,5%).

Em relação a realização do Recenseamento Geral da População e Habitação, a directora adjunta do INE, Ana Paula Machado considerou que foi realizado um grande trabalho desde a recolha dos dados, regresso de toda a documentação ao INE, tratamento, até a divulgação dos resultados.

"Estamos de parabéns e a partir de agora a sociedade pode dispor dos dados preliminares, enquanto se espera pelos resultados definitivos que poderão ser divulgados até Novembro de 2015", adiantou.

"Nesta altura estamos no campo com o Inquérito de Cobertura, que irá validar os dados, que irá validar os dados, tanto em termos de qualidade e de quantidade, para se saber a percentagem da população omissa".

## 5.18 População angolana registou um crescimento médio anual de 3,3%

*Jornal: Expansão*

*24 De Outubro de 2014*

*Texto: Estêvão Martins*

Qual é a sua opinião em relação à publicação dos resultados preliminares do Censo 2014?

Trata-se dos dados preliminares do primeiro Censo populacional de Angola no período pós independência, que começam a dar indicações mais precisas sobre quantos habitantes (nacionais e estrangeiros) viviam em Angola às zero horas do dia 16 de Maio de 2014.

Para muita gente os 24,4 milhões de habitantes foram uma grande surpresa, pois inclusive as projecções oficiais sobre a população angolana revelavam um número muito abaixo do que este Censo revelou. As Nações Unidas, por exemplo, estimavam uma população angolana em torno de 19,5 milhões para o ano de 2000.

O actual número de habitantes constitui uma surpresa para si?

Este número não constitui qualquer surpresa, pois numa projecção feita por mim e apresentada durante uma conferência organizada pela ENAD - Escola Nacional de Administração - em 2011, sob o lema "Contribuições para uma Política de População em Angola" havia estimado a existência de um mínimo de 21 milhões de habitantes no País.

Essa projecção, quando actualizada para 2014, revelava a existência de 23 milhões de habitantes. A margem de erro foi mínima, ou seja apenas 1,4 milhões de pessoas. Este erro surge devido à dificuldade que se assistiu na altura da medição da cobertura do registo eleitoral de 2008, que serviu de base para a referida estimativa, e também da imigração ilegal em Angola.

Porque se tem tornado difícil fazer estimativas da população residente em Angola?

A grande dificuldade de estimar com maior precisão a população em Angola reside no facto de não se ter um controlo efectivo dos imigrantes internacionais que tem afluído em massa ao nosso País.

Os dados indicam que a taxa anual de crescimento da população é bastante elevada em relação ao primeiro Censo realizado em 1970...

Efectivamente, com estes 24,4 milhões de habitantes em 2014, Angola registou UIP.

Crescimento médio anual de 3,3% ao ano no período de 1970 a 2014. Este crescimento pode ser considerado com "o um dos mais altos de África.

Entretanto, como esta é uma média dos últimos 44 anos, e tendo em conta as evidências mais recentes sobre o afluxo de imigrantes internacionais ao País, e bem provável que este crescimento tenha sido superior nos últimos anos.

Como demógrafo, qual seria a melhor via de se tirar proveito dos dados relativos à população?

A partir destes dados, ainda preliminares, já se podem ter indicações claras de quantas pessoas existem no País, em cada província e município.

Assim o Executivo pode reorientar/corriger as suas políticas e programas, pelo menos nos seus aspectos quantitativos, de forma a equilibrar a distribuição de recursos financeiros por regiões, por exemplo. Com isto já será possível justificar a canalização de recursos para programas que atendam as mulheres, por exemplo, por estas serem a maioria e as mais carenciadas.

Como encara o facto de a maioria da população estar concentrada nas sedes municipais?

É um importante indicador para os programas de desenvolvimento na área rural. Isto revela que a maioria das pessoas vive na área urbana. Outra nota importante de realçar tem que ver com o facto de dois terços da população residir em sete províncias do País e que mais de um quarto da estar concentrada em Luanda.

A província do Bengo, por exemplo, é a menos populosa com apenas 1% da população do País. Dada a sua superfície geográfica, quais são, na sua opinião, as políticas que se afiguram pertinentes a fim de tornar a região atraente e mais habitada?

Não sou apologista de incentivar o rápido crescimento da população, quer seja por via da natalidade ou da imigração, apenas porque queremos tornar uma região mais populosa.

É claro que existem métodos para o fazer (através de incentivos de varia ordem) quando tal se justifique. Não podemos esquecer que o Bengo é o que restou da separação da província de Luanda. Se isso não tivesse ocorrido, ela hoje seria certamente a mais populosa do País. Por outro lado, não é correcto ir buscar espaços das províncias vizinhas, com a justificação de que Luanda está sobrepovoada. O desenvolvimento não deve ficar apenas em Luanda, pois uma das formas de desconcentrar a população é tira-la de um certo e leva-las para desenvolver outras

províncias e regiões. Então porque não levar o desenvolvimento ao Bengo para atrair população que hoje vive em Luanda?

Por outro lado, a província do Cunene, apresenta uma população maioritariamente do sexo feminino, com 65.000 mulheres a mais que os homens. Na sua opinião, a que se deve o fenómeno?

Este facto é muito comum em várias regiões do mundo. As causas podem ser variadíssimas. Será difícil, até serem divulgados os dados por idade e as condições socioeconómicas daquela população, identificar as verdadeiras causas desse fenómeno. Por enquanto, podemos arriscar como causas a imigração selectiva das mulheres, por factores como negócios, por se tratar de uma província fronteiriça com a Namíbia, cuja actividade comercial é intensa. Se associarmos a esta informação, o facto de a província do Cunene ser das mais infectadas pelo HIV, não podemos descartar também a prostituição como uma das causas da atracção de mulheres de outras regiões. Uma outra causa pode ser também a emigração selectiva dos homens para outras províncias pelos mais diversos motivos (económicos, militares etc.).

Que população teremos nos próximos 10 anos, altura prevista para a realização do próximo Censo?

Neste momento apenas é possível fazer uma estimativa grosseira da população em Angola para daqui a 10 anos, assumindo que se vai manter o actual ritmo de crescimento de 2,85% ao ano (o que acho pouco provável). Mas a esse ritmo a população será em 2024 de cerca de 32,2 milhões de habitantes. Estas projecções podem ficar mais assertivas quando tivermos o detalhe da evolução da natalidade, mortalidade e migração, aquando da publicação dos resultados definitivos do censo.

## 5.19 Administração sem transparência

*Semanário Angolense*

*25 De Outubro de 2014*

Os recursos financeiros são fundamentais. Ninguém governa sem dinheiro. Por isso, segundo as nossas fontes, torna-se imperioso que José Tavares disponibilize as verbas destinadas ao Kilamba Kiaxi para os três últimos meses deste ano, como ficou assente na reunião do Presidente da República com os novos mandatários da província de Luanda, em Setembro último.

A coordenadora da Comissão de Gestão do Kilamba Kiaxi, Francisca Fortes, têm afirmado que existem verbas para determinadas operações, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP), mas

ninguém o vê. «Onde anda ou com quem anda o dinheiro?», questionam os populares com quem falamos.

Para eles, seria importante que a administração fosse mais transparente e actuante, devendo-se para tal reactivar os Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACs) para possibilitar a população apresentar os problemas e as possíveis soluções para as áreas a que pertencem, mas Francisca Fortes, tal como o antigo administrador, José Correia, já o fazia ignora essa importante «ferramenta» administrativa.

«Não tem como o governo resolver todos os problemas da população de uma sentada; mas se houvesse uma governação participativa, seria uma mais valia para a própria gestão do distrito», defendem as nossas fontes.

Em muitas zonas registam-se problemas de saneamento básico, mais ainda quando a chuva cai com muita intensidade, tornando-as intransitáveis, sobretudo nos bairros dos Rastas, Malangino, Katinton, Sapu e Palanca, entre outras localidades.

A rua Machado Saldanha, principal via do bairro Neves Bendinha, encontra-se num estado vergonhoso, impossibilitando a normal circulação automóvel. É visível o rebentamento de esgotos que causam amontoados de lama e detritos nas faixas de rodagem. O asfalto desapareceu e os buracos nascem devido a presença constante de águas paradas que exalam um cheiro nauseabundo.

Em alguns períodos do dia, os congestionamentos de viaturas são enormes, o que obriga alguns automobilistas a fazerem a circulação pelo interior do bairro, cujos acessos estão, igualmente, em bastante mau estado, com muitos buracos e lombas.

As seitas religiosas multiplicaram-se também no Kilamba Kiaxi. Segundo dados de responsáveis da Secção da Cultura local, estão catalogadas mais de duzentas seitas religiosas que funcionam a margem da lei, sem que as autoridades tomem medidas para acabar com o caos. Tais congregações são orientadas por «profetas» oriundos essencialmente do Congo Democrático, que, nos seus cultos, expressam-se em lingala, auxiliados por um tradutor de português. Os cultos são, geralmente, realizados em quintais cobertos com chapas ou lonas, contrariando as orientações das autoridades.

A poluição sonora incomoda os vizinhos que, volta e meia, queixam-se a policia, sem que o problema seja resolvido.

## 5.20 População quer retorno ao estatuto de município

*Semanário Angolense*

*25 De Outubro de 2014*

*Texto: kim Alves*

Um numero substancial de munícipes do distrito Urbano do Kilamba Kiaxi defende o retorno do território ao estatuto de município, o mais breve possível, porque, para eles, a circunscrição deixou de conhecer qualquer desenvolvimento desde a mudança político-administrativa operada em meados de 2012. O Kilamba Kiaxi baixou de categoria, passando a ser parte do «grande» município de Luanda então criado.

Segundo fontes do *Semanário Angolense*, desde então, quase todos os projectos de desenvolvimento do que estavam em curso nesse ex-município pararam pura e simplesmente, deixando de ser executados ou foram abandonados.

As estradas que estavam a ser reparadas deixaram de o ser, degradando-se ainda mais, as que esperavam por intervenção, acabaram por piorar, a iluminação pública deixou de existir, tal como a recolha de detritos, que tem provocado enormes lixeiras pela circunscrição. A criminalidade, esta, vai de vento em popa. A desordem no comércio informal é outro «item» que também soma e segue. As bermas das ruas estão sempre sujas e, em certas áreas, ate impedem a drenagem das águas pluviais.

A administração local está sempre a lamentar, afirmando que não existem sequer recursos financeiros para uma simples terraplanagem de ruas secundárias e terciárias.

Tavares ausente

Os habitantes do Kilamba Kiaxi acusam o presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, José Tavares, de nunca ter visitado o distrito, a ponto de ser um autêntico «ilustre desconhecido» para esmagadora maioria dos populares da circunscrição. Ele, na qualidade de entidade máxima do município de Luanda, tem a obrigação de conhecer os principais recantos do distrito que administra, para constatar a podridão em que se encontram algumas localidades e tentar tirar a sua população do estado precário em que se encontra. Mas, não é isso o que o homem faz, pautando-se mais pela ausência «total e completa».

Os cidadãos do Kilamba Kiaxi com quem falamos afirmam que a sua circunscrição é um território que tem tido a infelicidade de receber responsáveis incompetentes, que não se empenham para o seu real

desenvolvimento. «Ate parece que o diabo fez morada neste território. Mas, afinal que mal fez a população desta zona para tanto sofrimento? Em tempo chuvoso, há zonas que ficam intransitáveis, as casas inundadas e as pessoas sofrem», lamenta um deles.

Nos últimos anos, a população local conheceu um administrador que apesar do dinheiro que recebeu do governo central (fala-se em cinco milhões de dólares) para trabalhar pelo seu desenvolvimento, afundou-o ainda mais. «O homem pegou no dinheiro, deu-lhe o destino que achou conveniente em proveito próprio e não saiu nada», acusam, referindo-se a «oportunidade» que beneficiaria quando, para eles, se o Tribunal de Contas agisse a preceito, a estas horas ele deveria estar a passar umas boas «ferias» num estabelecimento prisional.

Para a população do Kilamba Kiaxi, José Correia foi o pior administrador entre todos os que, circunscrição já teve. Considerado com um mau gestor de fundos públicos, deixou-a em maus lençóis em termos de desenvolvimento urbano.

Foi isso, alias, que esteve na base do seu afastamento par José Tavares em Marco deste Ana constituindo uma comissão de gestão para a administrar o distrito, formada por Francisca Fortes sua vice para o sector económico social e produtivo, e por Filomeno de Jesus Freitas, administrador comunal do Golfe.

Ate aqui, nada a contestar.

Falta de pulso

Porem, passados sete meses, estas duas senhoras demonstraram não ter pulso suficientemente forte para tirar o Kilamba Kiaxi do marasmo em que se encontra, se calhar, por causa das suas ocupações noutras áreas. Por exemplo, Filomena Freitas, para além de administradora da comuna do Golfe, também e directora de uma escola prima ria, assim como coordenadora da OMA (braço feminino do MPLA) na circunscrição. Devido a isso, nem sempre esta no seu gabinete de trabalho na administração distrital, para, em conjunto com a sua chefe, tratar dos problemas da circunscrição.

O Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, foi muito claro quando, em Setembro passado, visitou o Governo da província de Luanda e afirmou o seguinte: «Quem dirige tem que estar a frente dos acontecimentos; te que estar completamente disponível, ter grande capacidade e mesmo qualidades especiais para prever a situação da evolução, saber orientar os subordinados e saber tomar medidas pertinentes», Infelizmente, isso não esta a acontecer

no Kilamba Kiaxi. Na esteira do que disse o «Chefe», figuras com outras ocupações não será a melhor opção para a governação de uma circunscrição com enormes problemas estruturais. «Elas não estão a dar conta do recado. Urge substitui-las por pessoas mais disponíveis para que o Kilamba Kiaxi conheça o caminho do desenvolvimento, que e o sonho da população humilde deste território. O que se vê destas dirigentes e apenas a ostentação de riqueza e exibição de carrões top de gama, Para elas, a população que se vire!», lamentam as nossas fontes.

Desde a sua nomeação para dirigir Kilamba Kiaxi, Francisca Fortes e Filomena Freitas não conseguem acabar com a desordem provocada pelas vendas selvagens nas ruas e passeios. De tal sorte que os mercados informais em redor do Hospital Geral Especializado, no conhecido largo «Avo Kumbi», tiram o sono dos seus responsáveis, já que o lixo produzido pelos vendedores fica exposto junto as paredes do quintal daquela unidade hospitalar. Quando queimado, a fumaça «invade-o».

Ao lado esta uma esquadra móvel da Policia Nacional, cujos agentes, ao invés de imporem alguma ordem no «circo», ficam a apreciar aquela sujeira toda, impávida e serena.

Os equipamentos da Unidade Técnica do Kilamba Kiaxi estão todos desactivados. Isto pode-se constatar junto da sede do distrito, no bairro Golfe. Os tractores, os camiões basculantes, dampers, pás carregadoras, charruas e outros equipamentos indispensáveis ao saneamento básico e outros serviços estão todos parados defronte da administração local a espera de reparação e manutenção. Os trabalhadores deste órgão não recebem salários há seis meses.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Arranque dos trabalhos contínua sem data

*Jornal de Angola*

*02 De Outubro de 2014*

*Texto: Nicolau Vasco*

As obras de construção da nova centralidade de Menongue, província do Cuando Cubango, projectada pela Sonangol Imobiliária e Propriedades (SO NIP) continuam sem data para o seu arranque, revelou o director-geral da Imogestim, a nova gestora do projecto.

Rui Cruz falava no termo de uma visita de trabalho, que visou acertar pormenores técnicos sobre a construção da centralidade de Menongue com o Governo Provincial do Cuando Cubango e avaliar detalhes do estado fisco dos cerca de 5.600 fogos habitacionais atribuídos a província.

Embora seja projectada pela SO NIP haja algum tempo, por razões administrativas, o projecto nunca saiu do papel, tendo em atenção os elevados custos que este tipo de empreitadas acarreta.

o director da Imogestim defendeu que o novo modelo de construção das novas centralidades pelo país deve ter em conta as características de cada região, para se evitar casos de negocio mal parado, ou seja, situações em que as casas construídas com fundos públicos permaneçam muito tempo sem potenciais compradores.

A gestora esta a trabalhar para que se revejam alguns projectos já em curso e daí antever outras soluções para o arranque da construção da nova centralidade de Menongue, assim como melhorar outros programas habitacionais.

o director-geral da Imogestim, empresa que substituiu a SONIP na gestão das novas centralidades do país, anunciou que são introduzidas algumas alterações técnicas nos projectos imobiliários futuros, incluindo o do Cuando Cubango.

Na cidade de Menongue, adiantou o director da Imogestim, estão já concluídos 111 fogos habitacionais, nas municipalidades do Cuchi, Cuito Cuanavale, Rivungo, Mavinga, Dirico, Nancova e Cuangar, mas ainda não arrancaram as obras de construção das primeiras 76 residências do município do Calai, por razões desconhecidas.

Higino Carneiro defendeu que a nova centralidade de Menongue deve ser erguida nos espaços onde o Governo realiza o processo de requalificação, iniciado nas zonas ribeirinhas e que se estende pelos bairros periféricos construídos de forma desordenada.

Alem da cidade de Menongue, governador provincial pretende que a Imogestim estenda o seu projecto imobiliário para os municípios de Cuangar, Calai, Dirico e Rivungo, que faz fronteira com a Namíbia e Zâmbia.

Disse que a região vive sérios problemas de falta de habitação, com algumas sedes municipais e, sobretudo comunais, que se confundem com aldeias, devido a destruição que viveram no passado e as poucas infra-estruturas ali colocadas.

### 6.2 Centralidade do Cuito (Bié) disponibiliza 3000 apartamentos

*Jornal De Economia e Finanças*

*03 De Outubro de 2014*

*Texto: Sérgio Vieira Dias e Matias da Costa*

Centralidade do Cuito, capital da província do Bié, conta actualmente com 3000 apartamentos de tipologia T3, com capacidade para albergar 6.000 habitantes já inscritos no projecto "Horizonte", promovido pela imobiliária Kora-Angola. No perímetro, estão a ser concluídas as infra-estruturas complementares, com realce para a iluminação publica e postos médicos, entre outras.

De acordo com o vice-governador do Bié para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Jose Fernando Tchatuvela, que recentemente radiografou o projecto, aguarda-se pelo processo de venda dos apartamentos, a cargo da imobiliária Imogestim, num projecto habitacional que prevê a construção de 6.000 apartamentos de parede de betão pré-fabricada.

"As casas estão ajustadas por construção colante, o que permite, em pouco tempo, erguer números consideráveis de moradias", recordou o vice-governador do Bié.

Na ocasião, Jose Fernando Tchatuvela tranquilizou a população do Bié, informando que não existe ainda qualquer processo de comercialização de residências na centralidade.

"o governo da província esta a procurar organizar-se para melhor acomodar os quadros locais e funcionários públicos", disse em entrevista ao JE.

### Reserva fundiária

o vice-governador do Bié para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas explicou, ainda, que o Governo propôs uma reserva cifrada em 4000 casas. Dessa cifra, acrescentou, 2.000 são para adesão livre, um processo que, como disse, corre os tramites de negociação com as entidades competentes. Jose Tchatuvela fez saber, por outro lado, que nesta altura todos os organismos públicos e privados interessados no projecto devem endereçar uma circular a direcção provincial do Bié das Obras Publica e Urbanismo.

Acrescentou que na lista deve constar os nomes dos funcionários, função e numero de telefone de cada um dos organismos interessados no acesso ao projecto habitacional "Horizonte", da Kora-Angola. Jose Fernando Tchatuvela não revelou os custos de cada residência, mas assegurou que as rendas vão ser efectuadas no modelo resolúvel a cargo da emogestin.

### Bons indicadores

A nossa equipa de reportagem apurou, igualmente, que a execução física e financeira das acções desenvolvidas pelos empreiteiros no concernente a construção dos 200 fogos habitacionais por município, caminha a bom ritmo. A construção das residências, em sete dos nove municípios que compõem a província do Bié, encontra-se na sua fase conclusiva. Há previsões de que grande parte das residências seja entregue aos beneficiários no decurso do ultimo trimestre do ano.

as 200 fogos habitacionais estão a ser erguidos nos municípios do Chinguar, Chitembo, Cunhinga, Catabola, Camacupa, Cuemba e Nharea, estando nesse momento 90 por cento da sua execução física realizados, segundo o director provincial das Obras Publicas e Urbanismo, André Kaquarta. Segundo a fonte, nos municípios em referencia, as residências estão orçadas em cerca de 4 milhões para os seleccionados, com prioridade de 3.0 por cento para a juventude da província ligada a função publica. A selecto das empresas construtoras foi feita segundo a capacidade técnica, financeira e humana dos empreiteiros apurados nos concursos públicos.

### Centralidade do Andulo

No município do Andulo (Bié), estão concluídos 172 apartamentos de tipologia T2, T3 e T4, dos 1.000 previstos. A semelhança do que acontece nos 200 fogos habitacionais por municípios, nas centralidades estão a ser construídas infra-estruturas sociais, como hospitais, escolas, creches e postos policiaes. Do ponto de vista de execução, o projecto que abrange também o município do Andulo conta com edifícios

de ate três pisos, compostos por apartamentos T3 e duplex, todos construídos numa área de 100 metros quadrados.

Ate ao final do corrente ano, o Governo da Província do Bié prevê a construção de 420 salas de aula em todos os municípios, tendo em conta a explosão demográfica que se regista nos últimos tempos.

Para esse efeito, estão a ser erguidas em todas as sedes municipais escolas com 12 salas de aula para o II ciclo do ensino secundário, a projecto "Horizonte" da Kora-Angola esta inserido no programa nacional de habitação "Meu sonho, minha casa", tutelado pelo Executivo angolano.

## 6.3 Centralidade do Andulo em conclusão

*Jornal de Angola*

*05 De Outubro de 2014*

*Texto: Jose Chaves*

Omeri Shechar disse que os primeiros apartamentos são entregues no próximo mes de Dezembro, tendo em conta o bom andamento dos trabalhos. Neste momento, estão já concluídas as estruturas de todos os edifícios e alguns já tem acabamentos.

Omeri Shechar garantiu que são cumpridos os prazos para a entrega da obra, estando a decorrer igualmente a fase de asfaltagem das estradas.

o empreiteiro disse que o processo de arruamentos, pavimentação, instalação da rede de saneamento básico, sistemas de abastecimento de agua potável e de energia eléctrica domiciliar e publica esta em andamento.

A nova centralidade e um projecto que se enquadra no Programa Nacional de Habitação, traçado pelo Executivo, para diminuir o problema da falta de casas, principalmente no seio da juventude e de funcionários públicos.

Os prédios da centralidade são de cinco pisos e os seus apartamentos do tipo T3. A segunda fase da centralidade do Andulo vai dispor de edifícios habitacionais "modernos, hospitais, escolas, quadras desportivas multiusos e lima rede viária com cinco quilómetros, mercados, centros comerciais e outras estruturas.

o projecto da nova cidade, construída numa reserva de 72.235 hectares, onde foram destinados 164 hectares, consta igualmente do Programa de Investimentos Públicos (PW)<sup>1</sup> com vista ao

desenvolvimento social e económico da província do Bié.

o município do Andulo possui cinco reservas fundiárias, nas quais a área reservada para a construção de casas e de pastores, sem distinção de raça e de 183.534 hectares. o município religiosa, Pedro de Boaventura do Andulo, que fica a 130 quilómetros do Cuito, capital da província do Bié, tem uma superfície de 10.700 quilómetros quadrados e população estimada em 311.544 habitantes.

## 6.4 Processo de venda de casas retoma em Novembro

*Jornal de Angola*  
08 De Outubro 2014

A segunda fase de comercialização das habitações nas novas urbanizações, na capital do país, deve ocorrer dentro de um mes, depois da conclusão do processo de transferência da "Sonip" para a "Imogestim", garantiu ministro do Urbanismo e Habitação.

"Dentro de um mês vai se retomar o processo de comercialização. Neste momento, o processo esta suspenso por força da transferência de responsabilidades da entidade que antes o liderava, a Sonip, para a empresa Imogestim", confirmou José Silva, que garantiu que a transferência esta em fase de conclusão,

Em relação aos preços das habitações, o ministro afirmou que os custos baixaram, o que vai permitir que mais pessoas tenham acesso a casa própria. Com o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, houve um outro impacto no custo do imobiliário no país de urna forma geral, esclareceu. "No passado, os custos praticados no sector da habitação eram exorbitantes, mas com o surgimento das novas urbanizações, que acontecem um pouco em todo o país, aumentou-se a oferta e os custos são mais suportáveis", disse o ministro do Urbanismo e Habitação.

José Silva informou que a construção de 200 fogos a nível de todos os municípios ja e uma realidade e decorre normalmente. O projecto também conhece o seu curso normal. O maior problema, ate ao momento, prende-se com a implantação das infra estruturas. Ainda assim, paulatinamente, começam a ser executados esses trabalhos, em simultâneo com a sua comercialização. O ministro do Urbanismo e Habitação informou que já foram estabelecidos os custos das referidas casas e foram dadas ordens superiores a todas as entidades e governos provinciais no sentido de as habitações serem comercializadas

nos termos inicialmente previstos. A concretização do processo de requalificação dos municípios do Cazenga e Sambizanga deve contar com a participação da população, defendeu o arquitecto José Umba.

## 6.5 Transferência concluída em mês e meio

*Jornal de Angola*  
09 De Outubro 2014

A segunda fase para a comercialização das habitações nas novas centralidades deve ocorrer depois da conclusão do processo de transferência da gestão da SONIP para a IMOGESTIN, que termina dentro de mes e meio, anunciou o ministro do Urbanismo e Habitação em declarações a Rádio Nacional de Angola.

O ministro nunca se referiu a data de Novembro, ao contrario do que anunciou ontem o Jornal de Angola, para a retomada do processo de comercialização das habitações das novas centralidades, mas apenas a conclusão da transferência da gestão, que deve estar concluída dentro de mes e meio. "Como e do conhecimento publico, neste momento, este processo esta suspenso por força de um processo de transferência da responsabilidade da entidade que antes liderava", sublinhou, acrescentando que logo que os trabalhos forem concluídos faz-se a retoma do processo de comercialização.

Os preços das habitações baixaram. Com a aplicação do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação houve outro impacto no custo do imobiliário no país de urna forma geral.

"No passado, os custos praticados no sector da habitação eram exorbitantes, mas com o surgimento das novas urbanizações que tem lugar um pouco pelo país aumentou a oferta e os custos são mais suportáveis", disse.

A construção de 200 fogos a nível de todos os municípios já e uma realidade e decorre normalmente. O projecto conhece o seu curso normal e o maior constrangimento ate ao momento e a implantação das infra-estruturas.

Os trabalhos começam paulatinamente a ser executados, em simultâneo com a sua

comercialização. Já foram estabelecidos os custos das casas e foi orientado superiormente a todas entidades e Governos Provinciais no sentido da comercialização das habitações nos termos inicialmente previstos.

## 6.6 Localidade de Ochimolo com sinais de progresso

*Jornal de Angola*  
11 De Outubro de 2014  
Texto: Dionísio Rufino

A comuna de Ochimolo, no município do Cuanhama, Cunene, tem mostrado sinais de progresso nos últimos tempos, nos domínios social e económico, com a construção de varias infra-estruturas, disse o administrador da circunscrição, Ilídio João Shihepo.

As infra-estruturas são de ordem administrativa, escolar, sanitária e habitacional.

O sector da Educação é o que mais cresceu, com a construção de escolas, no âmbito do Programa de Expansão da Rede Escolar.

A região passou a contar com 34 escolas, 33 das quais do ensino primário e uma do primeiro ciclo do ensino secundário. As aulas são asseguradas por 67 professores.

O sector da Saúde também teve grandes avanços, com a construção de dois Centros e quatro Postos de Saúde, distribuídos nas seis povoações, para atenderem uma população estimada em 16.402 habitantes. Os Postos e Centros de Saúde estão devidamente apetrechados com equipamentos, recursos humanos e medicamentos.

O Programa Nacional de Habitação tem em vista a construção de cinco residenciais para os funcionários públicos. A falta de água continua a ser um dos principais problemas na região.

Para se inverter o actual quadro foram reabilitados recentemente cinco furos e outros dois estão em fase de recuperação na sede comunal de Ochimolo e noutras zonas para atenuar os efeitos da seca na região, As localidades de Ocapunduca e Ocatale são as áreas mais críticas, uma vez que os seus habitantes estão a consumir água imprópria para consumo humano. Estão a ser feitos esforços para mitigar os efeitos da seca.

"Este ano a fome está fora das preocupações das autoridades, já que foram tomadas antecipadamente medidas de prevenção sobre esta questão, por causa da seca, além de se terem registado melhorias nas colheitas referentes ao ano agrícola de 2014", disse o administrador.

## 6.7 Milhares de casa no Zango

*Jornal de Angola*  
08 De Outubro de 2014  
Texto: Victorino Joaquim

O coordenador interino do Programa Provincial de Habitação Social, Marcos Pinho, anunciou ontem, em Luanda, a conclusão de 20 mil residências na zona do Zango para o realojamento de cidadãos em zonas de risco.

Marcos Pinho anunciou o facto à imprensa no final de um encontro com o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, durante o qual foi analisado o plano de desenvolvimento do Zango. O encontro serviu também para avaliar os espaços livres para construção de mais infra-estruturas.

Marcos Pinho explicou que a existência de milhares de famílias em zonas de risco ou em bairros planificados para reconversão urbana condiciona o desenvolvimento de muitos projectos de construção na província de Luanda, onde as obras ficam paradas durante muito tempo devido as dificuldades para realojar essas famílias.

Reconheceu que ainda existe muita gente a viver em tendas, zonas de risco e em casebres, por isso o encontro serviu para, de forma mais célere, atender a essas pessoas e preparar outras áreas de construção.

Aquele responsável disse que, apesar da vontade do Governo de Luanda em atender com rapidez e eficiência as populações retiradas das zonas da Chicala, Boavista, Zango e Sambizanga, ainda é prematuro definir o prazo final de realojamento dessas famílias.

## 6.8 Moradores ilegais são despejados

*Jornal de Angola*  
11 De Outubro de 2014

Mais de cem famílias acusadas de residir ilegalmente, há um ano, na Centralidade do Kilamba, em Luanda, começaram, quinta-feira, a ser despejadas pela Polícia Nacional por ordem judicial.

Uma fonte policial disse a Angop que a corporação esta a cumprir um mandado do Ministério da Justiça, pelo facto de os infractores terem sido notificados a abandonar os apartamentos num período de 24 horas, a contar de quarta-feira.

Quinta-feira, foram desalojadas famílias que ocupavam apartamentos que estão em edifícios de dez andares do quarteirão W.



A decisão judicial e resultado do facto de essas famílias terem ocupado os apartamentos depois de romperem as fechaduras ou através de uma outra forma fraudulenta, pelo que não estavam registados nos ficheiros informatizados da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), a antiga responsável pela venda dos apartamentos das centralidades.

O presidente da Centralidade do Kilamba, Joaquim Israel, informou que a ordem de despejo e da responsabilidade do tribunal, daí que a administração não tem qualquer envolvimento na retirada dos moradores. "A administração não foi responsável pela comercialização das casas, mas sim a Sonip, que, haja um tempo, estava a tratar, de forma judicial, da retirada dos infractores", salientou o administrador Joaquim Israel.

#### Reacção da Sonangol

O porta-voz da Sonangol, Mateus Cristóvão, disse que começou a ser reposta a legalidade e revelou que um número elevado de apartamentos das centralidades do Kilamba, Zango e Cacuo foram ocupados ilegalmente durante o período de transferência para a Imogestim do processo de comercialização dos apartamentos das centralidades.

O alto funcionário da Sonangol sublinhou que "muitas pessoas foram impedidas de entrar nos seus apartamentos, por terem sido ocupadas ilegalmente.

Naturalmente, o processo demorou algum tempo e o que esta a decorrer e só o resultado desta acção de reposição da legalidade".

O princípio do ano, a Polícia Nacional deteve uma rede de trabalhadores da Sonip acusados de terem forjado contratos e facilitado a ocupação ilegal de mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba. A Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) iniciou, em 2012, a venda de apartamentos nas centralidades do Kilamba, Cacuo, Capari, Quilometro 44 e Zango.

As vendas das moradias das centralidades de Luanda foram processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, por um período de 15 a 20 anos. As habitações estiveram a disposição da população também em regime de arrendamento e de vendas a pronto pagamento.

## 6.9 Silencio nas centralidades

*Jornal A Capital*

*11 De Outubro de 2014*

*Texto: Marcos António*

Ainda triste, a espera que os cidadãos detentores de parcelas de terras e alguns tijolos comecem a erguer as suas casas, Isaac Francisco Maria dos Anjos procedeu na Baía Farta, quarta-feira, 08, a distribuição de lotes para a autoconstrução dirigida, naquele que foi o arranque do projecto "Vila Nova", nas imediações da centralidade, uma das que geram inúmeros comentários desencontrados.

Com os munícipes a procura de informações, mormente em relação ao início das vendas nas três centralidades e o rosto da entidade gestora, surge o programa de autoconstrução numa aparente cruzada contra um vazio que deixa milhares de jovens a beira de um ataque de nervos.

o pouco que se sabe, varias vezes incorporado no discurso politicamente correcto, e que "os apartamentos vão ajudar a resolver os problemas habitacionais". Até hoje, diga-se em abono da verdade, não se conhece qualquer pronunciamento de um membro do Governo a este respeito, capaz de por fim as especulações, todas convergentes num processo sem transparência.

Nem mesmo o governador provincial, para não mencionar os administradores municipais, tece considerações que satisfaçam os anseios de quem se encontra a espreita. E dentro

deste contexto, elucidativo de uma iniciativa amarrada em demasia as estruturas centrais, que o Eng. Isaac Maria dos Anjos avança para a autoconstrução dirigida, ainda que sem o retorno que aguardava.

No município da Ganda, perante centenas de jovens, o governador exteriorizou a sua tristeza, lamentando o atraso dos munícipes que já possuem parcelas de terras. Muitos, sobretudo no Bocoio, referem que não tem condições financeiras para colocar mãos a obra, mesmo com os tijolos recebidos, e revelam que o recurso a créditos bancários pode ser uma solução a ter em conta.

Numa breve declaração ao jornal A Capital, o arquitecto Felisberto Amado, conhecido pelas análises que faz sobre aspectos urbanísticos e ambientais, afirma que a mão-de-obra e os materiais de construção serão as principais inquietações. Conhecedor da realidade, estima que a construção de uma casa condigna, como é a meta do Executivo,

venha a custar mais de sessenta mil dólares, valor muito a quem das capacidades dos cidadãos. "Temo que surjam casas fora do perfil urbanísticos delineado pelas autoridades", avança o professor universitário.

Por seu turno, o consultor imobiliário Luís Silva começa por louvar a distribuição de parcelas de terras, mas adverte que, não havendo acções complementares, esta medida pode redundar em fracasso. "Cabe ao Estado aproximar o cidadão das instituições bancárias. Há, por outro lado, a possibilidade de colocar as casas a disposição, com mecanismos que o obriguem a liquidar, em 30 ou 40 anos", sustenta o empresário.

Luís Silva pouco ou nada sabe sobre as centralidades, a imagem de toda a opinião pública, mas não tem dúvidas de que será imperiosa a criação de uma estrutura capaz de manter funcional os seus serviços.

Importa sublinhar que projecto "Vila Nova", com 150 hectares de dimensão territorial, foi lançado com a entrega formal de mil lotes, num ambiente de muita satisfação entre os beneficiários. Haverá espaços para escolas, campos polivalentes, esquadras policiais e outras dependências. Sem pretender "bajular", a administradora municipal, Maria João, endereçou felicitações ao governador Isaac dos Anjos, convicta de que o seu empenho tem servido de alento para o ataque a insuficiência de habitações, "A prova disto e a alegria desta gente, assim conseguimos desenvolver o nosso município", finalizou.

## 6.10 Sonip recupera vários apartamentos

*Jornal de Angola*

*15 De Outubro de 2014*

A Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) recuperou nos últimos dias 87 apartamentos que tinham sido ocupados ilegalmente, na Centralidade do Kilamba, numa operação de despejo judicial compulsivo.

Fonte policial, citada pela Angop, disse que do grosso de apartamentos recuperados, oito encontravam-se habitados e os demais, dois dos quais com documentos falsos e seis sem qualquer documentação, continham apenas alguns pertences, sem os ocupantes.

A acção iniciada na última quinta-feira abrangeu os quarteirões "W, X; Z, U, T, G e A". O Porta-voz da Sonip, Mateus Cristóvão, afirmou que a operação vai prosseguir até a retirada total dos moradores ilegais e vai estender-se as Centralidades do Zango e Cacuaco.

No princípio deste ano, a Polícia Nacional deteve uma rede de trabalhadores da Sonip sob acusação de terem forjado contratos e facilitado a ocupação ilegal de mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba. A Sonangol Imobiliária e Propriedades iniciou, em 2012, a venda de habitações nas centralidades do Kilamba, Cacuaco, Capari, km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica). As vendas foram processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos.

As habitações estiveram a disposição do público também em regime de arrendamento e de vendas a pronto pagamento.

Por orientação do Executivo, a comercialização de residências nas novas centralidades passou para a responsabilidade da IMOGESTIN, outra imobiliária que neste momento finaliza detalhes técnicos de transferência da gestão com a SO NIP.

A "IMOGESTIN", que também actuara em nome do Estado, ainda não avançou a data do reinício das vendas de residências nem as modalidades de comercialização. As novas centralidades permitiram a milhares de angolanos realizar o sonho da casa própria e levaram a queda os preços exorbitantes que eram praticados no mercado imobiliário.

## 6.11 Lotes entregues na Canjala

*Jornal de Angola*

*16 De Outubro de 2014*

*Texto: Victor Pedro*

Um grupo de 22 famílias que vivia no espaço que pertence a reserva fundiária da Administração do Sumbe, na área da Canjala II, recebeu ontem lotes de terreno para a construção dirigida de casas sociais.

o administrador municipal Américo Sardinha, que presidiu a cerimónia de entrega dos terrenos, disse que o referido espaço se encontra na zona sul do Sumbe e tem uma área aproximada de 400 metros quadrados. Agora, vai ser elaborada uma planta (padrão) do tipo de casas a serem edificadas no local e, de acordo com as disponibilidades financeiras, os beneficiados escolhem uma única tipologia a construir no bairro.

Américo Sardinha explicou que o principal objectivo da administração e garantir a organização das novas zonas, de acordo com o crescimento da cidade, para que as populações vivam em locais seguros, aceitáveis e urbanizados, com bairros que tenham as condições

essenciais de habitabilidade e infra-estruturas sociais, como escolas, estradas, energia eléctrica, esgotos.

A Administração do Sumbe pretende acabar com a ocupação ilegal de terrenos e retirar aquelas famílias que se encontram em zonas de risco, um fenómeno que tem sido uma constante, nos últimos tempos. Para tal, pediu aos moradores para evitarem a prática de usurpação ilegal de terrenos, porque desse modo estão a cometer um acto criminal.

## 6.12 Governo prepara venda de novas residencias

*Jornal de Angola*

*20 De Outubro de 2014*

*Texto: Lourenço Bule*

Higino Carneiro, que falava recentemente na abertura da conferencia do comité provincial do MPLA, informou que se encontram em construção mais de 700 residências, no quadro do mesmo programa, estando ainda previsto, para breve, o início da construção de quatro mil moradias, no âmbito do projecto das novas centralidades.

Higino Carneiro disse ser notória a melhoria significativa na vida das populações, como resultado do trabalho do governo, que esta a proporcionar mais serviços sociais como escolas, postos e centros de saúde na periferia da cidade, sedes municipais, comunais e em algumas aldeias.

"Estão ainda em construção o hospital geral e o hospital sanatório de Menongue, bem como os hospitais municipais de Mavinga, Dirico, Calai, Cuchi, Cuito Cuanavale e Rivungo", afirmou.

Para os próximos dias, frisou, esta previsto o início das obras de construção do hospital municipal, pediatria e a maternidade do Cuangar.

o governador recordou que a região ganhou, recentemente, uma universidade denominada Cuito Cuanavale, com sede em Menongue, e faculdades no Cuito Cuanavale e Calai, cobrindo também, partes significativas da província do Cunene.

### Aeroporto

Higino Carneiro anunciou a inauguração, ainda este mes, do aeroporto Comandante Kwenha, devidamente apetrechado e modernizado, a construção dos aeródromos do Rivungo, Cuangar e Calai, este ultimo já asfaltado e operacional. o governador disse que esta em construção o canal fluvial do município do Rivungo e o respectivo porto

e a ponte flutuante que vai permitir a ligação entre o município do Calai e a localidade namibiana do Rundu.

"Apesar das boas novas, continuamos ainda preocupados com o atraso no começo das empreitadas para a construção e reabilitação das estradas nacionais, secundarias e terciárias", lamentou, salientando que dentro de alguns dias começa as chuvas, com as consequentes dificuldades no acesso aos municípios e comunas.

### Agua potável

Higino Carneiro destacou a melhoria no fornecimento, em qualidade e quantidade, da agua potável aos cidadãos, no âmbito do programa "Agua para todos". Referiu que a nova rede da cidade de Menongue vai permitir a instalação de 12 mil ligações domiciliarias, a partir do próximo mes o Sistemas específicos, para o fornecimento de agua potável, foram já aprovados para as sedes municipais, comunais e aldeias.

O governador anunciou a conclusão das obras de expansão da rede de baixa e media tensão da cidade de Menongue, que permitira a ligação a 12 mil residências, Estão em curso, neste momento, acções para a instalação de um sistema de referencia de energia eléctrica e iluminado publica na sede do Cuito Cuanavale, Cuchi e na comuna do Longa .

O governador recordou a assinatura, a 1 de Agosto deste ano, de um protocolo de entendimento entre a Empresa Nacional de Energia (ENE) e a NAMPOWER (Namíbia), para a aumento do fornecimento de energia eléctrica aos municípios do Cuangar, Calai, Dirico e a comuna do Mucosso, e estender o fornecimento para as localidades do Bondo-Caila, Buabuata, Jamba e Bico de Angola.

o governador referiu que apesar das crescentes iniciativas no âmbito do turismo, agricultura, pecuária empresarial e recursos minerais, ainda existem preocupações no que concerne a oferta de emprego.

Se estes projectos forem bem sucedidos, poder-se-á, gradualmente, ver satisfeitos os pedidos de emprego, como resposta as preocupações da juventude.

## 6.13 Chicombo Juventude tem novas casas sociais

*Jornal de Angola*

22 De Outubro 2014

A administradora municipal de Chicomba, na província da Huíla, Lúcia Francisca, anunciou que mais de 60 casas sociais do tipo T2 e T3, dos 200 fogos habitacionais previstos, foram construídas desde 2013, no âmbito do programa de desenvolvimento habitacional no município e são entregues em Novembro próximo a funcionários do sector público e privado.

As residências estão devidamente mobiladas e foram erguidas em áreas de 600 metros quadrados cada.

As infra-estruturas sociais foram construídas, 40 na sede municipal e 20 na comuna do Que, com o objectivo de oferecer maior comodidade aos beneficiários, cuja prioridade, numa primeira fase, recai para a juventude, antigos combatentes e veteranos da Pátria e, posteriormente, para os funcionários da Educação, Saúde e Agricultura e Desenvolvimento Rural.

A sua distribuição esta dependente da orientação do Governo Provincial, cujo concurso público para a selecção dos beneficiários decorre a bom ritmo.

O projecto continua, numa altura em que estão por se construir mais 140 residências em toda a extensão da municipalidade, no quadro do Programa de Investimentos Públicos (PIP), de desenvolvimento rural e de combate a pobreza.

Famílias são transferidas

A administradora municipal de Mbanza Congo, na província do Zaire, anunciou na segunda-feira que a administração vai dar início, em breve, a transferência de famílias residentes em zonas consideradas de alto risco, para locais mais seguros.

Isabel landu Morena disse a Angop que a medida abrange as residências precárias construídas nas passagens de água, encostas e outros locais de risco, de modo a prevenirem-se acidentes e desabamentos durante a presente época chuvosa.

A secção de fiscalização já identificou as casas sob risco de desabamento nos arredores da cidade e cujas famílias vão ser encaminhadas para áreas mais seguras.

A medida inclui a distribuição de lotes de terreno para a autoconstrução dirigida. "Temos sensibilizado

a população a dirigir-se as autoridades competentes, no sentido de solicitar lotes de terreno em locais seguros, mas muitos preferem desobedecer e construir em zonas precárias", lamentou a administradora de Mbanza Congo.

Em relação ao saneamento básico, considerou ainda débil o serviço prestado por uma empresa privada, por excluir parte considerável dos bairros suburbanos na recolha de lixo e outros resíduos sólidos, assim como no tratamento de jardins.

Mbanza Congo

O município de Mbanza Congo, sede provincial do Zaire, tem cinco bairros: Sagrada Esperança, Álvaro Buta, Martins Kidito, 11 de Novembro e 4 de Fevereiro.

O município abrange as comunas sede, Luvo, Caluca, Calambata, Madimba e Nquiende, com uma população de 173. 850 Habitantes.

## 6.14 Menongue tem mais casas

*Jornal de Angola*

23 De Outubro de 2014

Texto: Nicolau Vasco

Mais de 200 casas de tipologia T3 estão a ser comercializadas, desde segunda-feira, no Bairro Tucuve, arredores de Menongue, no quadro do projecto de construção de fogos habitacionais nos municípios, em curso nas províncias do país.

As habitações, construídas numa área de 640 metros quadrados, foram inauguradas pelo governador do Cuando Cubango, Higinio Carneiro, que anunciou que cada casa vai ser vendida a um preço global de quatro milhões de kwanzas, pago um período de 30 anos, com um desembolso mensal de 11.000 kwanzas.

Higinio Carneiro disse que o Governo pretende, com este projecto, a melhoria das condições habitacionais das populações em toda a província.

Nos próximos dias, o Governo vai por a venda outras 75 casas no Cuchi, Nancova (60), Rivungo (50), Cuito Cuanavale (48), Cuangar (30), Dirico (20) e seis em Mavinga. Higinio Carneiro realçou que, em relação a capital da província, Menongue, o Executivo aprovou a construção de quatro mil casas, que vai coincidir com a requalificação da zona urbana, prevendo-se, na primeira etapa, a edificação de 450 apartamentos, além de outras infra-estruturas sociais.

O Cuando Cubango vive sérias problemas de falta de habitação, principalmente nas sedes municipais e comunais, onde estão concentradas a administração pública do Estado, salientou Q governador. Estas zonas não têm infraestruturais suficientes para albergar quadros do Governo e população em geral. Quanto aos requisitos para a obtenção de casas, o director provincial do Urbanismo e ambiente, Afonso Calei, disse existirem duas modalidades de acesso dentro do programa habitacional: através de pronto pagamento e em renda resolúvel.

As pessoas interessadas devem dirigir-se as instalações da direcção provincial do Urbanismo e Ambiente, levando consigo uma declaração de serviço, uma Fotocopia do Bilhete de Identidade e, posteriormente, a assinatura do contrato.

Afonso Calei acrescentou que as pessoas que não são funcionárias públicas devem contactar a sua instituição, para obter uma informação sobre as casas.

## 6.15 Concluídas dezenas de casas

*Jornal de Angola*  
24 De Outubro de 2014

Um total de 244 residências, das 7.798 em construção na centralidade da Quilemba, arredores do Lubango já estão concluídas, garantiu ontem o director provincial do Urbanismo e Habitação da Huíla.

António Abílio referiu que o nível de execução global esta na ordem dos 53 por cento e as casas T3 e T4 foram concluídas com todos os serviços e estão prontas a ser habitadas. Actualmente, há um défice de quase 3.300 habitações, que ainda não foram construídas, razão pela qual considera fundamental determinar já o prazo da entrega das infra-estruturas em curso na centralidade.

Também esta em curso o processo de ligação dos principais serviços, com destaque para as condutas principais de distribuição de água potável.

## 6.16 Obras arrancam no próximo ano

*Jornal: Jornal de Angola*  
25 De Outubro 2014  
*Texto: Fernando Neto/ Mbanza Congo*

As autoridades do Zaire criaram as condições para o arranque, no próximo ano, da construção das novas urbanizações na província, que vão possuir edifícios de dez, cinco e três andares, além de vivendas e outros serviços sociais, como escolas, creches,

hospitais, tribunal, policia, centros administrativos e quadras polidesportivas.

Uma equipa técnica chefiada pelo presidente do conselho de administração da Imogestin, empresa gestora das centralidades do país, Rui Cruz, avaliou quarta-feira as condições nos municípios de Mbanza Congo e Soyo, onde são erguidos mil e quatro mil edifícios.

"A exemplo das outras províncias onde os projectos ainda não se iniciaram, viemos dialogar com o Governo Provincial do Zaire, para conhecer as suas preocupações e ideias sobre o inicio da edificação do projecto habitacional de Mbanza Congo e Soyo", frisou Rui Cruz, que expressou o desejo de concluir as questões burocráticas nos próximos meses, para poder come cara construção no inicio de 2015.

"Queremos começar o mais breve possível. Auguramos que nos próximos meses tenhamos indicações financeiras para o arranque das empreitadas", disse o gestor, que indicou que as informações recolhidas do governador Joanes André são analisadas por uma equipa técnica, para a concepção do programa de desenvolvimento habitacional, a ser apresentado ao Executivo.

O governador da província do Zaire disse que a população esta ansiosa quanto ao inicio da construção das novas centralidades."A centralidade do Zaire e uma das grandes preocupações da juventude. Trabalhamos com forca para chegar a conclusão, tendo em conta que o povo quer obter residência própria ", disse Joanes André a imprensa.

A administradora municipal de Mbanza Congo, Isabel Landu Morena, referiu-se as dificuldades habitacionais, tendo em conta a localização geográfica bastante acidentada. "A ideia e alargarmos a cidade para a com una do kiende e tenho a certeza de que, com os projectos em carteira das Obras Publicas e Urbanismo e os da Imogestin, temos o problema habitacional minimizado", referiu a administradora municipal de Mbanza Congo.

## 7. TERRA

### 7.1 Plano evita construções anárquicas

*Jornal de Angola*  
09 De Outubro 2014

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, considerou importante que se faça um planeamento urbanístico antecipado, para evitar a construção de habitações em zonas não autorizadas por parte de pessoas que não têm condições de aderir aos projectos habitacionais.

Bornito de Sousa falava no acto de encerramento da Conferência sobre Requalificação Urbana, em alusão ao Dia Mundial do Habitat, assinalado segunda-feira. Segundo o ministro, as populações acabam por construir em zonas não autorizadas por falta de uma instituição que os oriente ou indique o espaço de terra onde possam construir.

O ministro lembrou que há também casos de indivíduos que ao saberem do início de um projecto habitacional em determinada zona, colocam umas quatro chapas para que, ao arrancar o projecto, seja registado e receba uma casa.

"As vezes ocupam quatro ou cinco lugares para, depois, reclamarem quatro ou cinco casas", sublinhou.

Realojamento de cidadãos

Quanto ao realojamento dos cidadãos que estavam a viver em tendas no Zango, Bornito de Sousa citou como exemplo a experiência de Singapura, que criou bairros de transição para atender a população a ser realojada, depois de ser retirada das zonas de risco. "O que fazem é pegam nas pessoas realojadas de zonas de risco colocam nos bairros de transição.

Enquanto aí estiverem são ensinados novos hábitos que tem de respeitar na nova zona onde são realojados e depois de saírem entram outros populares, e assim sucessivamente", acrescentou.

Os estudantes finalistas da Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto apresentaram como trabalho de fim de curso um projecto de requalificação urbana da Camama, coordenado pelo arquitecto e docente universitário António Goma. António Goma considerou a área da Camama complexa do ponto de vista da organização urbana e cerca de 80 por cento das habitações estão em mau

estado de conservação, além da inexistência dos serviços básicos e de infra-estruturas.

No salão principal da Faculdade de Engenharia estavam expostos vários trabalhos de Arquitectura. A conferência decorreu sob o lema "Ouvindo as vozes dos Musseques" e analisou vários temas, entre os quais; "A população dos Musseques e sua integração e participação na reconversão", "A participação comunitária no planeamento e monitorização dos projectos habitacionais", por docentes nacionais.

Membros do Governo, docentes de varias universidades, alunos universitários e convidados participaram na Conferência.

### 7.2 Construção ordenada esta a ser incentivada

*Jornal de Angola*  
10 De Outubro de 2014  
Lourenço Bule

O governador da província de Benguela pediu aos municípios da Baía Farta para construir de forma ordenada, de acordo com os planos de desenvolvimento definidos pelas autoridades administrativas.

Isaac dos Anjos discursava no município depois da entrega simbólica de títulos de concessão de terrenos a 40 beneficiários, dos mil previstos, nesta primeira fase, para a autoconstrução dirigida, no Projecto Vila ova.

A intenção é propiciar o crescimento ordenado do projecto, para que as pessoas deixem de construir em zona de riscos, pondo em perigo as próprias vidas. O Projecto Vila Nova compreende uma área de 150 hectares, dos quais vão ser infra-estruturas cerca de 15 mil lotes para residências, numa superfície de mil metros quadros cada e pelos quais os beneficiário vão ter de pagar 27 mil kwanzas.

A futura zona habitacional tem ainda áreas para infra-estruturas de serviços essenciais, como escolas, hospital, comércio e lazer.

Durante a sua estada na Baía Farta, Isaac dos Anjos visitou as obras de construção da Escola Politécnica das Pescas e a Lotação de peixe.

### 7.3 Famílias desalojadas no Kilamba

*Jornal ACapital*

*11 De Outubro de 2014*

*Texto: Osvaldo de Nascimento*

Os habitantes dos apartamentos em causa acreditam que estão em condição legal, ao abrigo do contrato que fizeram com a empresa Delta, uma vez que tinham registos nos ficheiros computadorizados da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), antiga responsável pela venda dos apartamentos das centralidades.

"Estou aqui há mais de um ano com a minha família. Sou pai e mãe, trabalhadora. Tenho 43 anos de idade, então, de repente, vou sair da minha casa?", questionou uma senhora visada, levando as mãos a cabeça em gesto de desolação.

Um outro morador que foi chamado, as pressas, pela esposa, disse que alguns terão pago, via banco, o contrato, uma quantia de oito a 14 milhões de kwanzas.

"Tenho toda a documentação e os estratos pagos via banco. Não vou aceitar em momento algum ser despejado como se fosse um qualquer. Paguei com dinheiro de um empréstimo bancário e, de repente, por causa das falhas da SONIP ou do seu sistema, não vão pagar as pessoas que se sacrificaram noites e noites atrás das residências?", reivindicou o morador, agastado.

"Não temos para onde ir. Por isso, vamos ficar e resistir até ao fim, porque fizemos os pagamentos", gritavam os moradores.

Ao que apurou este semanário, o desalojamento estava a ser feito sob forte protecção policial e estavam presentes, igualmente, altas patentes da corporação em cada apartamento, como nos foi dado a ver, entravam alguns funcionários da Sonip, acompanhados por um cidadão de nacionalidade chinesa que se encarregava de trocar as fechaduras das portas.

No caso de o morador quiser reaver os seus bens era obrigado a dirigir-se às instalações da Sonip, para ser acompanhado por alguém desta empresa e, com uma carrinha, retirar os seus bens.

No local, a reportagem do A Capital registou algumas detenções de populares que procuravam uma explicação, a todo o custo, sobre o que se passava, junto das autoridades.

De recordar que, no princípio do corrente ano, a Polícia Nacional deteve uma rede de trabalhadores da

Sonip sob a acusação de terem forjado contratos e facilitado a ocupação ilegal de mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba, cujos preços e modalidades implementadas não foram reveladas.

Presidente do Kilamba

No entanto, em entrevista à rádio Luanda Antena Comercial, (LAC), o presidente da Centralidade do Kilamba, Joaquim Israel, explicou que a ordem de despejo e de responsabilidade do Tribunal. Por isso, adicionou, a Administração não tem qualquer envolvimento na retirada destes moradores.

"A administração não foi responsável pela comercialização das casas. Então, este tipo de acção foi da responsabilidade da Sonip. Tomamos conhecimento que esta empresa, há já um tempo, estava a tratar de forma judicial como retirar os infractores dos imóveis, E, chegou o momento", sentenciou Joaquim Israel.

"Em reposta à legalidade", diz, quanto ao mesmo assunto, o porta-voz da Sonangol, Mateus Cristóvão.

"Na sequência de uma acção desencadeada pela Sonip, antes do início da transferência do processo para a Imogestim e, tendo tornado conhecimento que um número elevado de apartamentos do Kilamba, Zango e Cacucaco foram ocupados ilegalmente, foram accionados órgãos de justiça para se repor a legalidade", adiantou, acrescentando que há pessoas que por várias razões beneficiaram dos apartamentos, tratando os documentos e, até agora, não conseguiram entrar porque os mesmos estão ocupados por pessoas que forçaram as fechaduras e as substituíram por outras.

"Naturalmente que, este processo já existe há algum tempo e pouco crível que haja qualquer pessoa que tenha a sua documentação em dia e esteja a ser incomodada", garantiu.

A Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) iniciou, em 2012, a venda de habitações nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capari, km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica).

As vendas foram processadas em regime de renda resolúvel com capital inicial e, sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos. As habitações estiveram a disposição do público, também, em regime de arrendamento e de vendas a pronto pagamento.

Quarenta empresas, com cerca de 340 trabalhadores na antiga praça de touros de Luanda, vão ter que encontrar novas formas de sobreviver, uns dizem que a superfície inacabada vai ser transformada em

palácio da cultura sem, no entanto, os que gerem o local desde 1998, serem tidos em conta.

o anúncio de que a praça seria transformada em palácio, surpreendeu a Administração do local que diz não ter sido contactada pelo Ministério da Cultura, com o qual tem um contrato de gestão, assinado pelo ministro cessante, com um prazo que vai até 2018.

Falando em exclusivo ao A Capital, o Administrador do local, Dionísio Pinto da Silva, lamentou o esquecimento a que a actual representante do Ministério quer submeter aqueles gestores, sem, no entanto, chegarem a qualquer consenso. "Estamos a fazer a gestão há muitos anos. Fomos contactados pelo Ministério da Cultura, por via do Gabinete jurídico, para nos darem a conhecer que pretendem fazer uma remodelação a Tourada, isto, em Outubro do ano passado. Tivemos conhecimento, mas colocamos algumas questões, porque temos um contrato de gestão assinado com o ministro cessante, do Ministério da Cultura", frisou, adiantando que o referido contrato, apenas terminaria em 2018.

"Não levaram isso em conta. Pagamos renda ao Estado. Pelo menos tem que negociar, para sabermos onde vão nos colocar. Temos trabalhadores e deveres a cumprir", desabafou o responsável, para quem a remodelação é boa para a Tourada, "e para todos os angolanos, mas não deve lesar os interesses dos que a mantiveram até então.

"Então, é necessária uma contrapartida. Pagamos todos os meses a nossa renda mensal de 150 mil kwanzas, depositamos no Fundo Nacional. Sinal de que, não estamos ilegais, conforme o Secretário de Estado da Cultura fez referência. A ministra diz que não assinou nenhum contrato, mas houve alguém que o fez. Então, é necessário que se respeite isso", pediu, reforçando que estão naquele recinto mais de 40 empresas e mais de 360 trabalhadores, pelo que antes, deveriam avisar.

"Temos investimentos de mais de meio milhão de dólares, só na nossa empresa Kilamba, ligada a weza. Não viemos aqui por acaso. o próprio Ministério da Cultura, em 1998, e que fez sair uma circular, segundo a qual, devíamos ocupar isto. Fomos recebidos por uma delegação do Ministério da Cultura. Todas as empresas que cá estão tem contratos assinados pela Acção Cultural do Ministério da Cultura. Agora estão a procurar desinformar. Temos tudo assinado. já enviamos cópias ao Ministério, os papéis assinados por eles mesmos", argumentou.

Erguida na década de 1960, a praça de touros de Luanda foi inaugurada a 01 de Março de 1964. Localizada no distrito urbano da Maianga, o edifício apresenta-se em forma de círculo igual a um estádio de futebol, mas ficou votada para várias actividades comerciais, entre oficinas de automóveis e motorizadas, lojas de material de construção civil, electrodomésticos e produtos alimentares, uma pensão, um salão de beleza e lanchonete.

## 7.4 Moradores ilegais são despejados

*Jornal de Angola*

*11 De Outubro de 2014*

Mais de cem famílias acusadas de residir ilegalmente, há um ano, na Centralidade do Kilamba, em Luanda, começaram, quinta-feira, a ser despejadas pela Polícia Nacional por ordem judicial.

Uma fonte policial disse a Angop que a corporação está a cumprir um mandado do Ministério da Justiça, pelo facto de os infractores terem sido notificados a abandonar os apartamentos num período de 24 horas, a contar de quarta-feira.

Quinta-feira, foram desalojadas famílias que ocupavam apartamentos que estão em edifícios de dez andares do quarteirão W.

A decisão judicial é resultado do facto de essas famílias terem ocupado os apartamentos depois de romperem as fechaduras ou através de uma outra forma fraudulenta, pelo que não estavam registados nos ficheiros informatizados da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), a antiga responsável pela venda dos apartamentos das centralidades.

O presidente da Centralidade do Kilamba, Joaquim Israel, informou que a ordem de despejo e da responsabilidade do tribunal, daí que a administração não tem qualquer envolvimento na retirada dos moradores. "A administração não foi responsável pela comercialização das casas, mas sim a Sonip, que, haja um tempo, estava a tratar, de forma judicial, da retirada dos infractores", salientou o administrador Joaquim Israel.

### Reacção da Sonangol

O porta-voz da Sonangol, Mateus Cristóvão, disse que começou a ser reposta a legalidade e revelou que um número elevado de apartamentos das centralidades do Kilamba, Zango e Cacucaco foram ocupados ilegalmente durante o período de transferência para a Imogestim do processo de comercialização dos apartamentos das centralidades.



O alto funcionário da Sonangol sublinhou que "muitas pessoas foram impedidas de entrar nos seus apartamentos, por terem sido ocupadas ilegalmente.

Naturalmente, o processo demorou algum tempo e o que esta a decorrer e só o resultado desta acção de reposição da legalidade".

O princípio do ano, a Polícia Nacional deteve uma rede de trabalhadores da Sonip acusados de terem forjado contratos e facilitado a ocupação ilegal de mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba. A Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) iniciou, em 2012, a venda de apartamentos nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capari, Quilometro 44 e Zango.

As vendas das moradias das centralidades de Luanda foram processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, por um período de 15 a 20 anos. As habitações estiveram a disposição da população também em regime de arrendamento e de vendas a pronto pagamento.

## 7.5 Milhares de habitantes estão em zonas de risco

*Jornal de Angola*

*10 De Outubro de 2014*

*Texto: Andre Brandão*

Mais de 150 mil pessoas ainda vivem ainda em zonas de risco na província do Cuanza Norte, revelou ontem, em Ndalatando, o delegado provincial do Ministério do Interior e comandante da Polícia Nacional, Alexandre Canelas.

Em declarações a imprensa, no final da terceira sessão ordinária do Governo do Cuanza Norte, na qual foi aprovado o Plano de Contingência de Calamidades e Desastres Naturais para o período entre Outubro deste ano e O de 2015, Alexandre Canelas explicou que se trata de um instrumento de suporte ao sistema de Protecção Civil (SPC) destinado a gestão operacional, no quadro de ocorrências de sinistros a nível do Cuanza Norte. O documento foi elaborado para dar resposta institucional a situações de desastre e calamidades naturais, e minimizar o impacto socioeconómico delas decorrentes em Ndalatando.

Alexandre Canelas destacou a necessidade de se mobilizar a população para a prevenção de desastres naturais. O Estado esta a providenciar condições e meios para minimizar os efeitos de eventuais catástrofes, garantiu, o delegado do Cuanza Norte e uma zona que nos últimos tempos tem sido muito

afectada por desastres naturais, como inundações, ventos fortes e enxurradas.

Os municípios do Cazengo, Lucala, Golungo Alto e Cambambe são os que tem mais probabilidades de ocorrerem quedas de chuva com um volume acima do normal. Para acudir os eventuais sinistrados, estão mobilizadas todas as forcas humanas ligadas ao Ministério do Interior, meios, recursos financeiros e empresas de construção.

## 7.6 Entregues lotes de terrenos a população na Baía Farta

*Jornal de Angola*

*12 De Outubro de 2014*

*Texto: António Gonçalves*

A nova urbanização Vila Nova, o município da Baía Farta, entregou 100 dos 999 lotes de terreno os seus beneficiários, numa cerimónia testemunhada pelo governador provincial de Benguela, Isaac dos Anjos.

Os lotes de mil, 800 e 600 meros quadrados cada constam de um plano de urbanização de uma área total de 100 hectares, que vão ser equipados com residências equipamentos sociais.

A entrega das parcelas de terreno foi feita durante uma visita que o governador efectuou ao município, para constatar a execução de vários projectos socioeconómicos na região. A Baía Farta vai dispor de um Instituto Médio Politécnico, para albergar cerca de dois mil alunos, nos três turnos do dia o chefe de repartição municipal de Educação da Baía Farta, Rafael Domingos, anunciou que o instituto vai ministrar os cursos de Electricidade, Mecânica, Construção Civil e Informática.

A abertura do Instituto Politécnico constitui um factor de galvanização para os alunos, os quais serão obrigados a sair da localidade para continuar os estudos.

A Baía Farta vai beneficiar igualmente de um novo e moderno cais para atracação de navios de médio e pequeno porte. O empreendimento já esta a ser construído. Nuno Vidal, representante da Premob, empresa fiscalizadora da obra, não avançou os custos da empreitada, nem a previsão para o fim da mesma.

Os trabalhos incidem sobre o aterro do local e na preparação para a dragagem do mar, com vista a possibilitar a extensão do cais para mais uns metros da orla marítima.

A administradora municipal da Baía Farta, Maria João, afirmou que o projecto de construção de casa

própria continua a beneficiar todos os cidadãos. Os responsáveis do Instituto Politécnico estão a ser orientados a abrir as portas a candidatos de outros municípios, não restringindo as inscrições a população da Baía Farta. O novo cais vai ajudar o Instituto das Pescas nas suas actividades, constituindo um canal para geração de mais empregos para a juventude.

## 7.7 Comunidades rurais perdem direito sobre a terra

*Novo Jornal*

*17 De Outubro de 2014*

*Texto: Isaías Soares*

AS COMUNIDADES de camponeses de seis províncias (Benguela, Cunene, Huambo, HU11a, Luanda e Malanje) apoiadas pela Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) mostram-se apreensivas com as definições sobre a titularidade das parcelas de terra utilizadas para o cultivo agrícola.

As "situações de expropriação e usurpação de terras nas comunidades rurais" vem expressas na «Declaração de Kalandula», adoptada no XV Encontro Nacional do grupo, realizado nos dias 8 e 9 deste mes, no município de Calandula, 85 quilómetros a norte de Malanje, sob o lema «Construindo Caminhos para o Desenvolvimento Local em Angola».

Os representantes dos camponeses, congregados em Associações e Cooperativas e os membros das comunidades provenientes de municípios de oito províncias consideraram haver "violação aberta" da

Lei das Terras, deixando as comunidades inseguras num contexto em que "a legalização das terras e muito difícil e as instituições do Estado que tratam deste assunto não tem dado a ajuda necessária as comunidades". "A criação de um programa de apoio a concessão de títulos de reconhecimento dos terrenos rurais comunitários" consta da Declaração de Kalandula, em que os participantes fizeram o balance do cumprimento das recomendações do encontro anterior e relatórios dos encontros municipais e provinciais de 2014.

As experiencias de caixas comunitárias de crédito em curso em alguns municípios de Benguela, Huambo e Luanda, apresentadas no fórum, provaram a inserção de um novo método "de desenvolver as comunidades, através do apoio a agricultura e ao comércio". o projecto melhora a Gestão das

organizadores, permitindo o processo de reembolso dos valores creditados pela banca.

Quadros das administrações dos municípios intervencionados pela ADRA, do Governo Provincial de Malanje, dos ministérios da Economia e da Administração do Território, de organizações não-governamentais e profissionais da comunicação social participaram no encontro, que solicitou a intervenção do Ministério da Economia para apoiar as iniciativas locais, no âmbito dos seus programas de fomento a economia.

O XV Encontro Nacional das Comunidades foi orientado pelo director-geral da ADRA, Belarmino Jelembé e contou com 150 conferencistas. O Município da Humpata, na província da Huíla, foi seleccionado para acolher, no próximo ano, o XVI Encontro Nacional das Comunidades.

## 7.8 Governo entrega Lotes para autoconstrução

*Jornal de Angola*

*17 De Outubro de 2014*

*Texto: Afonso Costa e João Upale*

Um total de 5.776 lotes de terra destinados a autoconstrução dirigida esta a ser distribuído pelo Governo Provincial do Namibe a população local, no âmbito do plano de urbanização da zona do Aeroporto Welwitschia Mirabilis.

o governador Rui Falcão fez a entrega simbólica dos terrenos aos primeiros oito beneficiário, inscritos nesta primeira fase, em acto testemunhado por funcionários da Administração Municipal do Namibe e da Comissão de Ordenamento Territorial e Gestão Urbana.

Nesta primeira fase, os lotes para residências postos a disposição da Administração Municipal do Namibe pela comissão técnica vão ser distribuídos aos requerentes já registados.

o responsável da área técnica, António Francisco Tchivela, disse que já existe uma lista dos beneficiários, que corresponde ao numero de lotes disponíveis, o que vai facilitar o controlo do processo.

Os trabalhos tiveram inicio com o estudo do terreno e do mapa de urbanização, com uma área de 1.862 hectares, dos quais 1.113 hectares já executados na primeira fase, o que corresponde a 5. 776 Lotes.

António Tchivela referiu que, para já, estão disponíveis para habitação mais de cinco milhões e

meio de metros quadrados, 105.392 de zonas verdes e espaços públicos, 71.966 para equipamentos sociais e 54.728 de áreas de mercados.

Para as escolas, disse que estão reservados 10.521 metros quadrados, 71.190 para colégios, 37.202 para hospitais e 14.981 para postos médicos.

Para postos policiais existem 7.578 metros quadrados, ao passo que 192.012 se destinam a reserva do Estado.

Na segunda fase estão previstos mais 749 hectares, que correspondem a 3.695 lotes.

Antônio Tchivela disse que esta fase reserva a execução da superfície residencial, com mais de três milhões e meio de metros quadrados, 71.966 para equipamentos sociais, 35.218 de mercados, 74.404 para escolas e 34.259 para colégios, Estão igualmente reservados 11.483 para postos médicos, 11.537 aos serviços de polícia, 71.966 para zonas verdes e espaços públicos e 96.006 metros quadrados como reserva do Estado.

o administrador municipal do Namibe, Jose de Freitas, salientou que este processo de entrega de terrenos vai ser continuo e dentro de dias vão ser preparados novos processos para a segunda fase. Pediu ainda aos beneficiários para procederem de acordo com a lei, contribuindo para a diminuição de casos de venda ilegal de terrenos.

Os terrenos em distribuição são de mil metros quadrados, o que corresponde a 25 metros de largura e 40 de comprimento. "Quem construir sem autorização ou não respeitar as regras impostas pelas autoridades, vai ter a casa demolida", advertiu, referindo que foi criada uma comissão para acompanhar o processo.

## 7.9 Apelo a concessão de títulos de reconhecimento de terrenos

*Jornal Angolense*

*18 De Outubro de 2014*

*Texto: Maria Kiluanji*

Com o lema «Construindo Caminhos para o Desenvolvimento Local em Angola» a organização não-governamental angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), apoiada pelo governo provincial de Malanje, realizou o 15º Encontro Nacional das Comunidades, na primeira semana deste mes (dias 8 a 9), em Kalandula, província de Malanje.

o encontro, cuja abertura coube ao governador anfitrião, Norberto dos Santos «Kwata Kanawa», integra um processo que começou com a realização de 17 encontros municipais e cinco provinciais, que envolveram cerca de 1000 pessoas.

Durante os dois dias da reunião os participantes balancearam o 14º Encontro Nacional das Comunidades e os encontros municipais e províncias deste ano. Foi feita também a apresentação e discussão das experiencias das comunidades e da descentralização e desenvolvimento locais em Angola.

Depois da discussão dos assuntos definidos no programa do evento, os participantes chegaram a conclusão que existem ainda varias situações de expropriação e usurpação de terras nas comunidades rurais. Essas situações violam a Lei. As comunidades não se sentem seguras com as suas terras.

Por outro lado, a legalização das terras e muito difícil, e as instituições do Estado que tratam deste assunto, não tem dado a ajuda necessária as comunidades, além de que algumas autoridades tradicionais também não cumprem com a sua função de defender as terras dos camponeses.

Perante esta situação, os participantes ao 15º Encontro Nacional das Comunidades consideram um problema grave a violação dos direitos das comunidades. Lançam, por isso, um apelo ao Executivo para a criação de um programa de apoio a concessão de títulos de reconhecimento dos terrenos rurais comunitários, conforme está previsto na Lei de Terras.

«As experiencias de caixas comunitárias de crédito que estão a ser realizadas em alguns municípios de Benguela, Huambo e Luanda mostram que esta pode ser uma forma de desenvolver as comunidades através do apoio a agricultura e ao comércio.

Caixas comunitárias de crédito As caixas comunitárias de crédito é um serviço importante das quais as cooperativas podem se servir e precisam ter para contribuírem melhor no desenvolvimento das comunidades.

Verifica-se ainda que o sistema de gestão destas caixas tem garantido o processo de reembolso. Assim, os participantes solicitam ao Ministério da Economia que implementem programas de fomento da economia local apoiando iniciativas com resultados concretos para a melhoria das condições de vida das comunidades.

A ADRA apelou por isso aos bancos comerciais a apoiarem também estas experiencias. Os participantes

concluíram também que a participação das comunidades e um factor importante para o desenvolvimento local e que é necessário que haja maior dialogo entre instituições do Estado.

A criação dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACSS) nos municípios e uma forma de melhorar a governação local, sublinharam. E apelaram o Executivo a acompanhar melhor o funcionamento destes órgãos porque constituem ainda uma oportunidade para melhorar a administração.

Concluíram também que a agricultura é uma área importante para o desenvolvimento local, recordando que em Angola a produção agrícola é quase toda feita pelos camponeses. No entanto, estes continuam a enfrentar muitas dificuldades na realização das suas actividades, principalmente a falta de assistência técnica, de crédito e outras.

Os camponeses e agricultores precisam de melhorar as técnicas de cultivo para que possam aumentar a produção e com isso terem mais rendimento. Em algumas províncias, como Benguela e Malanje, Governo distribuiu tractores as associações e cooperativas, que é muito importante para o desenvolvimento da agricultura. Mas os camponeses precisam de ser apoiados para que utilizem bem estes meios e que tenham condições para fazer a sua manutenção.

Outra decisão tomada no evento reside no facto de existem ainda poucas mulheres nas associações e cooperativas. Por isso elas participam pouco nas discussões dos assuntos sobre o desenvolvimento das comunidades. Assim sendo, os líderes das associações e cooperativas devem aumentar a participação das mulheres nos órgãos de direcção destas organizações,

Os participantes ao 15º encontro nacional da ADRA escolheram o município da Humpata, Província da Huíla, para albergar o Encontro Nacional do ano de 2015.

## 7.10 Terreno livre de minas

*Jornal de Angola*  
21 De Outubro de 2014

A reserva fundiária de Kaluapanda, a sul do Cuito, esta livre de minas desde de Setembro, anunciou ontem o chefe de departamento provincial do Instituto Nacional de Desminagem (INAD).

Barnabé Frederico referiu que foram retirados nove engenhos explosivos não detonados, além de varias munições e outros objectos bélicos e que há "todas as

condições de segurança" para o Governo Provincial utilizar a área. O INAD já anunciara que no primeiro semestre que desminará na província uma área equivalente a 7.300 campos de futebol, que abrangiam o projecto agrícola da fazenda e a barragem de Camacupa, bem como as reservas fundiárias do Cuito e Cunhinga.

Este ano foram removidos até Junho 491 engenhos explosivos não detonados, entre os quais 11 minas anti-pessoal, cinco minas anti-tanque, 12 projecteis de 12 BM-21 e 5.351 munições de diversos calibres.

## 7.11 Exploração de Inertes prejudica ambiente

*Jornal de Angola*  
22 De Outubro 2014

O chefe da divisão de florestas do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província do Bié alertou para as consequências nocivas para o meio ambiente que a exploração anárquica de inertes e as queimadas acarretam.

Júlio da Costa explicou que o comportamento negativo do homem para com a Natureza, tem implicações nas alterações climáticas e, conseqüentemente, a morte de diversas espécies de animais.

Por essa razão, considerou preocupante o abate indiscriminado de animais e arvores na província, sobretudo nas zonas rurais, por parte de caçadores e carvoeiros ilegais, e realçou que a acção compromete a reprodução animal e o crescimento das plantas.

Para evitar a progressão desta situação, aconselhou as autoridades tradicionais e a população em geral a colaborarem com aquela instituição, através de denúncia de todas praticas prejudiciais, para desencorajar os caçadores e os homens que praticam as queimadas

### Divisão florestal

A divisão de florestas do IDF tem realizado palestras, com objectivo de esclarecer as comunidades sobre a importância da biodiversidade e alertar para os problemas que lhe estão associados, com as alterações climáticas, as rápidas mudanças de diferentes habitats e as conseqüentes modificações nas taxas de reprodução animal e no crescimento das plantas.

## Biodiversidade

A biodiversidade é o termo utilizado para definir a variabilidade de organismos vivos, flora, fauna, fungos macroscópicos e micro-organismos, abrangendo a diversidade de populações de uma espécie e a diversidade de interações entre espécies e a diversidade de ecossistemas.

Biodiversidade inclui, assim, a totalidade dos recursos vivos, ou biológicos, e dos recursos genéticos e seus componentes, tendo em conta que a espécie humana depende da biodiversidade para a sua sobrevivência.

### 7.12 Lei de terras atrapalha sobas nas Lundas

*Jornal A Capital*  
25 De Outubro de 2014  
Texto: Domingos Júnior

Esses casos não são novos mas, nos últimos dias, ganharam mais vigor com os acontecimentos de Cafunfo, em que supostos efectivos da Policia Nacional teriam alegadamente tirado a vida a duas pessoas. "As Lundas tem muitos problemas que devem ser resolvidos o mais depressa possível", disse a este jornal o soba Mário Katapi, que revelou ainda que as entidades tradicionais, de modo particular, debatem-se com fenómenos como o esbulho das suas, terras sob pretexto de as mesmas conformarem "propriedade do Estado".

Explicou, por exemplo, que o povo Lunda Tchokwe vive numa região que, desde os primórdios, era considerada "um império", pelo que é "estranho e inaceitável" que pessoas que desconhecem as especificidades da área infringam regras sem consultar as autoridades locais. "Sentimos que estão a saquear as nossas riquezas e muita gente dessa terra tem morrido quando tenta beneficiar-se do que é seu", caracterizou aquela autoridade tradicional, apontando a região de Catoca como exemplo, por nela trabalharem "poucos filhos da terra". "Não se trata de regionalismo, mas sim a necessidade de termos nessas empresas que exploram diamantes pessoas influentes e sensíveis aos problemas locais", observou.

o soba entende ser a terra a herança mais importante deixada pelos seus antepassados, daí que as leis promovidas pelo Estado não podem "atrapalhar" aquilo que é secular, nem deve prejudicar modo de vida das autoridades tradicionais "que foram instituídas antes do Estado moderno".

Contou que, no princípio, aquando da elaboração da Lei de Terras, os sobas foram informados que apenas

teriam benefícios com a referida lei, mas hoje tudo "vai em sentido contrario", uma vez que, sustentam, os donos da terra "perderam o direito da mesma".

A reclamação dos sobas vai mais além: sugerem que as Lundas (Norte e Sul) gozem de estatutos especiais semelhantes ao atribuído a Cabinda. "Tem quase as mesmas especificidades", reforçou. verificaram que tanto nos discursos políticos do Executivo como dos partidos políticos na oposição, a situação em Cabinda tem merecido mais atenção em relação as Lundas. "Normalmente, as regiões que produzem riqueza tem sido palco de vários conflitos que podem ser dirimidos, se houver vontade de quem governa", sugeriu o soba Mário Katapi.

A violação dos direitos humanos, especificou, e uma dessas situações que ocorrem tanto em Cabinda como nas Lundas, envolvendo principalmente forcas da ordem.

Reconhece, no entanto, que o Executivo tem gizado boas políticas de desenvolvimento e segurança territorial, mas que no terreno a sua aplicação tem ferido sensibilidades. "Há vários casos de abuso do poder e da força", assinalou.

### 7.13 Angola cumpre pressupostos legais

*Jornal de Angola*  
28 De Outubro de 2014  
Texto Gabriel Bungai

O ministro de Geologia e Minas, Francisco Queirós, disse ontem em Luanda durante um seminário sobre "Princípios Voluntários", promovido pelo Executivo em colaboração com o Reino Unido, no âmbito do protocolo dos "Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos" que o Estado angolano observa os Direitos Humanos nos sectores petrolífero e diamantífero.

Francisco Queirós referiu que Estado atribui senhas mineiras aos cidadãos que se dedicam a produção artesanal de diamantes e da prioridade aos Ex-militares e respectivas famílias.

O seminário foi organizado para consolidar os métodos de actuação policial e de segurança com o fim de garantir os direitos das comunidades na exploração industrial e artesanal de diamantes. "o seminário representa a concretização prática do compromisso do Executivo e enquadra-se ainda no contexto do plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) e do Processo Kimberley", disse Francisco Queirós, o país dispõe de leis e instituições

que protegem os Direitos Humanos e o governante referiu que Angola esta aberta ao Mundo e pretende partilhar a sua experiência de segurança na industria extractiva. Em casos de violação de Direitos Humanos, os cidadãos e as instituições podem levar a Provedoria de Justiça queixas e reclamações por acções omissas dos poderes públicos.

"O Estado possui anda a Policia Nacional para garantir a defesa da segurança e tranquilidade públicas, a protecção das instituições, dos cidadãos, dos bens, dos direitos e liberdades fundamentais", sublinhou Francisco Queirós, que acrescentou que Angola e hoje um país seguro e pacifico graças a eficiência de actuação destes órgãos.

10 embaixador britânico em Angola, John Dennis, disse que os Princípios Voluntários Sobre Direitos Humanos dão orientações sobre práticas empresariais responsáveis que as empresas podem adoptar nas suas actividades. O Reino Unido preside aos Princípios Voluntários e John Dinnis disse que durante o seu mandato vai incentivar governos e empresas a aderirem através de maior responsabilização e transparência.

Todos os membros da organização, disse, estão a implementar o protocolo e a situação de violação de direitos humanos nas zonas de exploração de minérios melhorou em relação aos anos anteriores.

O seminário dirigido as empresas de segurança privadas contratadas pelas empresas mineiras e as forças de ordem pública instaladas nas zonas de extracção mineira, os participantes partilharam experiência do Quénia, Gana e Tanzânia sobre a aplicação dos princípios Voluntários de Segurança e Direitos Humanos na industria extractiva.

Os Princípios Voluntários constituem um protocolo entre Governos, Organizações Não-Governamentais e as empresas do sector extractivo para a observância dos Direitos Humanos em zonas de conflito.

Os participantes reflectiram também sobre a Lei das empresas privadas de segurança em Angola e partilharam experiências de companhias petrolíferas de grande dimensão que operam em Angola, como a Total, Shell, BP e Angola LNG.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Crescimento económico, caos urbano e argumentos políticos

*Novo Jornal*

*03 De Outubro de 2014*

*Texto: Sérgio Calundungo*

O CENTRO DA CIDADE de Luanda tornou-se uma das áreas que apresenta problemas sérios no trânsito, engarrafamentos constantes, falta de espaço nos passeios para pedestres e outros problemas, que os novos e modernos edifícios não conseguiram esconder, apesar do seu tamanho e imponência.

Os espaços de estacionamento próximos ao local onde se construiriam os majestosos prédios não comportam todas as "viaturas que frequentaram o local, os automobilistas são obrigados a estacionar ou parar em locais impróprios, complicando a vida de quem vive ou trabalha nos arredores.

Os edifícios podem até ser grandes, modernos e luxuosos, mas as ruas onde foram erguidos são pequenas e estreitas, dificulta o trânsito que piora nas horas de ponta, em dias de obras ou eventos inesperados, chega mesmo a interromper por largos momentos a circulação de veículos e pessoas de um lado para outro da cidade. Os investimentos imobiliários podem até ter contribuído para o aumento da riqueza económica da cidade, mas não creio que seja início, nem pode ser o melhor sinal de que crescimento e a prosperidade económica estão a trazer-nos desenvolvimento humano de maneira justa, equilibrada e sustentável.

Tal como esta a ser feito, no caso de Luanda, podem os inúmeros investimentos no sector imobiliário contribuir para o "bem viver", a sustentabilidade ambiental e urbana? O aspecto económico e o que interessa?

Num curto espaço de tempo, Luanda tornou-se numa das cidades mais ricas do continente africano. Se tivermos em conta apenas pelo valor do PIB per-capita, sem dúvida que Luanda apareceria a frente de muitas capitais africanas na lista de capitais com maior PIB per-capita do continente.

Mas se esta mesma lista fosse analisada, aplicando critérios que ajudassem a perceber como estamos em matéria de Desenvolvimento Humano, por exemplo, seria fácil verificar que, do ponto de vista da qualidade de vida, Luanda não oferece condições de

vida dignas para a maior parte dos seus milhares de habitantes.

A cidade pode até estar entre aquelas que atraem mais investimentos privados ao nível do continente, mas em matéria de colectores e tratamento de esgotos, fornecimento de água potável, energia eléctrica ou no que se refere a doenças relacionadas com a falta de saneamento básico, certamente que não estamos bem.

Crescimento económico e caos são apenas indicadores de alguns equívocos que nos impedem de aceitar as evidências segundo as quais e preciso rever, em alguns aspectos, o modelo de desenvolvimento em vigor.

### 8.2 Epal desapontada com o desperdício de água na centralidade de Kilamba

*Jornal Manchete*

*3 De Outubro de 2014*

*Texto De: Moreira Mário*

Os moradores da Centralidade do Kilamba tem estado a desperdiçar em abundância a água potável que jorra nas torneiras das suas residências, desde que se procedeu a entrada em funcionamento do Centro de tratamento de Águas, 24 sobre 24 alguns moradores da referida centralidade que denunciaram o facto através das rádios, pediram a pronta intervenção da Empresa Publica de Águas de Luanda (EPAL).

Em visita ao local nesta segunda-feira 22, o Presidente do Conselho de Administração, Leonídio Seitas, lamentou o comportamento daqueles moradores. o responsável aproveitou também a ocasião para mostrar aos órgãos de comunicação social presentes, os serviços que a EPAL te vindo a desenvolver nos últimos meses.

De acordo com o mesmo, a Estação de Tratamento de Águas na Cidade do Kilamba funcionam 24 sobre 24 horas. Fez saber que empresa publica vai estender estes serviços para outros pontos da província de Luanda, o que poderá vir a melhorar o abastecimento de água potável as populações,

Na Cidade do Kilamba existem duas estações de águas, sendo uma trata da água potável que e fornecida a respectiva centralidade e a outra estação trata das águas residuais. Contudo, as duas estações estão a ser operadas pela EPAL e contam com a parceria de uma empresa chinesa. O PCA diz que a quantidade de água que entra para estação de

tratamento de águas residuais, indicia a existência de mau uso do precioso líquido na Cidade do Kilamba. "As pessoas tem deixado as torneiras abertas em suas casas, e tudo isto leva-nos a crer que o volume de água distribuído neste momento na Cidade do Kilamba, esta acima das necessidades", referiu, apelando os moradores a não obrigarem a EPAL a restringir abastecimento do precioso líquido, ao mesmo tempo que pediu os mesmos a fazerem o uso racional da água,

Leonídio Seitas falou também do abastecimento de água potável na zona da Vila de Viana, bem como da zona do Zango. Esta última, cuja construção da estação de tratamento de águas entra na sua segunda fase, entra em funcionamento em Dezembro deste ano. "A intenção da EPAL e que a partir desta estação, começa-se a produzir água suficiente para que as casas na zona do Zango tivessem água 24 sobre 24 horas", salientou.

### 8.3 Lotes de superfície

*Jornal a Republica*  
03 De Outubro de 2014

Falando na entrega de títulos de concessões a ex-militares, desempregados, funcionários públicos, entre outros cidadãos, o governador exortou os beneficiários a fazerem um uso devido do local, atendendo as características da reserva e dos projectos que sempre pretendem implantar.

A reserva fundiária, na qual tão projectadas 31 parcelas com mil metros quadrados cada, contara com cinco redes viárias principais e outras 13 redes de estradas secundárias cujas construções no local contarão com edifícios de andares uni-familiares. O processo de elaboração da proposta de ordenamento da reserva fundiária sul de Benguela teve início a 13 de Julho de 2013 por orientação e supervisão do governador provincial, Isaac Maria dos Anjos.

### 8.4 Consumo de água potável reduz doenças diarreicas

*Jornal de Angola*  
08 De Outubro 2014

Os casos de doenças diarreicas originadas pelo consumo de água não tratada no município de Sanza Pombo, 155 quilómetros a nordeste da cidade do Uíge, registaram uma redução nos últimos tempos, fruto de instalação de sistemas de abastecimento em varias localidades.

O administrador municipal de Sanza Pombo, Baptista Bunga, informou a Angop que foram instalados oito sistemas de água através de furos nos bairros periféricos da vila, no âmbito do programa de combate a pobreza.

"Com esta acção conseguimos combater as doenças diarreicas em crianças. As diarreias desapareceram, porque a água que consumiam era imprópria", disse Baptista Bunga.

O hospital local outrora registava muitos casos de doenças diarreicas, sobretudo em crianças, mas desde que a população começou a consumir água tratada estes reduziram consideravelmente.

O administrador assegurou ainda que os Programas Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate a Pobreza estão a contribuir para a rápida melhoria da qualidade de vida das populações do meio rural.

O município de Sanza Pombo dista 155 quilómetros da cidade do Uíge e tem uma população estimada em 104 mil habitantes, que se dedicam essencialmente a agricultura.

### 8.5 Executivo propõe a aposta forte na formação

*Jornal de Angola*  
08 De Outubro de 2014  
Texto: Adelina Inácio

O Executivo vai propor que o novo financiamento disponibilizado pela União Europeia para Angola no sector das Águas e saneamento prioriza a formação de quadros, o director nacional das Águas reuniu ontem com os directores provinciais do sector para balancear os investimentos feitos e perspectivar as acções do novo financiamento.

Lucrecio Costa garantiu que o país tem uma proposta clara das necessidades futuras até ao ano 2020 em matéria de recursos humanos e perfis de formação. Afirmou que o próximo programa vai permitir a implementação de acções de formação em conformidade com o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Recursos Humanos no sector das Águas.

O Executivo e a União Europeia (UE) estão a negociar o programa de cooperação com Angola ao abrigo do 11 FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento), que vai de 2014 ate 2020. O financiamento disponibilizado pela união Europeia a Angola ultrapassa os 200 milhões de euros.



A água e o saneamento são um dos sectores de intervenção prioritários, juntamente com o desenvolvimento rural e agricultura sustentável e formação profissional e ensino superior.

Lucrécio Costa disse que Angola tem muita boa expectativa em relação a segunda fase do financiamento da União Europeia, adiantando que o sector das Aguas foi o que mais se destacou em termos de implementação de projectos com entidades externas, com destaque para a União Europeia, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Europeu de Investimento, Banco Mundial e o PNUD.

O director nacional das Aguas afirmou que o sector está a elaborar os documentos de base para a futura regulamentação, para a qualidade de água para o consumo humano. "Temos também a perspectiva de continuarmos a ampliação da rede de laboratórios no país. Nos próximos seis anos, o Executivo vai construir, no mínimo, dois laboratórios por ano, nos próximos seis anos", disse o director.

#### Projectos até 2016

Lucrécio Costa anunciou que, no próximo ano, o Executivo e a União Europeia vão discutir e aprovar um projecto com implementação concreta em, 2016. O director da Energia e Aguas na província de Malanje, Jacinto Kacutu, defendeu a aposta do Executivo na formação de quadros para o sector das águas.

"Malanje tem um departamento de aguas com uma secção de mobilização social e de recursos humanos, mas falta capacidade dos quadros locais", admitiu Jacinto Kacutu, para quem a formação dos quadros pertencente a área dos recursos humanos seria uma mais-valia para os responsáveis provinciais do sector.

Celestino João, director da Energia e Aguas no Moxico, lembrou que o sector na província não tinha uma análise futurista. Por isso, e de opinião que o enquadramento do pessoal no sector das aguas não pode ser feito de forma aleatória. "O sector das Aguas na província tem falta de técnicos. Temos de realizar um concurso (publico) para o sector das águas", sugeriu.

Baptista Dala, da província da Lunda Norte, defendeu igualmente a formação no sector das Aguas. Entende que o Ministério da Educação deve estar capacitado para dar resposta aos problemas relacionados com a falta de quadros. "Podemos ir as escolas e seleccionar o pessoal com capacidade que o sector necessita", defendeu.

José Luís Amaro Silva revelou que umas das prioridades da província do Cuanza Sul, no sector das Aguas, e a aposta nos recursos humanos e a Criação da empresa publica de saneamento da província. A reunião teve como objectivo balancear os últimos 50 meses do projecto de Assistência Técnica co-financiado pela União Europeia.

De acordo com o relatório apresentado durante a reunião de ontem, a execução global das actividades foi de 99 por cento em todo território nacional e a execução global de recursos humanos e financeiros foram de 98 por cento.

## 8.6 Mais pessoas no Cunje estão com água potável

*Jornal de Angola*  
09 De Outubro 2014

O sistema de captação, tratamento e distribuição de água ao Cunje, Bié, financiado pelo Banco Mundial e em funcionamento em regime experimental, concluído há alguns meses, apenas foi inaugurado agora "por questões técnicas", disse a administradora comunal.

Alzira Ucuenhanga anunciou ainda que vão ser feitas ligações a 2.311 domicílios e instalados 32 chafarizes.

O novo sistema, com capacidade de bombear cem metros cúbicos por hora, que beneficia mais de 60 mil dos 150 mil habitantes do Cunje, tem um tanque de 10 mil litros, moto-bombas e grupo gerador de energia.

## 8.7 Administração do Cazenga distribui água

*Jornal de Angola*  
10 De Outubro de 2014  
Texto: André Brandão

Moradores do Cazenga, em Luanda, estão a beneficiar de água potável, distribuída porta-a-porta, de forma gratuita, por camiões cisternas, numa iniciativa da administração local.

De acordo com o administrador, Victor Nataniel Narciso, o município regista algumas avarias que tem dificultado o abastecimento de água na localidade.

Segundo o administrador municipal do Cazenga, o projecto, reiniciado recentemente, esta inserido no programa de impacto social do Executivo e visa apoiar as comunidades na obtenção de agua potável, Victor Nataniel Narciso reconheceu que tem havido

dificuldades no fornecimento normal de água, principalmente devido a avarias no sistema de abastecimento do município mas, apesar de alguns constrangimentos que não permitiram a passagem da água, a administração procurou os mecanismos para apoiar a população o dirigente pediu aos munícipes maior racionalização e contenção de gastos da água para permitir um melhor abastecimento no local.

Cazenga é um dos sete municípios da província de Luanda e possui três comunas, Tala-Hadi, Cazenga e Hoji-ya-Henda.

## 8.8 Saneamento básico, Agencia de resíduos entra na luta contra fome e pobreza

*Jornal Agora*

*10 De Outubro de 2014*

A Agencia Nacional de Resíduos (ANR), criada ao abrigo do Decreto Presidencial n.181/14, de 28 de Julho, dará maior visibilidade a questão dos resíduos, contribuindo para a diversificação da nossa economia, projectando o surgimento de varias oportunidades de negocio, destacou, nesta terça-feira, a ministra do Ambiente, Fátima Jardim.

A titular do Ambiente falava durante a cerimonia de empossamento dos membros do Conselho de Administração da ANR, tendo salientado que esta iniciativa Presidencial, implementada pelo seu pelouro, ajudara no cumprimento do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos e dará oportunidades para o surgimento de industrias de reciclagem, assim como a criação de novos postos de trabalho, numa perspectiva de combate a fome e a pobreza.

Com a criação deste novo organismo, a ministra augura maior dinamização nas actividades de fiscalizavas e de limpeza urbana e arredores, feita pelas operadoras, assim como maior dinamismo nas iniciativas de sensibilização e educação da população, no que diz respeito a gestão dos resíduos no pais.

Fátima Jardim referiu, igualmente, que a Agencia Nacional de Resíduos devera atender as reclamações dos cidadãos que queiram ver melhorada a prestação de serviços de saneamento básico.

ATRIBUICOES DA ANR. A Agencia nacional de Resíduos (ANR) tem, entre outras incumbências, regulamentar a actividade de concessão de serviço público na área de resíduos e o procedimento na avaliação dos métodos técnicos de gestão e resíduos, tendo em conta os critérios de custo-eficiencia.

A ministra Fátima Jardim entende que "precisamos de fazer que a questão dos resíduos tenha maior visibilidade para a diversificação da economia e, por isso, todos devemos trabalhar para o crescimento sustentável de Angola".

A ANR é um órgão autónomo e independente, localizada no Projecto 'Nova Vida' e tem Sabino Ferraz como presidente do Conselho de Administração.

Em contrapartida, o Ministério do Ambiente realizou, recentemente, a campanha limpemos Angola', no município do Cazenga.

Estas campanhas de sensibilização decorreram sob lema por uma Angola Limpa e Segura, visando assinalar o dia 15 de Setembro, data consagrada ao projecto 'Clean Up the World', que pretende educar e sensibilizar as comunidades mundiais sobre a necessidade de um maior envolvimento de todos para um ambiente mais puro.

Mas, a sensibilização da população, quanto ao saneamento básico, deve ser um exercício constante, levando a que as pessoas interiorizem o hábito de higiene a partir dos seus locais de residência.

"Numa cidade como Luanda, onde a produção de resíduos e diária, são necessárias estratégias de recolha e tratamento mais agressivos. E preciso afinar os métodos de trabalho neste domínio do lixo", referiu um antigo morador da capital que produz 1,3 milhões de toneladas de resíduo por ano.

Alias, um diagnostico do Ministério do Ambiente da conta que o país produz, anualmente, cerca 3.5 milhões de toneladas de resíduos urbanos. Os dados disponíveis mostram que cada pessoa produz diariamente quatro quilogramas de lixo.

A ministra do Ambiente revelou, recentemente, que ate 2025 Luanda poderá aumentar os níveis actuais de produção de lixo na ordem dos 146%.

"Através de um diagnostico nacional, feito em 2012, foi possível concluir que, em Angola, são produzidas, anualmente, 3.5 milhões de toneladas de resíduos urbanos", indicou Fátima Jardim.

## 8.9 Empresas Publicas de aguas têm novos gestores oficiais

*Seminário Angolense*

*11 De Outubro de 2014*

*Texto: Nelson Sul D'Angola*

O Ministro da Economia, Abraão dos Santos Gourgel, nomeou os novos responsáveis das Empresas Publicas de Aguas e Saneamento de Benguela e Lobito, nove meses depois da entrada em vigor, em Novembro do ano passado, do novo estatuto orgânico dessas companhias estatais sedeadas na província de Benguela.

Sob proposta do Ministro da Energia e Aguas, João Baptista Borges, e em despachos publicados em Diário da Republica, na ultima terça-feira, dia 7 de Outubro, Abraão Gourgel nomeou como presidente do Conselho de Administração da Empresa de Aguas e Saneamento de Benguela (EASB), o engenheiro Jaime Alberto, ate então coordenador das comissões de gestão das duas empresas publicas locais do sector.

Para administrador da área técnica, foi nomeado Paulo Jorge Fernandes, enquanto Eva Dinamene da Costa foi indicada como administradora para área administrativa e financeira.

Num outro despacho, o ministro Gourgel nomeou como presidente do Conselho de Administração da Empresa de Aguas e Saneamento do Lobito (EASL), o ex-vice governador de Benguela, Henrique Calengue. Adilson Dellay Goncalves foi nomeado administrador para área técnica, ao passo que, para administradora para área administrativa e financeira, foi nomeada Sandra Milena Nangu, directora em exercício da Energia e Aguas do Governo Provincial de Benguela.

Com a nomeação dos membros dos conselhos de administração das duas empresas publicas de aguas e saneamento da província de Benguela, esta definitivamente encerrada o longo período de anormalidade funcional e institucional observado há mais de uma década nas referidas empresas, ate então sempre administradas por comissões de gestão.

Outras nomeações Entretanto, para alem da nomeação dos responsáveis das duas empresas acima citadas, foram igualmente nomeados os membros do Conselho de Administração da Empresa de Aguas e Saneamento do Cunene (EASC), que terá como presidente Fernando Cunha. Evangelito Cunha e o administrador para área técnica e Veridiana Maria José a administradora para a área administrativa e financeira.

Para o Conselho de Administração da Empresa de Aguas e Saneamento de Malanje (EASM), foi nomeado presidente Carlos Francisco João, Oscar Ferreira e o administrador para a área técnica e Deny Pinto Leite a administradora para a área administrativa e financeira.

Para presidente do Conselho de Administração da Empresa de Aguas e Saneamento do Bie (EASB), foi nomeado Menezes Muango Aurelio Chipilika e o administrador para a área técnica e Maria Rosa Lourdes a administradora para a área administrativa.

Das nomeações efectuadas pelo ministro da Economia, ressalta um facto, no mínimo, mais do que curioso: se, por um lado, os cargos de presidente do conselho de administração foram todos confiados a quadros do sexo masculino, por outro, as funções de administradora para a área administrativa e financeira foram no geral confiadas a quadros do sexo feminino, se calhar, por elas actuarem com mais parcimónia e menos propensão para desfalques. Pelo menos teoricamente.

Salienta-se que as referidas empresas, de acordo com os Ministérios da Economia e da Energia e Aguas, foram criadas no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Sector das Aguas e respectivo Plano de Acção de Curto, Médio e Longo Prazos, que estabelecem a necessidade de empresarialização da gestae e exploração dos sistemas de abastecimento publico de aguas e saneamento, tendo em vista a sua optimização, no quadro da consolidação das politicas do Estado para o sector.

De acordo com a legislação em vigor, aprovada por decreto presidencial, as empresas publicas de Aguas e Saneamento deixaram de estar sob alçada dos governos províncias, passando agora para a dependência directa dos ministérios da Economia e da Energia e Aguas.

## 8.10 Bairro da Pedreira com saneamento básico precário

*Jornal de Angola*

*13 De Outubro de 2014*

*Texto: Nilza Massango*

A Rua Doutor António Agostinho Neto, no Bairro da Pedreira, Sambizanga, esta desprovida de contentores de lixo, situação que preocupa os moradores por causa do acumulo de lixo durante dias e dias por falta de recolha por parte da empresa responsável.

São os próprios moradores que transformam a rua em lixeira. Na falta de contentores, acabam por depositar o lixo no chão. O carro de recolha não aparece todos os dias, facto que provoca o surgimento de muitos montes de lixo espalhados por toda a rua.

A Rua Doutor António Agostinho Neto não é asfaltada. A falta de saneamento básico é bem visível. Além do lixo depositado no chão, os moradores também deitam água suja na rua, o que torna a rua Lamacentas e com charcos de água permanentes.

Os únicos contentores existentes estão na estrada principal, a poucos metros da Rua Doutor António Agostinho Neto, mas os moradores insistem, ainda assim, em depositar o Lixo no chão, Alegam que os contentores estão distantes de casa.

Os moradores defendem que a Rua Doutor António Agostinho Neto deve ter pelo menos um contentor de lixo, para evitar que este seja depositado no chão.

Um morador da Pedreira disse na ocasião que existe o sistema "sacos a porta", que consiste em os moradores ensacarem o lixo e deixarem a porta das residenciais ou ao longo da rua para uma posterior recolha.

Mas nem sempre há condições para comprar os sacos, pois acarretam gastos que pesam ao orçamento familiar. Por isso, a solução passa pela instalação de contentores. o Centro de Saúde Doutor Agostinho Neto, localizado na mesma rua, fica "ilhado" de lixo quando o carro não passa.

A administração do centro disse que o problema do lixo depositado defronte do centro de saúde é "pura falta de consciência" dos moradores. O centro também produz lixo ou os chamados resíduos hospitalares, mais delicados de remover. Quando a empresa responsável pela recolha não aparece, a opção é a queimada, uma solução que levanta o problema da poluição do ar.

No interior do centro de saúde do bairro da Pedreira, o Lixo também permanece durante dias e os responsáveis pela recolha só aparecem raramente, quando são chamados para um trabalho que deve ser feito diariamente. o saneamento básico do Bairro da Pedreira é precário e a falta de contentores estende-se um pouco por todas as ruas, situação que afecta a saúde.

## 8.11 Centro começa a funcionar em Novembro

*Jornal de Angola*

*13 De Outubro 2014*

O centro de captação, tratamento e distribuição de água, em construção na cidade de Menongue, capital da província do Cuando Cubango, e inaugurado em Novembro, anunciou o governador provincial.

Higino Carneiro fez este anúncio na abertura da III conferência provincial extraordinária do MPLA, quando fazia referência às acções realizadas e às que estão em curso, no âmbito da aplicação do Plano Nacional de desenvolvimento.

o novo sistema vai permitir melhorar o fornecimento, qualidade e quantidade de água potável às populações. já que vai permitir a ligação domiciliar em mais de 12 mil residenciais.

o programa de melhoria da qualidade de água às populações foi igualmente aprovado e está em curso nas demais sedes municipais, comunais e em algumas aldeias.

Sobre o fornecimento da energia eléctrica, o político frisou estar concluída a obra para o aumento da rede de baixa e média tensão, na cidade de Menongue.

O Governo do Cuando Cubango está, de acordo com Higino carneiro, a desenvolver acções para instalar um sistema de referência de energia e iluminação pública nas sedes municipais do Cuito Cuanavale e Cuchi, situadas a 188 e 94 quilómetros da cidade de Menongue.

Em relação ao Programa Nacional de Habitação, o governador do Cuando Cubango disse que o projecto dos 200 fogos por município continua em curso e que até ao momento foram já construídas e prontas para venda mais de 500 residências e outras 700 moradias estão em construção, No sector dos transportes, Higino Carneiro destacou a construção e modernização do aeroporto de Menongue, pronto para ser inaugurado ainda este mês, assim como a construção dos aeródromos de Rivungo, Cuangar e Caila.

"Estes empreendimentos vão ser uma mais-valia para O desenvolvimento da província do Cuando Cubango", disse.

## 8.12 Construídas latrinas no Bié

*Jornal de Angola*

*13 De Outubro de 2014*

*Texto: Delfina Vitorino*

Uma organização Não-Governamental checa construiu mais de 600 latrinas comunitárias em 94 aldeias da província do Bié, informou o representante da referida instituição.

Hugo de Almeida disse que desde 2011 a Organização esta engajada neste processo para permitir que as pessoas vivam com saúde.

As latrinas foram construídas em quase todas as comunas dos municípios de Catabola, Andulo, Nharea, Chinguar, Camacupa, Cuito e Chitembo e a Organização vai continuar a construir latrinas noutras localidades da província. A Organização Não-Governamental checa promoveu um seminário sobre a aplicação de programas de saneamento sanitário, que foi dirigido aos administradores municipais e autoridades tradicionais. o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas do Bié, José Fernando Tchaturvela, elogiou o empenho da instituição pela realização do seminário sobre saneamento básico e promoção de campanhas de higiene, sobretudo junto das comunidades. "Estamos satisfeitos e solicitamos que haja mais encontro do género", disse.

## 8.13 Melhor abastecimento de água potável

*Jornal de Angola*

*18 De Outubro de 2014*

*Texto: Dionísio David*

O programa de distribuição de água potável em varias localidades da província do Cunene esta a atingir níveis elevados, revelou ontem, em Ombadja, o director local da Energia e Aguas.

João Borges explicou que estes níveis satisfatórios se devem aos esforços que o Governo tem feito para estender o serviço as áreas mais distantes e realçou a distribuição de agua potável na vila de Xangongo e nas localidades de Mongua, Mbulunganga e Missão de Omilunga.

João Borges, que falava durante a visita ao Cunene da governadora da região de Ombreai, na Namíbia, Sofia Shaningua, disse que só na vila do Xangongo, onde esta localizada a estação de tratamento e distribuição de agua, foram feitas, ate ao momento, 1.350 ligações domiciliarias, das 1.590 previstas.

N a cidade de Ondjiva, com três mil ligações nos bairros dos Castilhos, Pioneiro Zeca, Naipalala I e II, foram igualmente construídos vários chafarizes, o que representa 80 por cento da fase conclusiva do projecto de expansão de agua, o director provincial da Energia e Aguas referiu que o projecto, alem de servir as populações, abrange também o gado. Para isso, foram instalados, de cinco em cinco quilómetros, chafarizes com lavandarias e bebedouros para os animais. João Borges anunciou para breve a instalação da conduta moderna para o bairro da Caxila e periferia, no âmbito da ampliação do sistema de abastecimento de água.

A governadora da região de Ombreai disse estar satisfeita com o projecto de construção da barragem hídrica de Calueque, no Rio Cunene, por se tratar de um empreendimento que vai beneficiar ambos os países.

Shophia Shaningwa sublinhou que ficou impressionada com a envergadura do referido projecto e pela forma como o Governo Provincial do Cunene esta a aplicar o dinheiro.

## 8.14 Novo sistema de agua em fase de construção

*Jornal de Angola*

*19 De Outubro de 2014*

*Texto: Fula Martins*

Um novo sistema de captação de agua esta em construção no município de Catchiungo, província do Huambo. A colocação da primeira pedra foi feita pelo director Nacional das Aguas, Lucrecio Costa.

Dentro de dez meses, quando os trabalhos terminarem, os habitantes daquela região podem voltar a consumir água potável, depois de mais de três décadas sem esse precioso bem.

O director nacional das Aguas disse que o projecto de expansão do sistema de abastecimento contempla duas componentes. A primeira consiste na construção da rede de distribuição de 35 quilómetros de extensão, com 2.600 Ligados domiciliarias, 53 fontenários e uma reservatório de 1.200 metros cúbicos.

A segunda consiste na ampliação da capacidade de distribuição da água na ordem dos 750 metros cúbicos por hora.

Lucrecio Costa afirmou que estão assegurados mais de 170 novos empregos directos para os jovens do município.

"Deste número 10 vão ser formados tecnicamente para integrarem a equipa de operação do sistema", disse Lucrécio Costa. O vice-governador da província do Huambo para os Serviços e Infra-Estruturas, Calunga Kissanga, disse que o novo sistema de captação e abastecimento de água potável para a sede municipal do Catchiungo constitui um ganho para as populações, tendo em conta que a sede municipal esta sem água potável desde 1978. Calunga Kissanga acrescentou que o sistema vai concorrer para a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano, dando as populações água em quantidade e qualidade.

Agostinho Kapaia, o presidente do conselho de administração do Grupo Opaia que vai executar a empreitada, afirmou que a obra vai custar 325 milhões de kwanzas. Para o próximo ano vão ser implementados projectos semelhantes nos municípios do Bailundo e Londuimbali, Mungo e Ukuma.

### 8.15 Prevista construção de nova central

*Jornal de Angola*

*20 De Outubro de 2014*

*Texto: Carlos Paulino*

A nova central de captação, tratamento e distribuição de água potável de Menongue vai ser inaugurada no próximo mes, e tem uma capacidade para bombear 11 mil metros cúbicos por dia e prevê beneficiar mais de 150 mil habitantes da cidade e arredores.

Orçado em 45 milhões de dólares, o empreendimento esta a ser construído nas margens do Kwebe, no bairro Calupassa, arredores da cidade de Menongue e vai contar ainda com um tanque de armazenamento com capacidade para dois mil metros cúbicos de água e equipamentos de apoio, nomeadamente dois geradores, duas bombas de água, área de tratamento de resíduos sólidos, leito de secagem, entre outros serviços.

Ao visitar as obras, o coordenador do grupo de acompanhamento do Bureau politico do MPLA para o Cuando Cubango, Paulo Cassoma, afirmou que a mesma cumpre com todos os requisitos do Plano Nacional de Desenvolvimento e vai dar resposta ao abastecimento do precioso liquido a todos os habitantes da circunscrição.

Paulo Cassoma referiu que a nova central visa substituir o actual sistema, construído no período colonial, que neste momento esta em estado

avanzado de degradação e não corresponde a demanda da população.

"Estamos mobilizados com esta iniciativa do governo local no sentido de satisfazer as necessidades básicas das populações em termos de abastecimento de água potável", disse, acrescentando que outro projecto que merece elogio e o da expansão de 64 quilómetros da rede de distribuição de media e baixa tensão nos bairros periféricos da cidade de Menongue e na comuna do Missombo, que tem a sua conclusão prevista para Marco de 2015, permitindo mais de 12 mil ligações domiciliarias.

Paulo Cassoma reconheceu que a nível do país ainda há um certo défice de fornecimento em termos de abastecimento de energia e água potável, que são bastante fundamentais para a vida das populações.

### 8.16 Camuciuo tira da terra a agua que não cai do céu

*Jornal de Angola*

*24 De Outubro de 2014*

*Texto: João Upale*

o Fundo de Desenvolvimento dos Municípios e o Programa Integrado de Desenvolvimento Municipal e Combate a Pobreza surgiram para melhorar a qualidade de vida dos habitantes do Camuciuo. Um dos pontos de destaque e a simbiose entre a construção de infra-estruturas sociais e a habitação para os quadros.

o administrador municipal, Jose Manuel Zombo, disse ao Jornal de Angola que onde agora e construído um posta um posta medico ou escola, e erguida uma residência para os técnicos.

As primeiras 100 casas do projecto de construção de 200 fogos no município estão em fase de conclusão. As primeiras 15 residências já foram entregues pela empreiteira e outras 15 devem ficar prontas nos próximos dias.

A administração procede ao tal ordenamento de terrenos para a construção dirigida. o município regista falta de materiais de construção, um segmento de mercado para o qual as autoridades chamam a atenção dos empresários.

As autoridades referem que, apesar do mau estado de alguns trocos da via Camuciuo-Bibala, a circulação faz-se com segurança. A reportagem do Jornal de Angola constatou a realização de trabalhos de terraplanagem na estrada entre a sede da Bibala e a

comuna de Citou, a meio caminho da sede do Camucuio.

As ligações por estrada com as sedes comunais são feitas sem obstáculos, o que permite alargar aquelas localidades o programa das Cidades Limpas, que já permitiu o restauro de terrenos na sede. O programa, que inclui a plantação de árvores e a criação de jardins públicos, além da preparação de reservas fundiárias, tem o apoio da empresa estatal Mecanagro.

o administrador mencionou ainda a presença no município de instituições da Justiça e do Ministério Público, como um tribunal, com juiz nomeado e colocado, a Procuradoria-Geral da República, com o respectivo representante, Registo e Notários, além do Comando Municipal da Polícia Nacional. Trabalha-se para, nos próximos tempos, instalar-se a Polícia Económica, Protecção Civil e Bombeiros e outras que ainda muita falta fazem a comunidade.

#### Energia eléctrica e água

o fornecimento de energia eléctrica na sede de Camucuio e feito a partir de dois grupos geradores. Um terceiro foi já adquirido pela Administração para atender os 200 fogos e outros bairros da periferia. As três comunas, Cacimbas, Chingo e Mamue têm geradores que abastecem a rede domiciliária e a iluminação pública. As escolas e postos de saúde também estão equipados com geradores para garantir a iluminação das salas e conservação de medicamentos essenciais ligados ao Programa Alargado de Vacinação.

A sede municipal e as três comunas possuem água potável. No interior, o programa Água para todos tem dado um impulso muito grande, com a montagem de sondas e a abertura de furos.

No ano passado, a Administração instalou e reparou muitos pontos de água nas povoações de Chipapi, Ombo, Vicuio, Mulombo, Caue, Catete, Diongue Manjangala, Chohaca, entre outras, com a montagem, em alguns lugares, de sistemas solares e outros, de bombas manuais.

Na primeira quinzena deste mês, foram abertos 10 furos, numa oferta dos programas do Ministério de Energia e Águas. Aguarda-se agora os técnicos para a montagem dos equipamentos e do sistema solar, acoplado a um bebedouro para os animais e a um chafariz que fornece água as populações.

Uma empresa chinesa e outra vietnamita foram contratadas pela Administração Municipal, no quadro do programa Água para Todos, para executarem mais quatro furos de água cada. Foi ainda

desassoreada uma chimpaca na localidade de Caluvundu, 15 quilómetros da sede municipal, e a represa de Chohaca. Seguem-se operações semelhantes em Wiolata, na comuna do Chingo, Chimulola e Manganga, comuna do Mamue.

Com estas chimpacas, embora dependam da chuva, e mais cinco pontos de água, o município pode contar com mais água para acudir as necessidades da população e do gado.

Ainda no quadro do programa Água para Todos, a Administração do Camucuio abriu outros 12 furos artesanais, que vão cumprir a tripla acção: abastecimento a população, abeberamento do gado e irrigação das lavras familiares. Já foram feitos o desmatamento e destocamento dos troços e esta agora em preparação dos tractores para o arranque das lavouras.

No Caluvundu, estão preparados 15 hectares de terras para serem utilizadas em benefício das comunidades. "O empenhamento e total por parte da população" dessas localidades, constatou uma comissão coordenadora do Programa Agrícola, que se reuniu com a Administração do Município, para averiguar a situação.

"É um trabalho que esta a ser executado com muito gosto e dinamismo", referiu Jose Manuel Zombo, que acrescentou estar a espera da notificação pelo Governo da província para a abertura de mais 25 furos com sistemas que contem com um tanque-banheiro, outro de reacção e bebedouro para o gado, e chafariz. Caso o programa seja aprovado, o Camucuio passa a ter e mais de 40 furos e cinco chimpacas.

A estiagem que se verifica na região origina a transumancia dos criadores de gado para os municípios de Chongoroi (Benguela) e Quilengues (Huila), em busca de bons pastos para os animais.

Tão logo chova com intensidade, eles devem regressar as origens e a Administração esta de braços abertos para os ajudar, com campanhas de vacinação para que as doenças se afastem da população bovina e dos criadores.

o regedor do Camucuio, Makuva Teixeira Yuye, pediu as autoridades maior atenção aos constantes roubos de gado, um fenómeno que, embora detenha raízes tradicionais, ganha hoje contornos criminais, tanto pelo numero de casos registados, quanto pela forma de actuação dos seus autores.

Makuva Yuye pede medida mais duras. Mostrou-se despondido ao constatar que, "uma ou duas semanas depois, o gatuno enviado para a cadeia na sede da

província, esta de volta com a ordem soltura nas mãos e em pouco tempo e reincidente na pratica e ainda faz troca dos proprietários do gado".

Camucuio, que a 11 do corrente assinalou 97 anos de existência, tem uma extensão territorial de 7.452 quilómetros quadrados. Marcada por colinas e arbustos, em clima semi-arido devido a proximidade do deserto do Namibe-Kalahari, e urna terra de criadores de gado. Homens e mulheres rudes devido a natureza do meio, mas de lima imensa humildade, que muitas vezes esconde a riqueza dos seus currais e a nobreza da sua alma.

### 8.17 Valas de drenagem com dias contados

*Jornal O Continente*  
24 De Outubro 2014  
Texto: Luís Caetano

De acordo com o responsável, no final da visita de campo efectuada com a Unidade Técnica de Saneamento de Luanda, a situação das valas não e das melhores, porque estão cheias de resíduos sólidos, dificultando assim o escoamento das aguas pluviais, urna vez que já e a época chuvosa.

Jaime Mateus fez saber que a operadora Evirobac não tem capacidade e responsabilidade de fazer a limpeza das valas de drenagem, por ser uma responsabilidade da Unidade Técnica de Saneamento de Luanda, razão pela qual este órgão sob tutela do Governo da província fez parte da delegação, para rapidamente intervir na resolução do problema.

O responsável avançou ainda alertando que as valas se não beneficiarem com a máxima urgência de um trabalho aturado, poderão causar transtornos sérias aos munícipes, pois muitos deles vivem próximo dos canais de drenagem e quando a chuva e intensa deve encontrar as valas limpas para o rápido escoamento.

O distrito urbano da Maianga tem limites a norte com os distritos urbanos da Ingombota e Rangel, a SuI com a Samba e a Leste com o Kilamba Kiayi e tem uma população estimada em 852 mil e 271 habitantes, distribuída pelas áreas da Maianga (sede), Cassequel, Prenda e Rocha Pinto.

### 8.18 Zango minado de lixo

*Jornal: O PAÍS*  
24 De Outubro 2014  
Texto: Telma Van-Dúnem

Há um ano que os operadores das empresas de saneamento básico não recolhem os resíduos domésticos com a frequência necessária nesta área. Por sua vez, os habitantes encontraram um meio-termo para não terem o lixo em suas residências: a estrada tornou-se o ponto de depósito para todos.

Luísa Meneses, moradora do Zango III há dois anos, diz que a quantidade de lixo e demasiada. "No princípio o carro do lixo passava de porta em porta e fazia a recolha, mas já passou um ano e alguns meses que não se vê este acto", afirmou. "Essa sujeira Incomoda-nos bastante, principalmente a mim, porque todos os meus vizinhos colocam o lixo em frente a minha casa. É uma peste, queremos que retirem esta lixeira, pois esta muito mal para nós", pediu.

Por outro lado, Mário Sebastião ressaltou que o assunto em causa e preocupante, "uma vez que se aproxima a época chuvosa e pode provocar uma pestilência".

Salientou que já efectuou duas limpezas ao recinto onde e colocado o lixo e também já desembolsou valores para alguns cidadãos limparem. Segundo Mário, as pessoas que criam a lixeira saem de muito distante. "Já contactei os senhores do saneamento básico, mas estes dizem que virão e nunca vem fazer a limpeza. Um deles disse-me que tínhamos de pagar uma "gorjeta", um valor mínimo. Concordamos, Porem, nado terminaram de fazer o trabalho", reclamou.

Para acudir a situação os habitantes do Zango III tentaram fazer algumas contribuições de cem kwanzas por casa para alguém tirar o lixo, mas muitos não colaboraram. Mário Sebastião, residente há dois anos, diz. ser uma situação lamentável. "Espero que as autoridades velem por isso, e se existe algum impedimento que resolvam a questão", disse.

Falta de contento! preocupa moradores

As conseqüências das lixeiras inquietam a moradora Sónia Muandumba, que alega estar exposta a varias doenças. Para ela, "as crianças correm o risco de adquirirem diarreias, paludismo, febres, bem como malária, entre outras doenças. Principalmente aquelas crianças que gostam de brincar na lixeira", realçou. Mencionou, que nem contentores têm no bairro, o que a perturba ainda mais. Para se livrarem das



moscas, os habitantes compram medicamentos que matam o insecto, borrifam sempre o chão com petróleo e lixívia, de forma a afugentar o bicho.

"Como o lixo esta muito próximo de casa, eu converso com os meus filhos para não se aproximarem, ficamos sempre no interior da casa e mantemos sempre as portas fechadas. E aconselho as mães a terem muito cuidado com as suas crianças, no sentido de não se achegarem as imundícies", alertou.

## 8.19 Focos de lixo são eliminados em Viana

*Jornal de Angola*  
25 De Outubro de 2014  
Texto: Domiana Njila

Uma campanha de limpeza e realizada desde ontem em Viana, como resposta as varias reclamações feitas por moradores e pelas comissões de moradores daquele município devido ao facto de, nos últimos meses, haver grandes focos de lixo em muitos bairros.

o director dos Serviços Comunitários da administração municipal de Viana, Bunga Felipe, informou que a campanha termina no domingo e e realizada por Ires equipas integradas, no total, por 200 pessoas.

"Pretendemos tirar pelo menos 18 a 20 mil toneladas de lixo nas áreas do Quilometro 30, Mulenvos, Caminho-de-Ferro, Zango, Quartéis e Vila de Viana", disse o director Bunga Felipe.

Alem da recolha do lixo, disse responsável, a campanha serve, também, para sensibilizar os cidadãos sobre a importância do tratamento do lixo de forma adequada e organizada, colocando-o em sacos adequados, um trabalho que deve ser feito apenas pelos adultos. O apelo da administração de Viana, disse, se deve ao facto de ter sido constatado que, em varios bairros, quem deita o lixo São crianças, alem de que os resíduos sólidos não São bem acondicionados.

"O lixo deve ser posto em sacos e bem amarrado", salientou o responsável pelos Serviços Comunitários. Bunga Felipe informou que o município de Viana dispõe de contentores, colocados de forma estratégica em áreas que facilitam, sem transtornos trabalho feito pelos carros de recolha de lixo.

"Os contentores São colocados em áreas onde existem grandes aglomerados populacionais e também em escolas, igrejas, postos policiais, largos e

mercados", disse Bunga Felipe, acrescentando que, nas áreas onde não há contentores, a população deita o lixo ao chão que e recolhido pontualmente pelas operadoras que actuam no município de Viana. A administração municipal de Viana trabalha com as operadoras SGO, Recolix, Xai-Xai, Sawage, Barima e Volage. "Estas empresas não conseguem dar resposta, por Viana ser um município com cerca de um milhão e meio de habitantes, daí a necessidade da diminuição dos espaços de actuação das operadoras", afirmou Bunga Felipe.

Para quem, alem da redução dos espaços, é necessário fazer uma fiscalização rigorosa para comprovar se as operadoras realmente têm capacidade para atender as áreas onde actuam.

O Pacote de contrato com as operadoras prevê que estas de vem varrer, lavar o asfalto, recolher o lixo e fazer a poda das árvores e muitas não tem essa capacidade", acrescentou o responsável pelos Serviços Comunitários do município de Viana.

Bunga Felipe disse que, sempre que for necessário, "vamos mobilizar a população para que realizemos com regularidade campanhas de limpeza em todo o município de Viana".

## 8.20 Vítimas da seca na Huíla já bebem água potável

*Jornal de Angola*  
25 De Outubro de 2014  
Texto: Domingos Mucuta

A maior parte das vítimas da seca no município dos Gambos, província da Huíla, já dispõe de água potável através de pontos de captação, construídos em varias localidades da região, através do Projecto de Emergência de Combate aos Efeitos da Seca, anunciou o director Provincial das Aguas.

Abel da Costa, que inaugurou os pontos de agua nas localidades de Ticondongolo e Timbueio, explicou que mais de dez mil pessoas, dos cerca de 11 mil, afectados pela seca, passaram a dispor de agua potável, incluindo o gado bovino, principal riqueza da população. Ate ao momento, foram construídos 40 pontos de captação, com capacidade para bombear, no mínimo, cerca de dois mil metros cúbicos por hora.

Os novos sistemas de abastecimento de água dos Gambos, que substituem os furos de manivela, agregam lavandarias, bebedouros para gado e um reservatório por gravidade. Orçado em 2,4 milhões

de kwanzas, o projecto de emergência contra os efeitos da seca chega em boa altura.

Ainda para este ano, está previsto o arranque das obras do açude dos Gambos, para retenção da água. O Director das Aguas garantiu dar continuidade ao processo de construção do sistema de captação e abastecimento a outras zonas afectadas pela estiagem, com o objectivo de captar mais águas do subsolo e prevenir surpresas resultantes da falta de chuvas na província.

Abel da Costa esclareceu que os pontos com painéis solares tem capacidade para captar e bombear e, inclusive, acumular mais água, o que não acontece com as manuais, que são muito limitadas. "Estamos a atender uma procura de dois mil litros por hora e é necessário muito esforço e uma grande rotação. Estamos na ordem dos 90 por cento em termos de atendimento aos afectados dos Gambos", referiu.

#### Apoio da UNICEF

Abel da Costa destacou o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), na concretização de varios projectos relacionados com o abastecimento de água as populações afectadas pela estiagem nos Gambos.

A parceria com a UNICEF, salientou, serve de suporte tecnológico e de preparação dos técnicos, para a aplicação de tecnologia nos sistemas de captação de água, em curso na província. "A UNICEF e daqueles parceiros que aparece na hora certa. Hoje, temos a situação da água resolvida graças a parceira com esta instituição. Não sabíamos como fazer uma perfuração, mas felizmente hoje temos técnicos capazes e habilitados para fazer esse trabalho", salientou. o representante da UNICEF em Angola, Francisco Sonane, disse que o acesso a água é tão fundamental para as pessoas como para os animais. Por isso, todo o enforco e pouco para que a população passe a consumi-la. A UNICEF vai continuar a trabalhar no sentido de as pessoas terem acesso a água e ao saneamento, no quadro dos acordos existentes ente as autoridades angolanas e a Organização das Nações Unidas.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Kilamba assaltos a viaturas preocupa moradores

*Jornal: o PAÍS*

*24 De Outubro de 2014*

*Texto: Norberto Sateco*

Logo nas primeiras horas da manhã, antes do sol raiar, estava o pânico instalado num dos parques de estacionamento de viaturas, do bloco F, na centralidade do Kilamba. Vários moradores surpresos, aglomeraram-se e comentavam o assalto de que tinham sido alvos algumas das viaturas estacionadas, durante aquela madrugada. Dentre as vítimas constava o senhor António Gervásio, de 40 anos de idade, um dos mais antigos do quarteirão. Segundo contou, da sua viatura de Marca Mitsubishi, cuja matrícula não precisou, foi retirado quase tudo. "Levaram a pasta onde continha vários documentos, o equipamento de som, e os elevadores dos vidros", disse, tendo acrescentado que "foi com bastante surpresa que tomei conhecimento do sucedido", uma vez que no tempo que vive ali nunca tinha ouvido falar de algo igual. À semelhança de Gervásio, outras pessoas também moradoras neste mesmo quarteirão viram os seus carros saqueados naquela madrugada.

"Não se ouviu qualquer movimento estranho que pudesse levar a desconfiar. Embora já havia rumores que apontavam na existência de alguns garotos supostamente provenientes da zona adjacente ao projecto, rotulada como sendo (kilas bairro) que realizavam alguns assaltos a viaturas" explicou uma senhora, que não quis ser identificada, mas que também a sua viatura de marca Rav 4 fazia parte da lista das que foram arrombadas.

A mesma fonte lembrou como se apercebeu que tinha sido também uma das vítimas do assalto. "Quando acordei de manhã, prestes a ir trabalhar meu espanto foi ver o meu carro sem vidros das laterais. Ali, vi logo que alguma coisa não ia bem. Aproximei-me do local onde habitualmente estaciono a viatura e tudo o que havia deixado no seu interior fora levado, inclusive alguns trocados para a compra do combustível".

O avolumar do caso

Com o passar das horas, notícia vêem de outros quarteirões que não foram poupados. É o caso do quarteirão onde está situado o bloco L, onde, vivi

uma das nossas interlocutoras, igualmente vítima, que também não quis ser identificada por alegar questões de segurança, mas que explicou que "acaso" viu pela janela, naquela madrugada "alguns jovens que estavam reunidos no referido parque a fazer o uso de bebidas alcoólicas, mas não desconfiei que estariam ali para assaltos. Ela diz não ter dúvidas de que autores do crime sejam estes mesmos jovens e lamenta o facto de a distância da varanda onde se encontrava não lhe poder permitir identificar os rostos dos mesmos naquela madrugada em que se mesma mantinha-se acordada por conta dos preparativos para provas de exames que tinham em atraso na Faculdade.

A nossa entrevistada disse que naquele momento não lhe ocorreu a ideia de ligar para a Polícia, mesmo sabendo que já pairavam rumores sobre um grupo de rapazes vindo das zonas adjacentes ao projecto que estaria a fazer desmandos na "Centralidade".

"Foi um horror ver isto numa centralidade nova hábito antigos. Levaram todos os mambos do carro, meu! Cidade nova, mas os hábitos antigos, "desabafou outro morador que responde pelo nome de Vava, do Bloco F, que incansavelmente apontava o dedo aos serviços de segurança da cidade como os maiores culpados pelos assaltos.

Insegurança no seio dos moradores Uma semana antes desta ocorrência, a cidade do Kilamba já havia sido motivo de conversa devido ao despejo a que foram sujeitas mais de cem famílias que se encontravam a residir de forma ilegal em apartamentos.

Testa semana o cenário de pânico volta a registar-se devido aos assaltos de que várias viaturas foram alvos, durante a madrugada de 13 de Outubro, em alguns dos parques de estacionamento.

De acordo com a moradora Lisete Santos, de 35 anos, "estamos agora com muito medo devido aos assaltos aos carros", tendo acrescentado que "caso a situação prevaleça deste jeito as nossas casas correm muitos riscos de poderem vir a ser os próximos alvos dos meliantes".

Para a fonte, "é incompreensível numa cidade com esta dimensão na existir o controlo das pessoas que entram e saem dela. A centralidade tem que ter maior segurança e vigilância por parte da Polícia. As pessoas que entram na cidade deve ser-lhes exigida alguma documentação", sugeriu, o PAÍS apurou que na centralidade, nos dias normais de trabalho os serviços encerram as suas portas às 22 horas, deixando as ruas quase desérticas. É neste período que vários moradores, como António Bernardo, de 42 anos,

entendem ser preciso maior vigilância por parte das autoridades policiais, junto dos parques para melhor controlar os assaltos.

Por esta razão e que as distintas comissões de moradores de alguns edifícios resolveram firmar contratos com empresas de segurança. Os custos são imputados aos moradores e as contas pagas no final de cada mes por intermédio de uma contribuição.

Entretanto, na Terça-feira, 14, (dia seguinte aos assaltos) as vítimas concentraram-se defronte a esquadra policial da Centralidade do Kilamba. A acção, segundo O PAÍS apurou, foi em jeito de protesto junto das autoridades no sentido de se redobrar a segurança e por um maior esclarecimento dos casos que tem estado a ocorrer.

A senhora Joana, de 22 anos, esta dentre os protestantes, e explica que "queremos que a Policia venha explicar as razoes destes assaltos selectivos. Os carros foram muitos desta vez. Por isso é ' que estamos aqui".

Refira-se que a cidade do Kilamba esta localizada cerca de 20 quilómetros a Sul do centro da capital angolana, Luanda. Um projecto habitacional concebido para colmatar o défice habitacional existente no pais e que está a ser desenvolvido em três fases, com um total de mais 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados, onde se aventa a possibilidade de residirem perto de 50 mil famílias.

Dados adiantados por uma fonte ligada aos gestores do referido projecto revelam que metade dos apartamentos estão desabitadas, embora a procura, entre os angolanos e estrangeiros, continue a ser uma constante.

## 9.2 Zango de patas ao ar

*Jornal o Continente*

*24 De Outubro de 2014*

*Texto: Zeferino Praia*

Para apurarmos a veracidade dos factos, a nossa equipa foi ate ao Zango, onde conversou com algumas pessoas entre os quais alunos da escola n° 595.

Os adolescentes João Agnaldo e Pinto de Sousa, estudantes desta escola, afirmaram que "na escola em que estudam nunca houve questões de raptos, mas, que confirmam a existência de raptos nos arredores do Zango, porque um dos seus amigos que atende pelo nome de Carlos, anda desaparecido há quatro meses, e uns miúdos o tinham visto a ser levado num

carro cinzento", contaram. Prosseguindo aqueles adolescentes adiantaram que "quando essas crianças são raptadas, são levadas para o Zango 3, onde são guardadas".

Concluindo, os meninos disseram por outro lado que, embora nunca foram alvos de tentativa de raptos, ainda assim, vem-se intimidado pelo fenómeno assombrante".

Uma outra revelação dos factos foi feita pela senhora Antónia Domingas tendo dito que, "já decorrem seis meses que o bairro vem registando o desaparecimento de crianças, sentimo-nos inseguras porque não sabemos ate quando estes raptos vão cessar. O Que mais nos preocupa e que estes desaparecimentos ocorrem também a luz do dia e não vemos no bairro a manifestação de policia para a nossa segurança e dos nossos filhos", lamentou.

A senhora Antónia vive naquela zona há dois anos, vinda do bairro Cassequel, Distrito Urbano da Maianga. Já pequena adolescente Ilda Nanguí, de 15 anos de idade, estudante, disse que teme ir para a escola porque já tinha sido alvo de rapto. Ilda, conta que "certa vez quando voltava da escola, eram cerca das 17 horas, quando dois jovens estavam num carro «desconheço a marca do mesmo» pediram-me para parar porque queriam saber onde ficava o bar, e parei para explicar, quando dei por mim, notei que um outro moço vinha a minha trás e tapou-me a boca e faziam por tudo para me porem dentro do carro.

A minha maior sorte, foi que os moços do meu bairro vinham do jogo e notaram um movimento estranho contra mim e correram para me socorrer, foi quando os moços me soltaram e puseram-se em fuga. E agora tenho medo de ir para escola porque vejo que não há seguranças nos arredores do bairro", desabafou.

Os moradores vivem sobre um grandioso tormento, que nem a policia e nem as autoridades de moradores do bairro conseguem conter afirmou o Sr. Pedro Kalunga, funcionário público e morador do Zango desde 2006, que no seu entender, "o Governo, deixou de prestar o seu serviço que consiste em manter a segurança publica aos cidadãos", o Sr. Kalunga, por outro lado afirmou que "anteriormente o bairro estava bem posicionado em termos de estabilidade, embora se registasse um assalto daqui ou dali, só que não era tão demasiado quanto hoje. De um tempo a esta parte, vê-se que o Governo esta pouco interessado com a nossa protecção e com a nossa estabilidade, social, porque ate mesmo a questão da energia eléctrica tem sido urna dor de cabeça, sobretudo, no período da noite, talvez seja esta, urna das razões que estimulam os meliantes a

terem o bairro Zango como foco dos seus raptos e vândalos" lamentou.

Por outro lado, aquele cidadão ao dirigir-se aos dirigentes do país disse " desafio aos dirigentes do país aterem mesma preocupação com os moradores do Zango, como tiveram nos primeiros dias em que vimos para cá. Estamos cada vez mais a nos sentirmos abandonados. Pois que no meu entender e inadmissível que diante de todos os problemas pelas quais temos passado, o governo não se pronuncia em nada"apelou.

Durante a expedição de trabalho levada a cabo pela nossa equipa de reportagem nas bandas do Zango, em nenhum momento deparamo-nos com um agente policial da ordem pública nas ruas. Pelo contrário, via-se mais agentes policiais de ordem pública nas estradas a pararem tudo que fosse automobilistas, principalmente os azuis e brancos e os moto-taxistas, ao ponto de colidirem com a polícia de trânsito.

### 9.3 Uso ilegal de armas preocupa autoridades

*Jornal de Angola*  
26 De Outubro de 2014  
Texto: Dionísio David

As autoridades da comuna de Ochimolo, no município do Cuanhama, Cunene, estão preocupadas com o uso ilegal de anuas de fogo para a caça, furtiva por alguns elementos da população civil, revelou ao Jornal de Angola o administrador comunal, Ilídio Shihepo.

O uso ilegal de armas de fogo, além de afectar seriamente a fauna, põe em risco a vida das populações. Os casos registam-se em muitas zonas da comuna e também nas áreas fronteiriças com a comuna da Mupa, no município de Cuvelai, onde indivíduos circulam normalmente até às sedes das comunas e povoações munidos de caçadeiras. As autoridades pretendem tomar sérias medidas e devolver a tranquilidade nas comunidades. "Pela informação que temos, muitos usam estes meios para actos criminosos e nalguns casos fazem ameaças às comunidades, sobretudo nas festas e cerimónias tradicionais", sublinhou o administrador, que acrescentou que está ser feito um trabalho com a Polícia Nacional para um controlo efectivo dos detentores de anuas do tipo AKM e caçadeiras. Nos últimos tempos aumentou consideravelmente o abate indiscriminado de espécies como elefantes, olongos, búfalos, zebras e pacaças e outros antílopes para a comercialização da carne por caçadores furtivos.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Lagoa artificial “engole” camada

*Jornal A Capital*  
04 De Outubro de 2014

A Capital deslocou uma equipa de reportagem ao município de Belas para averiguar a realidade de que muitos municípios, entre motoristas e moradores da zona vinham-se queixando há vários meses.

Deparamo-nos com um panorama verdadeiramente calamitoso. E que a ex-rotunda, deu lugar a uma lagoa circundada por enormes buracos que encharcam a zona, tornando-a imprópria para a circulação de viaturas, sobretudo de pequeno porte.

As viaturas que se aventuravam a usar a via em referência, pareciam canoas a flutuar sobre a água turva.

João Pedro, e um dos taxistas que circula pelo troço ex-rotunda-Calemba2. A este jornal descreu como se tomou difícil a sua actividade, desde que a situação piorou.

"Levamos muito tempo, por haver muito engarrafamento. As vezes temos que entrar nos becos para fugir da lagoa", explicou, acrescenta que, por via disso, os carros estão a apresentar muitos problemas.

Segundo aquele cidadão, os usuários daquela estrada e moradores próximos, terão já notificado as autoridades administrativas, bem como a EPAL, no sentido de resolverem a inundação, isto e, logo no principio do problema, porem não houve reacção,

"A administração deva ouvir o povo logo que isso começou. Seria mais fácil resolver o problema logo no início do que agora", criticou João Pedro que disse mais tarde esperar que haja uma intervenção rápida das autoridades e pede o novo elenco governativo de Luanda que de conta do assunto.

Por sua vez, a cidadã Gisela de Nascimento, considerou a realidade de feia, por estar a macular a imagem da capital do país, particularmente a do município com o nome de Belas. ' Aquela cidadã, que vive próximo da zona em causa, disse igualmente que, a intervenção das entidades, nomeadamente, o Instituto Nacional de Estradas de Angola, a EPAL e a Administração local, devia ser imediata. "Por favor. Que esse elenco governe bem", suplicou Gisela Nascimento.

Ao comentar sobre mesmo problema da via, Ndongala Matos limitou-se a falar das consequências do mesmo nas viaturas que segundo ele, estão sujeitas a avarias de varia ordem principalmente ao nível de radiadores.

"Os carros têm entalado, estamos a gastar dinheiro como se não pagássemos a taxa de circulação", desabafou.

Já Arthur Simão Kimbango, encontrado a vender numa loja de acessórios de viaturas próximo ao local em causa, disse que desde que a zona inundou, muita coisa mudou para pior. No caso dele, ate perdeu a clientela, porque não há espaço para estacionarem os carros. " Tem sido difícil para nos", lamentou, Kimbango para quem o acesso dos caros que vem, sobretudo do Calemba2,ao cemitério do Camama, esta condicionado. já que, como contou, enquanto alguns carros com maior potencia tentam a aventura, desafiando a água e os buracos, outros são obrigados a esquivar, procurando vias alternativas.

De consequências não e tudo. Kimbango afirmou que, desde há um mes, as suas residências foram invadidas por mosquitos, e de lá para cá as febres e paludismo principalmente em crianças tem sido frequentes.

Neidi Daniel vende, também, numa loja próxima do pantanal, e é moradora da comuna do Camama. Para ela e urgente que se tomem medidas.

### 10.2 Milhares de habitantes estão em zonas de risco

*Jornal de Angola*  
10 De Outubro de 2014  
Andre Brandão

Mais de 150 mil pessoas ainda vivem ainda em zonas de risco na província do Cuanza Norte, revelou ontem, em Ndalatando, o delegado provincial do Ministério do Interior e comandante da Polícia Nacional, Alexandre Canelas.

Em declarações a imprensa, no final da terceira sessão ordinária do Governo do Cuanza Norte, na qual foi aprovado o Plano de Contingência de Calamidades e Desastres Naturais para o período entre Outubro deste ano e O de 2015, Alexandre Canelas explicou que se trata de um instrumento de suporte ao sistema de Protecção Civil (SPC) destinado a gestão operacional, no quadro de ocorrências de sinistros a nível do Cuanza Norte. O documento foi elaborado para dar resposta institucional a situações de desastre e calamidades

naturais, e minimizar o impacto socioeconómico delas decorrentes em Ndalatando.

Alexandre Canelas destacou a necessidade de se mobilizar a população para a prevenção de desastres naturais. O Estado esta a providenciar condições e meios para minimizar os efeitos de eventuais catástrofes, garantiu, o delegado do Cuanza Norte e uma zona que nos últimos tempos tem sido muito afectada por desastres naturais, como inundações, ventos fortes e enxurradas.

Os municípios do Cazengo, Lucala, Golungo Alto e Cambambe são os que tem mais probabilidades de ocorrerem quedas de chuva com um volume acima do normal. Para acudir os eventuais sinistrados, estão mobilizadas todas as forças humanas ligadas ao Ministério do Interior, meios, recursos financeiros e empresas de construção.

### 10.3 Chuvas destroem escolas e deixam famílias ao relento

*Jornal de Angola*  
14 De Outubro de 2014  
Texto: Jose Chaves

As fortes chuvas acompanhadas de ventos e relâmpagos que se fazem sentir no município de Caculama, em Malanje, destruíram no último fim-de-semana três escolas, igreja e um posto médico e também deixaram mais de 96 famílias desalojadas.

Os bairros mais afectados são os do Xissa, Safa, Muhamo, Camalenda, Muati, Ngombe Ya Holo e na comuna do Caxinga.

A administradora adjunta de Caculama, Anicia Correia, disse que as chuvas, acompanhadas de fortes ventos e relâmpagos, trazem quase sempre consequências graves, principalmente para as casas construídas de pau-a-pique. A responsável lamentou o sucedido e disse que a chuva causou grandes consequências, destruindo bens, e deixou varias famílias desalojadas.

Para acudir as vítimas, foi criada uma comissão que se encontra a trabalhar para posteriormente ser feito um diagnóstico e ser enviado as direcções provinciais de Protecção Civil e Bombeiro e Reinserção Social, para disponibilizarem meios para ajudar as pessoas afectadas.

Neste momento as famílias desalojadas estão a receber alguns meios, como cobertores, medicamentos, detergentes, arroz, cobertores, massa alimentar, farinha de milho, óleo, feijão, sabão, sal e

chapas de zinco para atenuar as necessidades. Anicia Correia garantiu que a Administração vai ceder material para a construção em áreas mais seguras.

### 10.4 Lixo mata praia mundial

*Jornal o PAÍS*  
17 De Outubro de 2014  
Texto: Suzeth Paulo

A praia do Mundial não é somente frequentada pelos munícipes mais também por turistas. O local existe há décadas, e que tem servido como sustento para muitas famílias daquele município.

Logo a entrada o lixo e a presença mais visível no local, resultante da acumulação das entranhas e escamas no processo da amanha do peixe a beira-mar. Segundo as peixeiras, elas são obrigadas a deixar o lixo ao mar e no areal da praia porque por lá não existe um único contentor.

As comerciantes vendem o peixe no mesmo local, no meio do lixo que produzem. A falta de higiene tem levado muitos compradores a desistir de adquirir o seu peixe naquela praia, onde ate se podem ver, com facilidade, larvas a rondar as "bancadas" de peixe improvisadas no chão.

Mas a Praia do Mundial não serve apenas para a comercialização do peixe, há pessoas que a frequentam como banhistas, que também se preocupam com a presença do lixo.

"A situação que preocupa os banhistas e compradores e a inexistência de depósitos para o lixo, e isso faz com que as peixeiras e pescadores, deem o lixo a beira-mar, o que tem provocado mau cheiro, e bichos no local". Disse Sebastião Zua, comprador.

Juary, pescador há mais de três anos, de nacionalidade santomense diz "que o estado da higiene da praia tem deixado os pescadores preocupados, porque a existência de lixo e o mau cheiro são prejudiciais para a saúde". Mas ele faz uma mea-culpa:

"Não tem havido uma concordância entre as peixeiras e os pescadores para colocar o lixo que nos produzimos no saco".

Peixeiras

Dona Helena Bernardo, vendedora de peixe ha mais de 15 anos, moradora do município de Viana, solteira e nem de seis filhos, disse a O PAÍS que a falta de contentores na praia tem as preocupado, "e por isso que a praia encontra-se nesse estado, porque não

temos um local adequado para deitar o lixo, há muitas moscas e algumas pessoas fazem as suas necessidades junto ao local de venda". Ela afirma que as vendedoras já contactaram a administração local, mais sem êxito.

Teresa Domingos, de 48 anos, peixeira há mais de 20 anos, comercializa todo o tipo de peixe, trabalhando em parceria com o seu marido que é pescador.

Teresa sente-se feliz por ter uma actividade de onde tirar o sustento da sua família e com que pagar a formação dos seus filhos. "Antigamente tínhamos muitos clientes de vários pontos de Luanda, porque o preço do peixe na Praia do Mundial é mais acessível, em relação às outras praias, mas, por falta de higiene na praia temos perdido muitos clientes", afirmou,

Os dias com mais clientes são o sábado e o Domingo. Estando lá, encontra-se muitas espécies de peixe à venda, como o carapau, o cachucho, a espada, a sardinha, o quibumbo, linguado e outros frutos do mar. Segundo os pescadores, a espécie mais capturada é a sardinha.

Para os clientes, os preços variam entre os 500 a 8 mil kwanzas, dependendo da época, do tamanho e da espécie. Na Praia do Mundial também há pesca e um encontro de culturas, aqui convivem pescadores angolanos, santomenses e guineenses.

Ocupação na praia para muitas crianças e jovens O PAÍS pode constatar que muitas crianças e jovens do município de Cacucó ganham a vida ajudando os pescadores a puxar as redes e transportando o peixe das vendedoras e compradores.

Marcos, de 14 anos, natural de Benguela, faz o serviço com o auxílio do seu carro de mão, transportando as mercadorias das peixeiras e de alguns compradores.

Dada de 21 anos, natural do Kwanza Sul tem como actividade diária ajudar os pescadores a puxar as redes todas as manhãs, a partir das 4 horas. "Sinto-me orgulhoso porque tenho uma forma de ganhar o meu pão", disse.

Também natural do Kwanza Sul, Bruno António, um jovem de 22 anos de idade, trabalha na Praia do Mundial. É escalando peixe que ganha a sua vida: Sente-se feliz com o que faz, acha que é melhor que seguir outros rumos como, por exemplo, roubar. Começa a trabalhar às 5 horas da manhã e por dia pode escalar seis reservatórios de peixe. O preço do seu trabalho variava, dependendo da negociação com a dona do peixe, mas o seu rendimento diário pode chegar aos 8 mil kwanzas.

## 10.5 Chuvas desalojam famílias

*Jornal de Angola*

*21 De Outubro De 2014*

*Texto: Justino Vitorino*

A forte chuva que caiu no fim-de-semana no município do Londuimbali, no Huambo, destruiu várias casas, o que deixou 66 famílias desalojadas.

O chefe de comunicação e imagem dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros disse ontem, ao *Jornal de Angola*, que em toda a província a chuva tem destruído centenas de casas, escolas, centros e postos de saúde, postos de iluminação pública, pontes, igrejas e campos agrícolas.

Abel Kangombe afirmou que Bailundo, Mungo, Londuimbali, Ekunha, Cachiungo, Longonjo, Chinjenje e Chikala Cholohanga são os municípios mais atingidos pelo mau tempo. Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, referiu, continua a prevenir a população para o perigo de se procurar abrigo da chuva perto de cabos eléctricos e debaixo de árvores e das crianças se aproximarem das valas de drenagem.

O oficial dos bombeiros declarou que as puxadas anárquicas de cabos de energia eléctrica e a construção de casas em zonas consideradas de risco, a beira dos rios e em terrenos inclinados são outras causas de morte. Abel Kangombe sugeriu a população que plante árvores em zonas consideradas de risco para combater as ravinas.

## 10.6 Angola possui dez estações metrológicas

*Jornal de Angola*

*22 De Outubro 2014*

*Texto: Manuel Gomes*

A ministra da Ciência e Tecnologia, Maria Cândida Teixeira, disse ontem, em Luanda, que o Executivo tem privilegiado a cooperação científica e tecnológica do Conselho de Administração do Centro da África Austral para Ciência e Serviços para Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão Sustentável de Solos (SASSCAL), na estratégia de desenvolvimento de Angola até 2025, visando a inserção de investigadores científicos angolanos em equipas regionais e internacionais.

A informação foi prestada no discurso de abertura da Quarta Reunião Ordinária do SASSCAL, por iniciativa de cinco países da África Austral, nomeadamente, Angola, África do Sul, Botswana,



Namíbia e Zâmbia, Maria Cândida Teixeira disse que o Executivo continua a trabalhar para que os projectos científicos do SASSCAL ajudem a mitigar os problemas relacionados com questões ambientais.

A reunião do SASSCAL prossegue hoje, na cidade do Dondo, com as Primeiras Jornadas de Portas Abertas, enquadradas nas celebrações do Dia do SASSCAL, onde vão ser apresentados os resultados preliminares das investigações científicas realizadas durante cerca de um ano e que vão ser entregues oficialmente as Estações Meteorológicas Automáticas.

A ministra da Ciência e Tecnologia, Maria de Cândida Teixeira, salientou que o Executivo tem acompanhado com atenção as tarefas que se desenvolvem no âmbito dos 13 projectos angolanos que estão a ser financiados nesta primeira fase pelo SASSCAL, como também a instalação das dez estações meteorológicas automáticas que foram instaladas nas províncias do Uíge, Malanje, Huambo, Lunda SuL, Moxico, Cuando Cubango, Benguela, Huambo, Cuanza SuL e Cuanza Norte.

#### Clima em tempo real

As estações, acrescentou Maria Cândida Teixeira, estão inseridas na rede meteorológica nacional e emitem dados dos principais parâmetros do clima em tempo real, nomeadamente precipitação, temperatura do ar e do solo, humidade relativa, direcção dos ventos, pressão atmosférica, Acrescentou que desde a sua Criação a região tem registado progressos significativos. O Centro da Africa Austral para a Ciência e Serviços para a Adaptação a Alteração Climática e Gestão Sustentável dos Solos (SASSCAL) foi criado pelo Governo da Republica Federal da Alemanha, em 2009.

A iniciativa está presente em Angola desde 2013, com programas voltados para a agricultura, clima, águas, florestas, biodiversidade e formação, o SASSCAL tem a sua sede na província do Huambo. O objectivo principal da organização é unir cientistas dos diferentes países para estudarem fenómenos relacionados com as alterações climáticas e proporcionar informações que ajudem no aconselhamento e tomada de decisões.

Com cerca de 150 instituições de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação em países africanos, a SASSCAL tem estado a apoiar financeiramente, desde o final do ano passado, 13 projectos de investigação científica.

#### Estações meteorológicas

O director do Centro Tecnológico Nacional (CTN), Gabriel Miguel, disse que em termos de investigação científica Angola esta a "melhorar a cada ano". Referiu que a estação meteorológica no país é gerida pelo Instituto Meteorológico de Angola (INAMET) e foi construída no âmbito do SASSCAL. Gabriel Miguel afirmou que o ministério da Ciência e Tecnologia tem criado mecanismos de coordenação que tem como objectivo principal fiscalizar e criar indicadores positivos no âmbito da ciência e tecnologia de informação.

#### Investigação científica

Os membros do SASSCAL discutiram assuntos relacionados com a investigação científica, a funcionalidade e a questão financeira. Segundo o director para Angola, a iniciativa representa um ganho na investigação de soluções relacionadas com os problemas das alterações climáticas e gestão dos solos.

"Só para apontar um exemplo, a união de cerca de 150 instituições africanas em investigação científica já constitui um ganho porque os investigadores estão unidos numa única plataforma", realçou, Com sede na Namíbia, a iniciativa SASSCAL possui um "no nacional". O "no" de Angola funciona na província do Huambo e tem a Universidade José Eduardo dos Santos como agencia executora.

Em Marco de 2010, realizou-se em Lusaka, a reunião do comité interino para a criação do SASSCAL. Dois anos depois, em 2012, os Governos de Angola, Botswana, Africa do SuL, Namíbia e Zâmbia, assinaram, em Windhoek (Namíbia), uma declaração conjunta para a implementação do Centro da Africa Austral para Ciências e Serviços para a Adaptação as Alterações Climáticas e Gestão Sustentavel dos Solos. Com o objectivo de melhor o impacto do ambiente e as alterações climáticas dos países inserido nesta iniciativa.

## 10.7 Exploração de Inertes prejudica ambiente

*Jornal de Angola*  
22 De Outubro 2014

O chefe da divisão de florestas do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província do Bié alertou para as consequências nocivas para o meio ambiente que a exploração anárquica de inertes e as queimadas acarretam.

Júlio da Costa explicou que o comportamento negativo do homem para com a Natureza, tem implicações nas alterações climáticas e, conseqüentemente, a morte de diversas espécies de animais.

Por essa razão, considerou preocupante o abate indiscriminado de animais e árvores na província, sobretudo nas zonas rurais, por parte de caçadores e carvoeiros ilegais, e realçou que a acção compromete a reprodução animal e o crescimento das plantas.

Para evitar a progressão desta situação, aconselhou as autoridades tradicionais e a população em geral a colaborarem com aquela instituição, através de denúncia de todas práticas prejudiciais, para desencorajar os caçadores e os homens que praticam as queimadas.

#### Divisão florestal

A divisão de florestas do IDF tem realizado palestras, com objectivo de esclarecer as comunidades sobre a importância da biodiversidade e alertar para os problemas que lhe estão associados, com as alterações climáticas, as rápidas mudanças de diferentes habitats e as conseqüentes modificações nas taxas de reprodução animal e no crescimento das plantas.

#### Biodiversidade

A biodiversidade é o termo utilizado para definir a variabilidade de organismos vivos, flora, fauna, fungos macroscópicos e micro-organismos, abrangendo a diversidade de populações de uma espécie e a diversidade de interações entre espécies e a diversidade de ecossistemas.

Biodiversidade inclui, assim, a totalidade dos recursos vivos, ou biológicos, e dos recursos genéticos e seus componentes, tendo em conta que a espécie humana depende da biodiversidade para a sua sobrevivência.

## 10.8 Dondo tem estação meteorológica

*Jornal de Angola*  
24 De Outubro de 2014  
Texto: Marcelo Manuel

A cidade do Dondo, município de Cambambe, província do Cuanza Norte, tem desde quarta-feira, a primeira estação meteorológica automática.

Erguida na zona do Alto Dondo, num espaço de 20 metros quadrados, a estação permite a recolha de dados relacionados com a precipitação, temperatura

do ar, solo, humidade relativa, direcção de ventos e pressão atmosférica, o raio de acção e de 50 quilómetros.

Durante a inauguração, o vice-governador para os serviços técnicos e infra-estruturas, Ernesto Lidador, frisou que a abertura da estação meteorológica vai ajudar o Governo na prevenção de calamidades naturais, permitindo a criação de condições para acautelar eventuais estragos causados por calamidades naturais.

#### Expansão de serviços

O director técnico do Instituto Nacional de Meteorologia, Francisco Osvaldo, disse que a monitorização do equipamento é feita a partir da (Alemanha), em função das informações a serem prestadas pela internet, em tempo real. As informações também podem contribuir para a melhoria dos serviços de medicina e agricultura.

Com a expansão de centros de meteorologia, o país pretende dinamizar e acompanhar da melhor maneira as alterações climáticas. Angola tem uma rede nacional de meteorologia constituída por 38 estações instaladas nas capitais das 18 províncias, incluindo

alguns municípios. A par da inauguração da estação meteorológica, a cidade do Dondo acolheu as primeiras Jornadas Científicas do Centro da África Austral para Adaptação às Alterações Climáticas em Angola (SASSCAL).

#### Objectivo fundamental

O encontro decorreu a iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Embaixada da Alemanha em Angola. Realizado numa das unidades hoteleiras de Cambambe, o encontro contou com a participação de 150 membros de instituições de investigação científica da África Austral, como Angola, África do Sul, Botswana, Namíbia e Zâmbia, além da Alemanha, todas ligadas ao SASSCAL.

O director do Centro Tecnológico Nacional, Gabriel Luis Miguel, disse que o objectivo fundamental do evento foi a reunião de cientistas de vários países, para o estudo de fenómenos relacionados com as alterações climáticas e proporcionar informações que ajudem na tomada de decisões dos governos. Segundo apurou o Jornal de Angola, o Centro da África Austral para Adaptação às Alterações Climáticas financia, desde o ano passado, 13 projectos no ramo da investigação científica, nas áreas do clima, água, agricultura, floresta, biodiversidade, recursos humanos, entre outras.

Numa primeira fase, foram beneficiadas algumas instituições de ensino, como as universidades Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos, institutos superiores de Educação e Politécnico da Huíla e Tundavala e o Centro Nacional de Investigação Científica.

## 10.9 Planalto central Chuvas causa mortes e destruição

*Jornal de Angola*

*27 De Outubro de 2014*

*Texto: Adolfo Mundombe*

As fortes chuvas dos últimos dias no Mungo, Longonjo e Bailunda causaram a morte de duas pessoas e a destruição de 14 casas, afirmou o chefe de repartição dos serviços técnicos primeiro daqueles municípios. Tito Satumba disse que as duas pessoas morreram atingidas por uma fâsca, quando regressavam das lavras, nos arredores da vila.

A vila do Mungo, lamentou, tem apenas dois pára-raios, insuficientes para todo território. As fâscas provocaram desde 15 de Setembro sete mortes na província do Huambo.

Por outro lado, a via que liga a localidade do Lepi ao Dumbo está intransitável devido ao desabamento da ponte sobre o rio Apupa.

## II. IMIGRAÇÃO

### II.1 Autoridades travam a entrada de ilegais

*Jornal de Angola*  
08 De Outubro 2014  
Texto: João Dias

Tentativas de infiltração de estrangeiros entre os 29 mil antigos refugiados na República democrática do Congo (ROC), que manifestaram interesse em regressar ao país, estão a atrasar o processo de repatriamento, iniciado no dia 20 de Agosto e que devia terminar em Dezembro.

A previsão era de, até 30 de Setembro, receber 40 por cento do total de cidadãos a repatriar. Mas volvidas seis semanas, e em função de trabalhos de reavaliação de nacionalidade, apenas foi possível atingir 14 por cento. Os dados constam no outro relatório parcelar do Ministério da Assistência e Reinserção Social apresentado ontem, em Luanda, durante a 7ª sessão ordinária da Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros, orientada pelo Vice-Presidente da República, Manuel Vicente. O documento indica que chegaram ao país, de 20 de Agosto a 30 de Setembro, 4.202 cidadãos, dos 29 mil que manifestaram interesse em regressar.

Em declarações à imprensa, o ministro da Reinserção Social afirmou que decorrem trabalhos de reavaliação de nacionalidade para evitar a entrada de estrangeiros que se façam passar por angolanos e admitiu o prolongamento do processo. Ao apresentar o Relatório Parcelar sobre os últimos desenvolvimentos do processo, João Baptista Kussumua assegurou que, para a questão do acolhimento temporário e assistência, o país conta com os centros de recepção do Luau, no Moxico, Mbanza Congo, Zaire e Maquela do Zombo, Uíge, e dois centros de trânsito nas cidades de Luena e Saurimo.

A antiga praça dos touros (Ex-Tourada) localizada no bairro da Calemba, em Luanda, vai dar lugar nos próximos dois anos a um centro cultural de referência, assegurou o secretário de Estado da Cultura, Cornélio Calei, a saída da reunião da Comissão para a Política Social.

#### Requalificação da Tourada

O relatório sobre o projecto de Requalificação do Complexo da Tourada foi apresentado ontem, tendo a comissão recomendado a sua inserção no Programa

de Investimentos Público e no Plano Director da Cidade de Luanda.

Cornélio Calei disse que o projecto de requalificação foi apresentado há alguns meses e vários estudos foram feitos, envolvendo várias instituições do Estado. "Propomos que a Tourada seja demolida para que possamos construir um centro cultural de referência, de modo a que a juventude tenha um espaço cultural no centro da cidade, com bibliotecas e salas de cinemas. Tudo já foi aceite, mas precisamos dialogar com todos aqueles que ilegalmente estão a ocupar os espaços e procurar forma de os retirar", referiu, garantindo que as obras do centro cultural começaram no próximo ano e terminaram em 2017.

#### Primeira infância

Na sessão de ontem, a Comissão foi informada sobre as medidas referentes à reforma educativa, a regulamentação das propinas no ensino privado, a política nacional de assistência e reinserção social, a estratégia para a expansão da rede de atendimento à primeira infância, a regulamentação da rede sanitária do país e de outras matérias do sector da saúde. A Comissão foi informada também sobre o estado de execução das medidas referentes ao Observatório da Juventude Angolana, aos programas de construção, reabilitação e apetrechamento dos principais equipamentos sociais sob responsabilidade dos departamentos ministeriais do sector social.

A comissão foi informada igualmente sobre o Programa de Reintegração económica, social e produtiva dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria e sobre o programa de Apoio aos Deficientes de Guerra, a política de gestão dos estádios nacionais e das casas da juventude, bem como a participação dos jovens no Programa de Acção do Sistema Nacional de Formação Profissional 2014/2016. Na reunião de ontem, a Comissão apreciou ainda estado de execução do Plano nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação referente ao ano em curso. Do documento consta um conjunto de programas, projectos e acções para dar respostas às iniciativas de pesquisa e investigação nos mais diversos domínios e determinar o montante dos recursos anuais destinados ao investimento público em Ciência, Tecnologia e Inovação.

#### Tecnologia e inovação

A Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros recomendou mais empenho dos sectores envolvidos na elaboração e execução do Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no cumprimento dos princípios estabelecidos no Mecanismo de Coordenação do Sistema Nacional de

Ciência, Tecnologia e Inovação, a fim de se melhorar a coordenação das actividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

O objectivo é otimizar a utilização dos recursos do Estado para aumentar a produção científica e tecnológica e a transferência de conhecimento, tecnologias e práticas inovadoras, capazes de alavancar o crescimento económico e social do país.

No âmbito das novas regras de Criação, estruturação e funcionamento dos institutos públicos e melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas instituições públicas de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, a Comissão apreciou dois Projectos de Decretos Presidenciais. O primeiro aprova o regulamento das referidas instituições e o segundo aprova o regulamento geral dos seus conselhos científicos.

## 11.2 Vinte e oito mil refugiados aguardam pelo regresso

*Jornal Agora*

*10 De Outubro de 2014*

O programa de repatriamento iniciado há meses tem permitido a entrada no país de cerca de quatro mil cidadãos que residiam na Republica Democrática do Congo (RDC), deixando outros 26 mil. Conforme o ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, dos cerca de 30 mil refugiados angolanos na RDC com pretensão de retornar a Angola, apenas 4 já se encontram no país.

A operação, segundo dados avançados ao Agora por fontes ligadas ao MINARS, tem encontrado dificuldades, sobretudo na triagem da documentação das pessoas a serem credenciadas para regressarem ao país.

O que tem ocorrido e que vários cidadãos congolezes têm tentado entrar no país por via do repatriamento. "Numa primeira fase, tinha sido detectadas mais de 60 pessoas com documentação falsa".

Dos quatro mil e 222 cidadãos, cerca de 2500 optaram por se fixar na província do Uíge.

Kussumua informou os passos subsequentes que consubstanciam o acolhimento dos mais de 25 mil angolanos ainda radicados na vizinha RDC, para se fechar definitivamente o processo.

"Temos alguns constrangimentos ligado a reverificação das pessoas, para não permitir que cidadãos estrangeiros cheguem ao nosso país disse o governante," sublinhado que, com mais equipas dos

serviços consulares, o processo poderá avançar rapidamente.

## 11.3 Governo prepara integração de regressados

*Jornal de Angola*

*11 De Outubro de 2014*

*Texto: João Salvo*

Pelo menos 290 cidadãos angolanos regressados da Republica Democrática do Congo, dos mil revistos, beneficiam de assistência, no centro de acolhimento criado no bairro Pelengue, há mais de 15 quilómetros da cidade de Saurimo, província da Lunda Sul.

Em declarações ao Jornal de Angola, a directora provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social, Maria Segunda, informou que, diariamente, escalam a província cerca de 60 a 80 compatriotas.

Para a sua integração social, o governo disponibilizou equipamentos profissionais de costura e agricultura, para a garantia da sua subsistência, além de receberem cesta básica de alimentos. Manhonga Natália e Salvador Ngunza regressaram da República Democrática do Congo e estão confinados no campo de reacentamento do Pelengue. Ambos elogiam o esforço do governo, pelas condições postas a sua disposição, bem como a solidariedade demonstrada pelos familiares e amigos encontrados no país.

Na República Democrática do Congo existem 48.038 angolanos, registados nas províncias de Kinshasa, Baixo Congo, Lubumbashi e Catanga, e 29.659 manifestaram a intenção de regressar ao país. As províncias de entrada dos ex-refugiados são Cabinda, Uíge, Zaire, Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico.

O Relatório Parcelar sobre os últimos desenvolvimentos do processo, apresentado recentemente, indica que chegaram ao país, de 20 de Agosto a 30 de Setembro, 4.202 cidadãos, dos 29 mil que manifestaram interesse em regressar. A previsão era de, até 30 de Setembro, receber 40 por cento do total de cidadãos a repatriar. Mas volvidas seis semanas, e em função de trabalhos de reverificação de nacionalidade, apenas foi possível atingir 14 por cento.

Tentativas de infiltração de estrangeiros entre os 29 mil antigos refugiados na Republica Democrática do Congo (RDC), que manifestaram interesse em regressar ao país, estão a atrasar o processo de repatriamento, iniciado no dia 20 de Agosto e que devia terminar em Dezembro.

Ao apresentar o Relatório Parcelar sobre os últimos desenvolvimentos do processo, João Baptista Kussumua assegurou que, para a questão do acolhimento temporário e assistência, o país conta com os centros de recepção do Luau, no Moxico, Mbanza Congo, Zaire e Maquela do Zombo, Uíge, e dois centros de trânsito nas cidades do Luena e Saurimo.

#### 11.4 Imigração ilegal é um risco à soberania

*Jornal de Angola*

*11 De Outubro de 2014*

*Texto: Jaqueline Figueiredo*

A entrada massiva de estrangeiros ilegais em território nacional pode constituir um risco muito grande a soberania do Estado angolano, caso não sejam tomadas medidas eficazes para o seu combate. A afirmação foi feita quarta-feira, no Soyo, pelo Procurador-Geral adjunto da República, Pascoal Joaquim, no primeiro dia (de AS) da sua visita ao município do Soyo, província do Zaire, uma das principais portas de entrada da migração ilegal em Angola.

O magistrado do Ministério Público esclareceu que os estrangeiros ilegais com fins inconfessos podem, no futuro, desencadear conflitos armados para se assenhorem do país, a semelhança do que se assiste noutras partes do mundo. Para combater o referido fenómeno de forma exitosa, Pascoal Joaquim defendeu que deve haver envolvimento de toda a população, colaborando com os órgãos afins.

"Para combater o fenómeno, e preciso que todo o povo colabore cada um de nos deve colaborar, no sentido de obstar que qualquer individuo que não seja angolano esteja em Angola indevidamente", disse.

O procurador afirmou que o incumprimento de algumas medidas institucionais por parte da população inviabiliza o combate ao fenómeno imigração ilegal no país e no município do Soyo, em particular. Essa tarefa, sublinhou, não deve ser feita apenas pelos órgãos de polícia vocacionados para o efeito. "As medidas institucionais são tomadas, o que fia e o incumprimento delas pelos cidadãos. Por exemplo, esta instituída que os cidadãos nacionais não devem albergar estrangeiros ilegais em suas residenciais, mas sim colaborar de forma estreita com os órgãos de Polícia. O que acontece e que nos, os cidadãos, não cumprimos com a nossa parte e, como e obvio, surge o insucesso da tarefa", criticou.

O Procurador-geral adjunto da República deixou claro que Angola esta aberta para receber qualquer imigrante, desde que entre legalmente no país e tenha boas intenções, nomeadamente contribuir para o desenvolvimento da nação. "Muitas vezes, as pessoas entram legais, mas depois acabam por tomar outras posições. Entram em irregularidade ao não regressarem ao país de origem", sublinhou Pascoal Joaquim, defendendo, mais adiante, que e precise que os órgãos autorizados tomem as medidas necessárias.

O magistrado exortou a população do Soyo e de Angola, em geral, no sentido de colaborar com os órgãos instituídos, não dando guarida aos estrangeiros ilegais, com vista a não dar azo a que estes possam manter-se nessa condição.

#### Operação Kissonde

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na cidade do Soyo repatriou na quarta-feira 100 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC), ao país de origem, por entrada e permanência ilegal no território angolano.

Os referidos cidadãos foram detidos no âmbito da "Operação Kissonde", que o SME leva a cabo há mais de um mes na província. De acordo com o chefe municipal do SME no Soyo, superintendente de migração Pedro Kutxi, dos 100 estrangeiros repatriados, 80 são homens e são 20 mulheres.

Pedro Kutxi informou que a Operação Kissonde vai continuar, no sentido de combater a imigração ilegal, com vista a obrigar os estrangeiros interessados em vir ao país a utilizarem vias apropriadas criadas pelo Estado e a permanecerem legalmente no território nacional.

#### 11.5 Polícia não dá trégua a imigração ilegal

*Novo Jornal*

*17 De Outubro de 2014*

DUZENTOS e 13 cidadãos da República Democrática do Congo. (RDC) foram repatriados, de Julho a Setembro do ano em curso, pelo Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província da Lunda Sul, por entrada e estada ilegal em território nacional. O relatório da corporação realça que a operação decorreu através das fronteiras de Chilrando e Kassai Sul.

Acrescenta que, no período em análise, foram encaminhados 28 cidadãos estrangeiros, sendo 20 da Somália, cinco da Cote d'Ivoire, dois do Mali e um do

Quénia para a capital do país (Luanda), de onde posteriormente serão encaminhados para os países de origem.

Ainda no capítulo das infracções migratórias, por violação a Lei 2/07, sobre o Regime Jurídico de Estrangeiros vigente na Republica de Angola, o SME aplicou também 15 multas a cidadãos de nacionalidade chinesa e portuguesa.

O documento refere que das multas aplicadas foram arrecadados seis milhões, 357 mil e 154 Kwanzas para os cofres do Estado.

## 11.6 Ex-refugiados preocupados com documentos

*Jornal de Angola*  
24 De Outubro de 2014

Os ex-refugiados provenientes da Republica Democratica do Congo (RDC), instalados no centro de acolhimento de Sacassanje, provincia do Moxico, pedem mais celeridade no processo de atribuição de cédulas pessoais e de bilhetes de identidade.

Stephane Miji, responsável do grupo, disse a Angop que os cidadãos reclamam por estes dois documentos fundamentais uma vez que lhes confere a nacionalidade angolana e facilitam a sua integração na sociedade.

No campo de acolhimento existem enfermeiros, mecânicos, serralheiros e outros profissionais que podem auxiliar no desenvolvimento da provincia, mas sem documentos e difícil arranjar emprego.

Stephane Miji e enfermeiro de profissão e acredita que se as autoridades competentes agilizarem o processo de documentação muitos jovens deixam de depender da cozinha comunitária instalada no centro e passam a trabalhar por conta própria.

A directora provincial da Assistência e Reinsereção Social no Moxico, Quintas Camiji Pinto, contactada pela Angop, explicou que as condições técnicas e humanas estão todas as criadas para a emissão e distribuição com celeridade destes documentos aos antigos refugiados.

Alem da instituição que dirige,

Governo Provincial criou uma equipa multisectorial, constituída pelos sectores da Justiça, Serviços de Emigração e Estrangeiros (SME), Saúde e Educação, para atender as preocupações dos ex-refugiados.

Moxico já recebeu em Setembro e Outubro 2.061 ex-refugiados provenientes da RDC a partir do município fronteiriço do Luau e prevê atingir uma cifra de mais de oito mil até ao primeiro semestre de 2015.

## 11.7 Kilamba assaltos a viaturas preocupa moradores

*Jornal: o PAÍS*  
24 De Outubro de 2014  
Texto: Norberto Sateco

Logo nas primeiras horas da manhã, antes do sol raiar, estava o pânico instalado num dos parques de estacionamento de viaturas, do bloco F, na centralidade do Kilamba. Vários moradores surpresos, aglomeraram-se e comentavam o assalto de que tinham sido alvos algumas das viaturas estacionadas, durante aquela madrugada. Dentre as vítimas constava o senhor António Gervásio, de 40 anos de idade, um dos mais antigos do quarteirão. Segundo contou, da sua viatura de Marca Mitsubishi, cuja matrícula não precisou, foi retirado quase tudo. "Levaram a pasta onde continha vários documentos, o equipamento de som, e os elevadores dos vidros", disse, tendo acrescentado que "foi com bastante surpresa que tomei conhecimento do sucedido", uma vez que no tempo que vive ali nunca tinha ouvido falar de algo igual. À semelhança de Gervásio, outras pessoas também moradoras neste mesmo quarteirão viram os seus carros saqueados naquela madrugada.

"Não se ouviu qualquer movimento estranho que pudesse levar a desconfiar. Embora já havia rumores que apontavam na existência de alguns garotos supostamente provenientes da zona adjacente ao projecto, rotulada como sendo (kilas bairro) que realizavam alguns assaltos a viaturas" explicou uma senhora, que não quis ser identificada, mas que também a sua viatura de marca Rav 4 fazia parte da lista das que foram arrombadas.

A mesma fonte lembrou como se apercebeu que tinha sido também uma das vítimas do assalto. "Quando acordei de manhã, prestes a ir trabalhar meu espanto foi ver o meu carro sem vidros das laterais. Ali, vi logo que alguma coisa não ia bem. Aproximei-me do local onde habitualmente estaciono a viatura e tudo o que havia deixado no seu interior fora levado, inclusive alguns trocados para a compra do combustível".

O avolumar do caso

Com o passar das horas, notícia vêm de outros quarteirões que não foram poupados. É o caso do

quarteirão onde esta situado o bloco L, onde, vivi uma das nossas interlocutoras, igualmente vítima, que também não quis ser identificada por alegar questões de segurança, mas que explicou que "acaso" viu pela janela, naquela madrugada "alguns jovens que estavam reunidos no referido parque a fazer o uso de bebidas alcoólicas, mas não desconfiei que estariam ali para assaltos. Ela diz não ter dúvidas de que autores do crime sejam estes mesmos jovens e lamenta o facto de a distância da varanda onde se encontrava não lhe poder permitir identificar os rostos dos mesmos naquela madrugada em que se mesma mantinha-se acordada por conta dos preparativos para provas de exames que tinham em atraso na Faculdade.

A nossa entrevistada disse que naquele momento não lhe ocorreu a ideia de ligar para a Polícia, mesmo sabendo que já pairavam rumores sobre um grupo de rapazes vindo das zonas adjacentes ao projecto que estaria a fazer desmandos na "Centralidade".

"Foi um horror ver isto numa centralidade nova hábito antigos. Levaram todos os mambos do carro, meu!

Cidade nova, mas os hábitos antigos, " desabafou outro morador que responde pelo nome de vava, do Bloco F, que incansavelmente apontava o dedo aos serviços de segurança da cidade como os maiores culpados pelos assaltos.

Insegurança no seio dos moradores Uma semana antes desta ocorrência, a cidade do Kilamba já havia sido motivo de conversa devido ao despejo a que foram sujeitas mais de cem famílias que se encontravam a residir de forma ilegal em apartamentos.

Testa semana o cenário de pânico volta a registar-se devido aos assaltos de que várias viaturas foram alvos, durante a madrugada de 13 de Outubro, em alguns dos parques de estacionamento.

De acordo com a moradora Lisete Santos, de 35 anos, "estamos agora com muito medo devido aos assaltos aos carros", tendo acrescentado que "caso a situação prevaleça deste jeito as nossas casas correm muitos riscos de poderem vir a ser os próximos alvos dos meliantes".

Para a fonte, "é incompreensível numa cidade com esta dimensão na existir o controlo das pessoas que entram e saem dela. A centralidade tem que ter maior segurança e vigilância por parte da Polícia. As pessoas que entram na cidade deve ser-lhes exigida alguma documentação", sugeriu, o PAÍS apurou que na centralidade, nos dias normais de trabalho os serviços encerram as suas portas às 22 horas, deixando as ruas

quase desérticas. É neste período que varies moradores, como António Bernardo, de 42 anos, entendem ser preciso maior vigilância por parte das autoridades policiais, junto dos parques para melhor controlar os assaltos.

Por esta razão e que as distintas comissões de moradores de alguns edifícios resolveram firmar contratos com empresas de segurança. Os custos são imputados aos moradores e as contas pagas no final de cada mês por intermédio de uma contribuição.

Entretanto, na Terça-feira, 14, (dia seguinte aos assaltos) as vítimas concentraram-se defronte a esquadra policial da Centralidade do Kilamba. A acção, segundo O PAÍS apurou, foi em jeito de protesto junto das autoridades no sentido de se redobrar a segurança e por um maior esclarecimento dos casos que tem estado a ocorrer.

A senhora Joana, de 22 anos, esta dentre os protestantes, e explica que "queremos que a Polícia venha explicar as razões destes assaltos selectivos. Os carros foram muitos desta vez. Por isso é ' que estamos aqui'".

Refira-se que a cidade do Kilamba esta localizada cerca de 20 quilómetros a Sul do centro da capital angolana, Luanda. Um projecto habitacional concebido para colmatar o défice habitacional existente no país e que está a ser desenvolvido em três fases, com um total de mais 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados, onde se aventa a possibilidade de residirem perto de 50 mil famílias.

Dados adiantados por uma fonte ligada aos gestores do referido projecto revelam que metade dos apartamentos esta desabitada, embora a procura, entre os angolanos e estrangeiros, continue a ser uma constante.

## 11.8 Clandestinos, imigrantes ilegais foram repatriados

*Jornal de Angola*  
25 Outubro de 2014

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) em Cabinda deteve este ano até Agosto 11.188 estrangeiro que viviam ilegalmente na província, refere um comunicado da instituição.

Entre os detidos, 10.872 eram provenientes da República Democrática do Congo (RDC), 293 do Congo Brazzaville, nove do Vietname, quatro mauritanianos e dois tanzanianos. No mesmo período, 37 estrangeiros foram notificados para



abandonar a província, por irregularidades migratórias, dos quais 29 são RDC, cinco portugueses, um mauritaniano, um sudanês e um americano.

O documento do SME refere também 2.272 saídas voluntárias da província na sequência da divulgação da cartilha sobre crimes de promoção e auxílio imigração ilegal.

#### Zaire

O SME no Zaire na semana de 14 a 21 deste mes repatriou por estada ilegal em Mbanza Congo e no Soyo 3.488 pessoas oriundas da Republica Democrática do Congo.

Um comunicado daquele serviço afirma que foram detidos quatro angolanos por envolvimento na promoção e auxílio a imigração, bem duas pessoas por tentativa de travessia ilegal da fronteira com a Republica Democrática do Congo.

